



Universidade Federal do Amazonas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História

Camila Ferreira Braga

Economia, Ciência e a Imagem do Amazonas:  
*Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930)*

Manaus - Am  
2015



**Universidade Federal do Amazonas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Mestrado em História**

**Camila Ferreira Braga**

**Economia, Ciência e a Imagem do Amazonas:**  
*Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930)*

Orientador  
Professor Dr. James Roberto Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Manaus - Am  
2015

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B813e Braga, Camila Ferreira|  
Economia, Ciência e a Imagem do Amazonas : Articulações e  
Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930) / Camila  
Ferreira Braga. 2015  
156 f.: il.; 31 cm.

Orientador: James Roberto Silva  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Economia. 2. Ciência. 3. Imagem. 4. Articulações. 5.  
Propaganda. I. Silva, James Roberto II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

Nome: BRAGA, Camila Ferreira.

Título: Economia, Ciência e a Imagem do Amazonas: Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

### **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. James Roberto Silva– Orientador  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Prof. Dr. Márcio Leonel Farias Reis Páscoa  
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

---

Prof. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Prof. Dr. – Suplente.....

---

Prof. Dr. – Suplente.....

Vô Chico Braga, pela sua luta até o último suspiro de vida (*in memoriam*)

Dedico

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, desde a seleção, mudança para a capital Manaus, disciplinas a cursar, leituras, problemas econômicos e a escrita da dissertação, foi muita coisa acontecendo diariamente e ao mesmo tempo, quase me levando a exaustão. Mas a vontade de realizar-me profissionalmente e sentir que nada é impossível quando se tem Deus guiando teus passos, alivia todas as atribulações que passei no decorrer do mestrado.

Dessa forma, não teria outro a agradecer senão primeiramente ao meu Deus que me amou desde o princípio e nunca me abandonou em momento algum dessa jornada que já está se concluindo: Obrigada Senhor, sei que tudo que tens a me oferecer é tudo que eu preciso!

Todos os agradecimentos à mulher que me amou desde a minha concepção e nunca desistiu de mim, mesmo pelas diversas vezes que ela disse não e eu disse sim: Mãe (M<sup>a</sup> Nancy), seu amor e sua luta diária são exemplos para mim, te amo!

Um agradecimento especial àquele que há sete anos dedica-se a minha felicidade e que durante esses dois anos acompanhou-me, ensinou-me e incentivou-me para que eu conquistasse mais esse sonho: Augusto Jr., essa vitória também é sua! Muitíssima obrigada!

Sou grata também ao Sr. Luciano Melo e família que no início desta caminhada se dispôs a ajudar quando não tínhamos onde morar, dando-nos um lugar confortável em sua residência até quando fosse preciso: À família, minha eterna gratidão!

Não poderia deixar de agradecer ao meu mentor/orientador Dr. James Roberto Silva pelas orientações fundamentais para a concretização deste trabalho; aos meus professores que lecionaram as disciplinas cursadas, transmitindo seus conhecimentos para que eu aprimorasse minhas pesquisas; aos demais que direta e indiretamente se fizeram presente nesta jornada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pelo fomento da bolsa de mestrado durante estes dois anos. Sem ela, com certeza, dificultaria a viabilização desta pesquisa e demais atividades referentes.

Aos meus amados irmãos (Gian, Karoline e Katielem) que se dedicam todos os dias a realizar seus sonhos como eu. Aos meus amigos mais íntimos, àqueles que se distanciariam e aos que acabei fazendo no decorrer do mestrado; aos colegas e a todos os meus familiares; só uma palavra define meu agradecimento a todos: Obrigada!

Enfim: *“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”* (Chico Xavier)

**RESUMO:**

Este trabalho apresenta, através de uma abordagem histórica referente ao Amazonas dos anos 1920 a 1930, a configuração de uma imagem visual e comercial do estado mediante as articulações e ações propagandísticas construídas no seio das relações entre os setores econômicos e segmentos científicos, identificadas numa série de fontes visuais e escritas coletadas no decorrer da investigação. Através da análise das fontes e das leituras bibliográficas, percebemos que os setores econômicos e o governo do estado, preocupados com a vida econômica que se apresentava cada vez mais conturbada em virtude da crise da economia gumífera; – e, os segmentos científicos, interessados em novas pesquisas e descobertas no vasto cenário amazônico que despertava neles o interesse de exploração e estudos; foram os sujeitos que mediaram ações e alianças que resultaram numa imagem de um Amazonas próspero, promissor e com grandes potencialidades econômicas, sendo esta imagem divulgada através de eventos, fotografias, relatórios, periódicos e revistas, tornando-se o fator analisado no seu processo de construção.

**Palavras - chave:** Economia, Ciência, Imagem, Articulações, Amazonas

**ABSTRACT:**

This paper presents through a historical approach on the Amazon the years 1920 to 1930, setting up a state of the visual and commercial image upon the joints and propagandistic actions built within the relationships between economic sectors and scientific segments, identified a series of visual sources written and collected during the investigation. Through the analysis of sources and literature readings, we realize that the economic sectors and the state government, concerned about the economic life that had increasingly troubled because of the gumi fera economic crisis; and scientific segments, interested in new research and discoveries in the vast Amazonian scenario that aroused in them an interest exploration and studies; were the subjects that mediated actions and alliances that resulted in a picture of a thriving Amazon, promising and with great economic potential, this being disseminated through events, photographs, reports, periodicals and magazines, becoming the factor analyzed in the process of construction.

**Key - words:** Economics, Science, Image, articulations, Amazonas

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACA: Associação Comercial do Amazonas

JG Araujo: Joaquim Gonçalves de Araújo

MISAM: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação Geral das Fontes Visuais.....	23
Tabela 2: Classificação por instituição de pesquisa (MISAM: Museu da Imagem e do Som do Amazonas).....	23
Tabela 3: Classificação por instituição de pesquisa (Museu Amazônico).....	24
Tabela 4: Classificação dos Álbuns Fotográficos.....	24
Tabela 5: Demonstrativo da prática e a produção fotográfica na cidade de Manaus no final do Se. XIX e início do sec. XX: estabelecimentos fotográficos, fotógrafos e produtos.....	38

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Fábrica Brasil-Hevea. Fonte: Álbum Municipal de Manaus(1929).....	32
FIGURA 2: Estatística portuária de Manaus do ano 1928 sobre a entrada de embarcações.....	33
FIGURA 3 e 4: Porto de Manaus 1929.....	34
FIGURA 5: Casamento de Agesilau Araújo na década de 20. Arquivo: Silvino Santos.....	34
FIGURA 6: Imagens publicadas no Suplemento <i>A Noite</i> (1929) referente à expedição Hamilton Rice (1924-1925).....	36
FIGURA 7: Imagens publicadas pela revista <i>Ilustração Brasileira</i> (1925), referente à expedição do Dr. Schurz.....	37
FIGURA 8: Praça São Sebastião, situando a igreja, o monumento da Navegação Internacional e o Teatro Amazonas. Publicação: Revista Ilustração Brasileira (1924).....	44
FIGURA 9: Visita do Presidente da República Washington Luis Pereira de Souza em frente a fabrica Brasil-Hevea de JG Araújo. Publicação: Revista da ACA (1926).....	47
FIGURA 10: Pesca de Peixe-Boi. Coleção JG Araújo (Expedição Rice – 1924-1925).....	48
FIGURA 11: Imagem de uma Seringueira. Publicação: Revista da ACA (nº122, 1925).....	54
FIGURA 12: Afluente do Rio Amazonas e embarcação típica da região. Publicação: The National Geographic Magazine (1926).....	57
FIGURA 13: Um depósito de tartarugas amazônicas. Publicação: The National Geographic Magazine (1926).....	57
FIGURA 14: Acampamento indígena na região Parima - Expedição Hamilton Rice (1924-1925). Publicação: The National Geographic Magazine (1926).....	58
FIGURA 15: A <i>shonregia excelsa</i> – palmeira típica da Amazônia, no plano inferior o botânico George Huebner. Publicação: Revista Eu Sei Tudo (1930).....	60
FIGURA 16: Mostuário do Amazonas organizado pela Associação Comercial do Amazonas, Governo do Estado e a participação de comerciantes e industriais. Publicação: Revista da ACA (nº 134, 1926).....	65
FIGURA 17: Aspectos da 3ª Exposição de Móveis de Cipó Amazonense Manufaturados pela Fábrica <i>Perseverança do Amazonas</i> . Publicação: Revista da ACA (1928).....	66

FIGURA 18: Instrumento de corte da seringueira (faca Jebong – menor; faca Amazon Jebong - maior). Publicação: Catálogo - Cultura e Exploração da Borracha no Valle Do Amazonas (1913).....	66
FIGURA 19: Corte em V em uma seringueira amazônica. Publicação: Catálogo - Cultura e Exploração da Borracha no Valle Do Amazonas (1913).....	78
FIGURA 20: Grand Palais, dos Campos Elíseos, em Paris – Local da Sétima Exposição Internacional da Borracha (1926). Publicação: Revista da ACA (nº 129, 1926).....	81
FIGURA 21: Borracha depois do seu processo de defumação/ Propaganda da Empresa JG Araújo. Coleção: JG Araújo.....	82
FIGURA 22: A borracha e a piaçava para embarque/ Propaganda da Empresa JG Araújo. Coleção: JG Araújo.....	82
FIGURA 23: Extração da madeira para embarque/ Coleção: JG Araújo.....	83
FIGURA 24: A juta em processo de secagem/ Coleção: JG Araújo.....	83
FIGURA 25: Cortes em seringueira com o instrumento: faca – Amazônia em uma seringueira do campo experimental Seringal Miry. Publicação: Revista da ACA (nº 123, 1925).....	88
FIGURA 26: Campo Experimental Seringal Miry. Publicação: Revista da ACA (nº 123, 1925).....	89
FIGURA 27: José Cláudio de Mesquita – divulgador e precursor do plantio da seringueira nas cercanias de Manaus e fundador do Seringal Miry. Publicação: Revista da ACA (nº 124, 1925).....	90
FIGURA 28: A coleta do guaraná no município de Maués-Am. Coleção: JG Araújo.....	92
FIGURA 29: Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo - membro proeminente da classe comercial do Amazonas. Publicação: Revista da ACA (nº130, 1926).....	95
FIGURA 30: A chegada da borracha nos armazéns da casa comercial de JG Araújo. Arquivo: JG Araújo.....	96
FIGURA 31: Fábrica <i>Brasil-Hevea</i> de JG Araújo destinada ao beneficiamento da castanha. Arquivo: JG Araújo.....	96
FIGURA 32: Carro alegórico do carnaval da Fábrica <i>Hevea Brasil</i> . Arquivo: JG Araújo.....	99

- FIGURA 33: Porto de Manaus e a chegada da embarcação Lima. Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo de 1920.....100
- FIGURA 34: Fachada da empresa “Armazéns Rosas de JG Araújo”. Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo de 1920.....100
- FIGURA 35: Cartaz do Filme JG Araújo. Imagem extraída do artigo de Selda Vale da Costa e Narciso Lobo, contido em Estudos Avançados USP.....101
- FIGURA 36: Conjunto de tartarugas a serem enviadas e comercializadas em Manaus. Publicada: The National Geographic Magazine (1926).....102
- FIGURA 37: Fábrica *Brasil-Hevea* de propriedade de JG Araújo. Arquivo: JG Araújo.....103
- FIGURA 38: Alameda interna da Fábrica Brasil-Hevea de propriedade de JG Araújo. Arquivo: JG Araújo.....103
- FIGURA 39: Contato de índios com o Dr. Hamilton Rice. Foto: Expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo: JG Araújo.....106
- FIGURA 40: Jardins de uma praça em Manaus. Álbum Municipal de Manaus (1929).....110
- FIGURA 41: Chegada da castanha no porto de Manaus. Arquivo JG Araújo.....113
- FIGURA 42: Coleta da castanha e o couro de onça na parte superior. Arquivo JG Araújo.....114
- FIGURA 43: Trechos de corredeiras e índios empurrando canoas com os mantimentos da expedição Rice. Foto: Expedição Hamilton Rice (1924-1925).....117
- FIGURA 44: Mapa da expedição de Hamilton Rice. Publicação: *The National Geographic Magazine* (1926).....118
- FIGURA 45: Equipe da expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo: Silvino Santos.....120
- FIGURA 46: Expedição Hamilton Rice (1924-1925) e os pastos e a prática de pecuária na região do Rio Branco. Arquivo: Silvino Santos.....121
- FIGURA 47: Expedição Hamilton Rice (1924-1925) e o processo de garimpagem na região do Rio Branco. Arquivo: Silvino Santos.....124
- FIGURA 48: Expedição Hamilton Rice (1924-1925) e o hidroavião Eleanor. Arquivo: Silvino Santos.....127

FIGURA 49: Trecho da expedição Hamilton Rice (1924-1925) em Rio Branco. Arquivo: JG Araújo.....	128
FIGURA 50: Jacaré no tempo de desova. Arquivo: JG Araújo.....	129
FIGURA 51: Contato dos índios com o sistema de rádio-telefonia. Arquivo: JG Araújo.....	133
FIGURA 52: Fotógrafo e cinegrafista Silvino Santos. Arquivo: JG Araújo.....	135
FIGURA 53: Registros de cenas pelo cinegrafista Silvino Santos. Arquivo: JG Araújo.....	136
FIGURA 54: Registro aéreo da Região do Rio Branco. Fonte: The National Geographic Magazine (1926).....	138
FIGURA 55: Trecho com cachoeiras da Região do Rio Branco. Arquivo: JG Araújo.....	139

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
Ponto de partida.....	15
Problemáticas norteadoras.....	17
Tabelas: organização das fontes visuais.....	22
Instituições de Pesquisa.....	24
Apresentação dos capítulos.....	26
<b>CAPÍTULO 1: UMA BREVE LEITURA SOBRE A PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA EM MANAUS E A IMAGEM DO AMAZONAS.....</b>	<b>29</b>
1.1. Manaus e seu campo de produção fotográfico: alguns usos e repercussões da imagem.....	29
1.2. As primeiras décadas do Século XX: A imagem do Amazonas do amanhã.....	40
<b>CAPÍTULO 2: AÇÕES E ARTICULAÇÕES ENTRE O ECONÔMICO, O CIENTÍFICO E O VISUAL.....</b>	<b>49</b>
2.1 Tentativas de construção de uma propaganda eficiente a partir de 1920: a relação entre economia, ciência e a imagem do Amazonas.....	50
2.2 Um Museu Comercial para o Amazonas.....	60
2.3 A importância das Exposições Nacionais e Internacionais.....	70
2.4 O campo experimental Seringal Miry: “Plantar Seringueira é semear Ouro”.....	86
2.5 O Benemérito <i>Gentleman</i> do Amazonas: as ações do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo em prol da imagem do Amazonas.....	94
<b>CAPÍTULO 3: O RESSURGIMENTO DO AMAZONAS: RASTREANDO O TRECHO DO ELDORADO NO SÉCULO XX.....</b>	<b>105</b>
3.1. A expedição de Hamilton Rice (1924-1925) à região promissora do Amazonas: interesses econômicos, estudos científicos e a imagem do Amazonas.....	105

3.2.Despertar e/ou ressurgimento econômico do Amazonas: ações e possibilidades.....	108
3.3. Expedição Hamilton Rice (1924-1925) em Rio Branco: “o trecho do El-dorado do Amazonas” e seu despertar econômico.....	116
3.4. Rastreado o trecho do Eldorado no Século XX.....	127
3.5. A difusão do Eldorado: A produção fotográfica e cinematográfica da expedição Hamilton Rice como vetor de propaganda da região Norte.....	135
3.6.Breve demonstrativo de outros cursos expedicionários: conhecer, povoar e explorar.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>FONTES ESCRITAS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

### I

#### Ponto de partida

Quando nos propusemos a analisar uma possível relação historicamente estabelecida entre economia, ciência e a imagem do Amazonas, nos anos de 1920 a 1930, iniciamos nossas discussões a partir do nosso primeiro conjunto de fontes, as fotografias. Foram identificadas, aproximadamente, 500 imagens fotográficas desse período em questão que, posteriormente, foram organizadas e classificadas para uma melhor análise dentro do conjunto de outras questões e fontes documentais.

A partir desse primeiro contato, digamos superficial, com as imagens fotográficas, começamos a conjecturar que sua produção aconteceu dentro de um contexto histórico de crise econômica que se instalava no Amazonas devido à concorrência da borracha asiática. Nesse momento, questionamos sobre as possíveis funções dadas a essas imagens dentro dessa conjectura histórica e suas repercussões no meio onde circularam.

A princípio, nossas análises recorriam a estas imagens fotográficas como se elas fossem o fim em si mesmo de todo o processo de investigação, problematização e interpretação histórica. Dando a esse conjunto de fontes o foco central de toda a pesquisa.

Prova disso é que, na construção inicial das questões norteadoras do estudo, o principal conflito – que ficou mais evidente e, portanto, passível de discussões – era a posição central das imagens fotográficas na pesquisa, dedicando a elas um espaço, uma função e um rumo que só poderiam ser exercidos por homens, sujeitos históricos inseridos numa determinada conjuntura histórica, dotados de ações influenciadoras na dinâmica da sociedade e que, na verdade, se utilizavam do recurso visual para atender aos seus propósitos.

Então, a princípio, tudo que era coletado, selecionado e analisado, estava direcionado, insistentemente, apenas para as imagens fotográficas, esquecendo que elas eram apenas mais uma fonte num problema histórico, afinal, mais abrangente.

Desse modo, através de leituras e fundamentações teóricas como de Ulpiano Meneses (2003), iniciamos o entendimento de que a visualidade sobre determinado objeto não se resume à análise de fontes visuais que a ele é atribuído, mas sim, estas fontes relacionadas a um conjunto de outros documentos inseridos num determinado contexto histórico em que foram produzidos, selecionados e divulgados, de acordo com interesses e desejos estabelecidos ideologicamente.

Nesse sentido, Ulpiano Meneses (2003) sugere que não se tenha a pretensão de produzir novo conhecimento histórico através das fontes visuais, mas, sim, iluminar estas historicamente com informações externas a elas, para enfim, analisar a sociedade.

Sendo assim, as imagens fotográficas levantadas nesta pesquisa exerceriam a função de vetores na busca de aspectos relevantes da sociedade, no que tange a sua organização social, seu funcionamento e, conseqüentemente, sua transformação. Em suma, Meneses expõe que:

Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação. (2003, p. 26)

Portanto, o conjunto de fontes visuais que coletamos, selecionamos e organizamos não determinava o fim, mas se tornava o ponto de partida desta pesquisa, ou seja, um dos meios que utilizamos para a análise de uma história mais abrangente no que diz respeito à construção de uma imagem do Amazonas no decorrer dos anos de 1920 a 1930, atrelada a um contexto histórico pertinente em que estavam envolvidos sujeitos e interesses de diversos segmentos sociais.

Dessa forma, em meio a uma conclusão parcial nas fases iniciais da pesquisa e que depois foram melhor fundamentadas com outros documentos e aprimoradas, identificamos que as imagens fotográficas datadas, especificamente, dos anos 20 a 30, constituíam ou estavam relacionadas às várias estratégias e/ou articulações adotadas por setores econômicos e políticos do estado do Amazonas (comerciantes, empresários, governadores, estudiosos, etc.) que as utilizavam em diversos meios circuláveis para a viabilização de uma construção visual de caráter econômico, em meio à situação conturbada de retração da economia gumífera.

Por conta disso, a instituição de uma imagem sobre o Amazonas, além de representadas por imagens fotográficas, inclinou-se a expressar por meio de mensagens dos governadores, publicações em revistas e periódicos, relatos de cientistas; embasada por ideais que estavam em voga na época, tais como: civilidade, modernidade e progresso.

Assim, aos poucos o processo histórico de construção da visualidade do estado do Amazonas ficava mais evidente quando o conjunto de fontes levantado dialogava entre si, sendo possível perceber isso por meio de um quadro histórico representado por uma relação tríade entre sujeitos, instituições ligadas aos segmentos econômicos e científicos.

Portanto, o foco central da pesquisa não consistia nas fotografias levantadas, como a princípio acreditávamos, mas na construção, organização e funcionalidade de uma imagem do

Amazonas, em que as fontes visuais, enquanto documentos comportariam um conjunto de outras fontes analisadas, sendo instrumentos da pesquisa histórica. Meneses sintetiza essa proposta analítica do seguinte modo:

[...] a expressão “História Visual” só teria algum sentido se se tratasse não de uma História produzida a partir de documentos visuais (exclusiva ou predominantemente), mas de qualquer tipo de documento e objetivando examinar a dimensão visual da sociedade. “Visual” se refere, nessas condições, à sociedade e não às fontes para seu conhecimento — embora seja óbvio que aí se impõe a necessidade de incluir e mesmo eventualmente privilegiar fontes de caráter visual [...] (2003, p. 28)

Com o objetivo de investigar e analisar como se deu a construção dessa imagem visual do Amazonas e, conseqüentemente, comercial; quais os meios; instituições e ambientes visuais utilizados para este fim; além dos ideais que representavam na época vigente; foi necessário o manejo de mais fontes. Assim, passamos a selecionar e analisar outros documentos que mostrassem esse processo de construção e como era representado na época.

Selecionamos revistas, catálogos, álbuns fotográficos, correspondências empresarias, mensagens de governadores (imprensa oficial) e periódicos locais, nacionais e internacionais que, junto com as imagens fotográficas mantinham uma relação dialética com a problemática histórica, qual seja: como, a partir das interlocuções no campo econômico e científico, processou-se a construção de uma imagem do Amazonas, levando em consideração o contexto de retração econômica pelo qual passava a região nos anos 20 a 30 do século XX.

Destarte, foi por meio de todos os direcionamentos acima abordados que pudemos realizar a pesquisa, embora se admita os desafios levantados no decorrer de sua realização no que se refere, principalmente, aos aspectos burocráticos e organizacionais das instituições e arquivos, onde mantivemos contato com a documentação.

## II

### Problemáticas norteadoras

Ao relatarmos sobre as questões norteadoras deste trabalho, voltaremos brevemente sobre as fotografias como ponto de partida desta pesquisa. O objetivo não consiste em sermos repetitivos com esta questão, mas demonstrar com clareza a formulação das problemáticas norteadoras da pesquisa que perpassaram por nosso primeiro conjunto de fontes.

Portanto, como apresentamos anteriormente, nossos primeiros questionamentos estavam, preponderantemente, voltados para as fontes visuais, consideradas como fim em si mesmo. Perceberíamos, depois, que elas constituíam o fio que conduziria para um cenário mais amplo de questões, solicitando o diálogo com outras fontes.

Ao levar em conta suas interações com o meio social onde foram produzidas e divulgadas, foi possível notar o surgimento de uma problemática histórica, cujo foco central seria a sociedade e não as imagens por si próprias, sendo estas, apenas parte do processo de análise da construção historiográfica.

Inicialmente, observávamos estas fontes no campo da subjetividade, como se elas fossem as únicas detentoras de todo o conhecimento, forçando extrair delas, sem qualquer análise aprofundada sobre seus aspectos históricos, mensagens que, aparentemente, lhes estavam visíveis, como: Quem são essas pessoas? Que lugar é esse? Quando foi isso? Por que estão posicionados dessa forma? Quem fotografou?

Logo percebemos que nesta direção estávamos ficando cada vez mais longe de conseguirmos alguma resposta a tais questionamentos, uma vez que a imagem nada nos responde se não soubermos direcioná-las ao contexto histórico em que foram produzidas e, assim, entender sua funcionalidade a partir da problemática social levantada. Como já dizia Dubois (1993, p. 84) “[...] podemos dizer que a foto não explica, não interpreta, não comenta. É muda e nua, plana e fosca. Boba, diriam alguns [...]”.

Desse modo, a fotografia é um produto mudo, mas é também uma “testemunha muda” da sociedade, como já sugeria Burke (2004); resultando no seu valor para a pesquisa histórica enquanto documento e/ou monumento produzido pelo homem num tempo e num espaço específico.

Nesse sentido, seu potencial de resposta vem da análise crítica e social que a visualidade da fotografia, como fonte visual carrega, considerando-se como objeto produzido por homens numa determinada sociedade, situada numa cultura e num momento preciso da história.

Sendo assim, não foi a fotografia que nos direcionou à análise histórica de um fato, mas sim a problemática histórica, na qual tivemos as fontes visuais como instrumentos para entendê-la em paralelo com outras fontes.

Como bem assinalou Baxandall (1991), na obra “O Olhar Renascente”, em que a partir do estudo da produção pictural dos florentinos do século XV, ele se interroga a respeito da vida cotidiana em Florença para compreender o mercado das artes naquele período.

Por meio dos conceitos observados em leituras sobre fotografia, como: *Testemunha Ocular* (BURKE, 2004); *A Câmara Clara* (BARTHES, 1984); *O Ato Fotográfico* (DUBOIS,

1993), etc., questionamos a respeito da análise imediata da sociedade através das fotografias ou analisar a produção e técnica fotográfica de um determinado período, o que exigiria um trabalho complexo.

Portanto, nossa primeira inquietação esteve atrelada ao estabelecimento de bases e conceitos sobre as imagens fotográficas que havíamos coletado, pesquisando sobre seu processo de criação, representação e recepção na sociedade.

Essa primeira problemática nos fez compreender que para cada ato fotográfico existia uma relação social. Existia o fotógrafo que captara o instante, a técnica utilizada, a pessoa que contratara seus serviços e o destino que ganhara a fotografia. Nesse contexto, percebemos a necessidade de buscar aquilo que não conseguíamos visualizar somente através das imagens fotográficas em si, ou seja, aquilo que não iríamos responder apenas com um retrato ou um quadro em mãos.

Com isso, ao entender essas fontes como resultado de ações de sujeitos numa dada relação social, em momento histórico específico, indo além de uma análise intrínseca às imagens, passamos a entendê-las como parte de uma teia de relações complexas de sujeitos históricos e seus interesses individuais ou coletivos.

Partimos então para o nosso primeiro problema de fato, começando pelo conjunto fotográfico das primeiras décadas do século XX (1910-1920-1930) que deparamos num levantamento prévio realizado no Museu Amazônico (UFAM) e no MISAM (Museu da Imagem e do Som do Amazonas, da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas), cuja autoria das imagens é atribuída ao fotógrafo e cinegrafista Silvino Santos<sup>1</sup> (COSTA, 2005), que trabalhara desde 1922 na empresa do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, situada em Manaus, estado do Amazonas.

Notamos nessa primeira instância analítica das fontes, a relação das imagens produzidas e a atuação do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo e sua empresa J.G. ARAUJO & CIA. LTDA como o possível contratante dos serviços do fotógrafo e cinegrafista Silvino Santos.

O comendador ou JG Araújo, como era conhecido na região, foi um empresário de muita influência em Manaus. Era detentor de firmas de importação e exportação de diversos produtos e compôs a diretoria da Associação Comercial do Amazonas (1912 – 1928)<sup>2</sup>. Entre os produtos que comercializava, estavam: borracha, balata, castanha, piaçava, guaraná e

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que a autoria de algumas fotos deva ser especulada em razão de acontecimentos históricos do período em questão.

<sup>2</sup>Dados recolhidos no site oficial da Associação Comercial do Amazonas: <http://www.aca.org.br/conheca-aca/historico/>.

borracha crepe; materiais fotográficos e cinematográficos, retratos, vistas e ampliações, reproduções e porcelanas.

Ao analisarmos os aspectos iconográficos das fotografias coletadas nas duas instituições acima mencionadas deparamos com imagens referentes: a edificações de Manaus; entes humanos, principalmente, índios, empresários e trabalhadores; produtos da região, como a borracha, castanha, etc.; paisagens naturais; embarcações e a fauna amazônica.

Através de observações e classificações por temas dessas imagens fotográficas, pressupomos nossos primeiros problemas da pesquisa, tais como: que relação essas fotografias tinham com a Empresa JG Araújo? Elas seriam um vetor de interesses da empresa? De que forma as imagens fotográficas poderiam corresponder aos interesses de JG Araújo? Estas imagens estavam associadas à produção científica da região?

Numa tentativa de procurar responder estes problemas, foi preciso situar as fotografias no contexto histórico da época, no caso, nas primeiras décadas do XX, buscando entender o campo fotográfico deste período na sociedade de Manaus e como acontecia sua produção e circulação. O que se tornou um desafio, pois são poucos os estudos amazônicos nesse campo historiográfico.

No entanto, havíamos percebido que era falho prendermo-nos somente às fontes visuais, quando o intuito era, primeiro, entender o contexto histórico daquele período. Assim, partimos para a pesquisa em periódicos, revistas e álbuns fotográficos.

Quando pesquisado sobre o contexto histórico da época e, em seguida, relacionamos à produção fotográfica em Manaus das primeiras décadas do XX, identificamos que as fotografias e mesmo os fotógrafos serviam como vetores de interesses daqueles ou de instituições que contratavam ou monopolizavam tal serviço.

Nesse sentido, presumimos nesse momento, que a produção fotográfica que tínhamos a vista, cuja autoria é de Silvino Santos, agregava uma teia de relações que iam além da empresa de JG Araújo, apesar de que, amplamente, se correlacionavam com esta. Mas, estariam ligadas ao contexto econômico como todo do estado do Amazonas.

Com isso, conseguimos identificar através de outros documentos escritos (exemplo: Boletim Geográfico da Expedição Hamilton Rice – 1924 a 1925) que as fontes visuais abarcavam encadeamentos com outras esferas sociais, como a produção científica do Amazonas através da correspondência com expedições e a preocupação com a divulgação de uma imagem do estado que correspondessem as expectativas do governo e dos setores econômicos do Amazonas.

Portanto, com a expansão do campo visual identificadas em álbuns fotográficos, periódicos e revistas, identificamos que as fotografias coletadas nos museus (Museu Amazônico e MISAM) faziam correspondências com as que estavam veiculadas nesses outros meios, bem como com os textos que as acompanhavam. De modo geral, tratavam sobre as riquezas naturais da região, a arquitetura e as potencialidades econômicas do estado, o que provavelmente interessavam os empresários, comerciantes e o governo, afoitos com a queda da economia do Amazonas.

Diante de tais evidências das primeiras análises das fontes visuais e a coleta e seleção de fontes escritas, notamos que havia entre elas, interligações com o momento social, econômico, político e científico do estado. Nesse sentido, coube a nós nos questionarmos quais seriam essas interligações ou articulações e, se realmente, estavam voltadas para uma preocupação visual sobre o Amazonas mediada por ações propagandísticas e comerciais.

Portanto, partindo dos conjuntos fotográficos disponíveis no Museu Amazônico e no Museu da Imagem e do Som do Amazonas (MISAM) e o entrecruzamento de informações e leituras com outras fontes, principalmente a revista da ACA, passamos a direcionar nossas atenções para a necessidade existente naquele momento da produção de uma imagem comercial sobre o Amazonas, produção esta, que segundo as fontes, estaria relacionada com a economia, a ciência e a repercussão do estado no estrangeiro e no restante do país, sendo permeada por ações e articulações de sujeitos históricos.

Perante a isso, Meneses (2003) relata que é comum que projetos de pesquisa histórica sejam construídos a partir da investigação de fundos documentais e coleções bem definidas. Porém, o autor ressalta que é preciso estabelecer uma relação dialética entre os documentos e a problemática histórica, em que a última sempre prevaleça.

A partir desta afirmação de Meneses (2003), começamos a refletir o lugar da problemática histórica neste trabalho e sua prevalência sobre os documentos em todo o processo de investigação e análise. E, chegamos à conclusão que as fontes passaram a ser o filtro e o condutor para as questões mais significativas ao contexto histórico e recorte temporal abordado.

Dessa forma, começamos a nos questionar sobre a imagem do Amazonas no início da segunda década do século XX e como as fontes visuais e escritas poderiam estar relacionadas a ela. Desse modo, partindo de uma visão mais ampla, interrogamos como o estado era visualizado nacionalmente e no estrangeiro, como os empresários internacionais percebiam a região e como ela era divulgada pela imprensa?

Somos conhecedores que, neste período, dá-se o ápice da crise da economia da borracha, principal produto de exportação da região norte, afetando drasticamente os negócios do estado do Amazonas. Dessa forma, identificamos a falência de várias empresas, o desmanche da Belle Époque e uma série de outras problemáticas sociais.

Diante de toda esta conjuntura histórica, já muito estudada pela historiografia amazônica, vamos percebendo através da relação e interpretação dos documentos (visuais e escritos) que surgiram várias tentativas de reanimação do cenário econômico, logo, os documentos demonstravam a construção de uma nova dimensão visual do estado do Amazonas, tanto no que tange sua imagem nacional quanto internacional.

Sendo assim, é nesse momento que percebemos a constituição de uma relação historicamente estabelecida entre o contexto econômico, a ciência e a produção de uma imagem para o estado. O suporte para esta análise de processo de construção foram as fontes visuais, pois, são elas a própria representação desta imagem, percebível através da sua produção, circulação e recepção; além dos documentos escritos, uma vez que eles passam a divulgar e tentar estabelecer através da escrita, a dimensão visual do Amazonas nos meios em que circulavam e naquilo que publicavam.

Foi também através da análise dos documentos escritos que identificamos e compreendemos a atuação de várias instituições e marcos científicos que contribuíram para o processo de construção da imagem do Amazonas. Daí nos perguntarmos que imagem seria essa? Fundamentada a partir de quais ações e articulações? Em quais meios e para qual fim?

### III

#### Tabelas: organização das fontes visuais

Ao contrário das fontes escritas, as fontes visuais destacam-se por seu caráter visual e de complexa análise. Assim, necessitaram de uma organização precisa para que se sobressaísse elementos que quando abordados com as demais fontes, de fato seriam considerados importantes para análise das questões.

Na falta de uma catalogação e organização por parte dos museus pesquisados, iniciamos a identificação, seleção e classificação do conjunto fotográfico coletado somente nos museus ora citados. Assim sendo, optamos pelas tabelas como forma organizacional, dividindo em eixos temáticos como filtros de informações e delineamento das análises em termos quantitativos e qualitativos, visando uma simples coleta de dados iconográficos que simbolizassem os focos visuais direcionados à imagem do Amazonas.

Os eixos temáticos estão apresentados da seguinte maneira: entes humanos, paisagens naturais e vistas urbanas, prédios e embarcações e processos e relações de trabalho. Como dito, sua finalidade foi apenas dominar, afunilar e iluminar elementos comuns e diferentes de cada imagem, a fim de apreender um conjunto de informações comuns a elas e as suas familiaridades, ou seja, se as imagens coletadas e classificadas se correlacionavam entre si e as outras fontes, para uma análise coesa da construção visual do Amazonas nos anos de 1920 a 1930.

Segue abaixo a classificação:

#### Classificação Geral

Quantidade de fotografias coletadas	Origem	Entes humanos	Paisagens naturais	Prédios e embarcações e vistas urbanas	Processos e relações de trabalho <sup>3</sup>
468	- Museu da Imagem e do Som do Amazonas - Museu Amazônico	213	135	59	61

#### Classificação por instituição de pesquisa

Quantidade de fotografias coletadas	Instituição	Arquivos	Quantidade de fotos por arquivos	Entes humanos	Paisagens naturais e vistas urbanas	Prédios e embarcações	Processos e relações de trabalho
370	-Museu da Imagem e do Som do Amazonas/ MISAM	-Coleção Silvano Santos	177	106	48	16	07
		-Coleção JG Araújo	193	75	84	33	01

<sup>3</sup>Retratam, predominantemente, processos e relações de trabalho ligados a empresa JG Araújo, em que os planos, tanto principais quanto secundários, apresentam diversas características ao mesmo tempo em seu conjunto, tais como: prédios, móveis, entes humanos, máquinas, produtos e etc. Além, de materiais fotográficos.

Quantidade de fotografias coletadas	Instituição	Entes humanos	Paisagens naturais e vistas urbanas	Prédios e embarcações	Processos e relações de trabalho
98	- Museu Amazônico	32	03	10	53

No mesmo campo de investigação e classificação encontramos três álbuns fotográficos, disponibilizados pelo Centro Cultural Povos da Amazônia. No conjunto estrutural, estes álbuns já possuem certa similitude no que diz respeito aos seus idealizadores e suas finalidades, não sofrendo grandes mudanças classificatórias.

De modo geral, as imagens fotográficas que constam nos álbuns retratam dentre outros aspectos: ambientes arquitetônicos e sociais da cidade de Manaus, bem como seus principais produtos econômicos e via de transporte. Deles também foi possível manter relação com outras fontes, inserindo-os como instrumentos de análise, simbolizando, dentro da investigação e análise, a materialidade dos interesses que incentivaram sua construção, portanto, podem ser considerados desencadeadores de informações e publicidade da região dada sua circularidade e recepção em outras localidades. Segue a classificação:

Classificação: álbuns fotográficos

Quantidade de fotografias	Álbuns Fotográficos
78	- Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manáos-Hamburgo
80	- Álbum da cidade de Manaus 1848-1948
34	- Álbum Municipal de Manáos 1929

IV

Instituições de Pesquisa

As instituições de pesquisas em que debruçamos o trabalho investigatório de coleta, seleção, comparação e análise de dados, são instituições que, de alguma forma, estavam

relacionadas à articulação histórica analisada aqui, ou seja, a relação de aspectos econômicos, científicos e visuais, seja pelos documentos que preservavam ou pela sua própria formação.

As primeiras instituições pesquisadas foram: MISAM (Museu da Imagem e do Som do Amazonas) – por apresentar em sua nomenclatura a especificidade na qual estávamos buscando a princípio, ou seja, o estudo de imagens fotográficas de um determinado recorte histórico; e o Museu Amazônico, por este guardar um acervo relevante, tanto iconográfico quanto documental, acerca da temática abordada.

Os dois museus apresentaram deficiência quanto à catalogação documental, mas em relação à disposição dos documentos não apresentaram grandes resistências. Isso se justifica, talvez, pelo fato de alguns documentos, principalmente, os iconográficos, já se encontrarem digitalizadas, tornando a sua acessibilidade mais precisa e menos dificultosa.

O Museu da Imagem e do Som do Amazonas, por exemplo, tem um acervo disponível todo digitalizado e as fotografias originais encontram-se guardadas em álbuns fotográficos cuja identificação segue a mesma na sua forma digital, em que se divide da seguinte forma: Arquivo - Coleção Silvino Santos e Arquivo - Coleção JG Araújo, seguido de uma catalogação simples, mas que pôde apresentar algumas informações importantes à pesquisa, principalmente, no que se refere à datação.

No Museu Amazônico encontra-se também um acervo rico de imagens fotográficas do fotógrafo Silvino Santos, além de um acervo documental de fontes escritas da empresa do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (JG Araújo), no qual tivemos acesso.

O arquivo iconográfico deste museu ainda necessita de uma organização digital mais cuidadosa, como a catalogação de suas imagens. Além disso, não tivemos acesso às fotografias originais, devido certa resistência do próprio curador do acervo. Ele pontua que algumas imagens foram dispersas ou sumiram em decorrência de pesquisas e visitas, fazendo o curador adotar esta política.

Aliás, neste museu não se pôde ter posse de todas as imagens digitalizadas, foi preciso uma seleção prévia no momento do contato com o acervo, coletando as imagens julgadas necessárias ao trabalho. O critério que utilizamos nesta primeira seleção esteve, simplesmente, correlacionado a temática do projeto, o qual abarcava ainda a função das imagens fotográficas na empresa JG Araújo ou as funções que a empresa dava a elas, mediante ao contexto histórico em que estavam inseridas.

Como dito, foi também no Museu Amazônico que tivemos acesso parte da documentação da empresa de JG Araújo, tais como: correspondências empresariais, tanto nacionais quanto internacionais; balanço comercial da empresa e do cenário econômico da

região ligado à borracha e outros produtos; documentos de contabilidade de entrada e saída de produtos e capitais da empresa, etc. O acesso total a esta documentação não foi possível, pois ainda se encontravam em processo de organização e catalogação.

Outra instituição, alvo de nossas pesquisas foi: Associação Comercial do Amazonas – ACA, cujo interesse estava no acesso às edições da revista da ACA referentes ao período estudado. Dessa forma, tivemos acesso, sem muita burocracia, as edições da revista que vai desde 1917 a 1930.

Dada a importância e facilidade de acesso desta fonte escrita, a Associação Comercial do Amazonas foi o palco de muitas das nossas investigações. E, descobrimos que ela estava inserida no contexto histórico de construção da imagem do Amazonas, ou seja, a associação estava relacionada aos aspectos econômicos, científicos e visuais do estado.

Outras instituições que merecem destaque por seu caráter investigativo e de vulgarização científica, encontram-se a Hemeroteca Nacional, Arquivo e Biblioteca Nacional, todas via internet, nelas encontramos documentos importantes da região amazônica, principalmente, periódicos e as mensagens dos governadores do Estado do Amazonas, estas foram de suma importância para esta pesquisa, uma vez que através das análises das mensagens em comparação aos outros documentos, identificamos os circuitos e recepção de alguns dos discursos e eventos que promoviam uma imagem do Amazonas.

Além dessas, também tivemos acesso a três álbuns fotográficos de Manaus correspondentes ao final do século XIX e início do século XX disponibilizados pelo Centro Cultural Povos da Amazônia, finalizando, consideravelmente, a coleta de fontes visuais e demais documentos necessários para a análise da pesquisa.

## V

### Apresentação dos capítulos

Os capítulos que seguem abaixo para leitura foram organizados dentro de uma estrutura a qual julgamos que seria mais lógica para a compreensão das articulações e ações propagandísticas que desencadearam a construção de uma visualidade do Amazonas, interligados aos segmentos econômicos e científicos em meio a um contexto histórico de crise da economia da borracha (1920-1930).

Desse modo, no Primeiro Capítulo delineamos no tópico inicial, ainda que brevemente e necessitando de aprofundamentos, o campo de produção fotográfica na cidade de Manaus nas décadas iniciais do século XX, buscando entender através de alguns usos e repercussões da

imagem, como se organizava, bem como a quem destinava a prática fotográfica de Manaus. Com vistas a compreender, dentro de uma conjectura histórica de retração econômica quais eram os possíveis usos e funções que se faziam da imagem fotográfica quando veiculadas nos meios de divulgação e os sujeitos envolvidos.

Em seguida, no mesmo capítulo, apresentamos através das análises da revista da ACA, mensagens dos governadores e imagens fotográficas, a sustentação da nossa tese de que existia a pretensão e/ou preocupação, por parte do governo e dos grupos econômicos, de uma produção de uma imagem do Amazonas no século XX que correspondesse aos anseios econômicos no momento em que o futuro do estado era incerto devido à crise gumífera que se mostrava mais proeminente.

Esta questão visual correspondeu ou esteve relacionada a um conjunto de ações e articulações construídas a partir de relações advindas entre os campos econômicos e científicos, sendo direcionadas à propaganda do estado que divulgasse a imagem de um território próspero, rico e com grandes possibilidades de investimentos, atendendo assim, os interesses dos grupos envolvidos.

No Segundo Capítulo, iniciamos nossas discussões tratando justamente das ações e articulações travadas nos anos de 1920 a 1930, nas quais resultaram numa divulgação visual e escrita do Amazonas, por meio de revistas, periódicos nacionais e internacionais, relatórios, fotografias etc.; como um estado detentor de riquezas a serem pesquisadas e exploradas para a expansão das atividades comerciais e investimentos econômicos.

Destacamos assim, nesse capítulo, a relação entre economia, ciência e a imagem do Amazonas por meio dessas articulações advindas, predominantemente, de ações de homens de negócios e da ciência; e, de governantes estaduais. Damos destaque neste quadro analítico às seguintes articulações: Museu Comercial do Amazonas; as Exposições Nacionais e Internacionais e sua importância para o momento histórico; o campo experimental Seringal Miry; e, as ações do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo em prol da imagem do Amazonas.

No terceiro capítulo, mereceu destaque no âmbito desta análise relacional entre economia, ciência e imagem, a apresentação da Expedição Hamilton Rice (1924-1925), além de uma breve síntese de outros cursos expedicionários. Esta expedição teve sua devida ênfase pela relação intrínseca com a Empresa de JG. Araújo, resultando num rico acervo fotográfico e uma produção cinematográfica importante da Região do Rio Branco, hoje estado de Roraima, preenchendo, inclusive, as telas dos cinemas nacionais e internacionais.

Esta produção cinematográfica foi denominada “*No rastro do Eldorado*”, servindo como veículo de propaganda das riquezas da região, portanto, preponderante na construção da imagem do Amazonas, delineada pelos ideais de progresso, potencialidades econômicas, civilidade, pesquisas e investimentos.

Portanto, acreditamos ter conseguido analisar um conjunto de articulações travadas entre os segmentos econômicos e científicos em prol da consolidação, pelo viés da propaganda, de uma imagem do Amazonas voltada para seus aspectos naturais e urbanísticos que pudessem viabilizar outros meios de crescimento e enfretamento da crise gumífera.

Através dos capítulos, fazemos a relação dessas articulações em paralelo às diversas imagens coletadas e/ou aquelas inseridas em algum tipo de publicidade mantidas em revistas, periódicos e álbuns fotográficos da época.

Ao mesmo tempo, gostaríamos também de ressaltar que esses tipos de ações construídas nesta conjectura de retração econômica não se limitaram somente às apresentadas neste trabalho, existiram outras, mas, como parâmetro para análise, selecionamos aquelas que identificamos o entrelaçamento entre os setores da economia e ciência, relação esta, que julgamos ser um dos suportes essenciais para a imagem do Amazonas desejada nas primeiras décadas do século XX.

## CAPÍTULO 1

### UMA BREVE LEITURA SOBRE A PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA EM MANAUS E A IMAGEM DO AMAZONAS

#### 1.1. Manaus e seu campo de produção fotográfico: alguns usos e repercussões da imagem

De acordo com as pesquisas realizadas no decorrer da investigação e que estavam ao alcance de análise, apontam uma carência de trabalhos nesta área temática<sup>4</sup>. São poucos os estudos que se dedicam ou se dedicaram a pesquisar, especificamente, a imagem da região amazônica, seu ambiente e seus vários meios de produção e circulação.

Este capítulo, caracterizado como um preâmbulo dos demais e parte daquilo que sustentou nossa tese ao longo da pesquisa, não visa o aprofundamento dessas questões, até porque demandaria um trabalho a parte. Mas propomos então, apresentar uma breve síntese do campo de produção fotográfica em Manaus nos anos de 1920 a 1930 no que se refere a alguns usos e repercussões da imagem visual.

Para, a partir daí, percebermos que a produção fotográfica em Manaus esteve relacionada ao contexto histórico da época e que a prática fotográfica, bem como os sujeitos que dela faziam uso, buscava através das imagens a representação dos seus interesses, atribuindo a elas determinados códigos e valores sociais por onde circulavam.

Como sustentação deste trabalho, tivemos como principais fontes de análise os periódicos de circulação em Manaus, revistas, fotografias e álbuns fotográficos produzidos na época. A leitura destes documentos tateados levou a um diagnóstico de que a produção fotográfica na capital do Amazonas estava voltada para a construção de uma imagem detentora de todas as características de progresso e modernidade do Amazonas com seus mais variados recursos urbanísticos e naturais em meio à crise da economia da borracha.

Isso fez com que chegássemos àquilo que apresentaremos nos próximos capítulos, onde procuramos relacionar que a construção de uma imagem do Amazonas esteve estritamente relacionada ao contexto econômico e as mediações científicas, travados no meio em que

---

<sup>4</sup>Ver: COSTA, Selda Vale da. *No rastro de Silvino Santos*; SOUZA, Márcio. *Silvino Santos: o cineasta do ciclo da Borracha*; COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das ilusões: cinema e sociedade (Manaus 1897-1935)*; SCHOEPEF, Daniel. *George Huebner: um fotógrafo em Manaus – 1862-1935*; GUSMÃO, Dulce Milena Almeida. *A fotografia no Amazonas de 1865 a 1903: a importância da fotografia na produção do imaginário dos atores sociais*; TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon: Etnografias estratégicas*; COSTA, Selda Vale da e LOBO, Narciso Julio Freire. *Cinema no Amazonas*; MARTÍNEZ, Oscar Guarín. *Exploración, ciencia y espectáculo. La cinematografía sobre la Amazonía en la primera mitad del siglo XX*; SORANZ, Gustavo. *Imagens da Amazônia*; THIELEN, Eduardo Vilela. *Imagens da Saúde na Amazônia*; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Imprensa e cultura letrada no Amazonas, 1889-1930*; MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*; dentre outros.

governantes, empresários e cientistas, através de suas ações e articulações, tentavam dar ao Amazonas uma imagem visual e comercial de um estado com muitas possibilidades de crescimento econômico, bastando para isso sua divulgação, estudos e investimentos.

Segundo os documentos analisados, a prática fotográfica na cidade de Manaus tornou-se evidente e, porque não, necessária para alguns, quando a cidade começara a crescer em decorrência de uma economia e de um mercado nacional e internacional voltado para a produção da borracha, sendo seguido por sua crise econômica devido à concorrência da borracha asiática.

Assim, torna-se evidente que a prática fotográfica não se finda ou limita-se ao recorte temporal que estamos pesquisando. Antes disso, já se podia identificar um campo fotográfico na cidade de Manaus, principalmente, através dos viajantes-fotógrafos que vinham para a região e penetravam no meio social das famílias mais ricas; ou, montavam estúdios fotográficos ou lojas de tipografias na cidade. Como se pode averiguar num anúncio do jornal do Rio Negro, de 19 de outubro de 1867:

ARTISTA PHOTOGRAPHICO  
TRAVESSA DA IMPERATRIZ Nº 10

Guilherme Potter, recentemente chegado nesta capital, participa ao respeitável público que já deu princípio aos seus trabalhos fotográficos e como tenha trazido um grande e sortimento de caixas, quadros, passa-partute, envelopes, e cartões, tira retrato do ponto menor ao maior, e por preço muito razoável, todos os dias das 7 da manhã ás 4 da tarde. Manaus – Tipografia de Mendes & Filho. Rua de S. Vicente nº 12. – 1867.

Gusmão (1996) retrocede ainda mais, ela encontra evidências dessa prática no ano de 1858 num anúncio de um jornal que circulava na cidade de Manaus nesse período, o *Estrella do Amazonas*. A autora acredita que os fotógrafos pioneiros, portanto, a organização de um campo fotográfico no Amazonas, começou no final da década de 50 do século XIX, com fotógrafos de espírito aventureiro na busca do exótico e “fugindo” do inchaço do mercado fotográfico das principais cidades brasileiras.

O abaixo assinado avisa ao respeitável público que no dia 8 do corrente em diante principia a tirar retratos pelo sistema daguerreótipo, no sobrado sito praça da Imperatriz ao lado da casa de Antonio Martins. Manaus, 4 de novembro de 1858. Hipolito Mainette. (ESTRELA DO AMAZONAS, 3 de novembro de 1858 apud GUSMÃO, 1996).

Além do mais, segundo Gusmão (1996), o modo como se organizou a produção fotográfica em Manaus, influenciou a formação de um imaginário social entre o projeto modernizante burguês e o modo “tapuio” de ser da região.

Nesse sentido, o lugar físico ou espaço geográfico em que circulavam a prática e produção fotográfica em Manaus estavam localizados em locais e ambientes mais privilegiados. Pois, com o crescimento e transformação da cidade devido à economia gumífera e, logo depois, o retrato de sua decadência, a cidade se transforma nos ditames que muitos autores abordam de modernidade e, conseqüentemente, civilidade.

Segundo Santos (2007), no final do século XIX e início do XX, as grandes obras construídas em Manaus foram sobre medidas de civilidade e modernidade, enaltecendo a cidade com certo ufanismo, sendo comparada ao que era tido como moderno e civilizado em centros urbanos como sudeste e países europeus. Desse modo, “[...] Foi com a imagem de prédios que se tornaram emblemática, na ocasião da transformação da cidade, que Manaus ficou conhecida como Paris das Selvas.” (SANTOS, 2007, s/p)

Nesse contexto, as fotografias da época apresentavam tais características, os álbuns, como o Álbum Municipal de Manaus, elaborado na administração do prefeito Araújo Lima e do governador do estado Efigênio de Sales em 1929, foram confeccionados em homenagem à celebração de uma Manaus moderna e civilizada. Os prédios e sua arquitetura (FIGURA 1) marcantes nas páginas; grandes casas comerciais e expoentes empresários fazem questão de expor sua imagem moderna e próspera nos meios circuláveis.

Desse modo, Ferraz (apud FABRIS, 1991) expõe que “[...] a fotografia, enquanto produto da técnica, expõe-se no rol de bens da civilização burguesa; ao mesmo tempo, é um instrumento para a exibição de outros bens, de espaços não conhecidos, do exótico e do civilizado [...]” (p. 79).

Portanto, não são somente os famosos códigos de posturas instituídas em Manaus que impuseram ou guiaram para uma normalidade e uma exemplar cidade moderna e civilizada (DIAS, 1999), as imagens fotográficas e sua circulação também instituíram e até materializaram esse sentido social de moderno e civilizado da sociedade.



FIGURA 1: Fábrica Brasil-Hevea. Fonte: Álbum Municipal de Manaus (1929).  
Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

Portanto, a produção fotográfica desse período em estudo parece integrar-se nesse espaço como meio de afirmação do retrato modernizante de Manaus, autoafirmação e representação dos sujeitos mais ricos, como: comerciantes, empresários, políticos, etc. São os prédios, os lugares e as pessoas retratados pelos fotógrafos que representam isso de modo bastante evidente. Os próprios anúncios, os fotógrafos e os espaços onde a prática fotográfica aparece não fogem desse olhar modernizante, mesmo com o contexto histórico de crise econômica.

Conforme expõe Bentes (2012), até mesmo perante a crise econômica da borracha que se inicia em 1910, os sujeitos que detinham um poder aquisitivo melhor e que permanece na cidade vai continuar mantendo seu espaço privilegiado e seu *status quo*, mediante vários símbolos de identificação e de manutenção de classe privilegiada.

Independentemente da situação de crise vivenciada pelo Estado do Amazonas, a elite local insistia em que a cidade de Manaus continuasse sendo a vitrine por meio da qual ela pudesse ser percebida pela mesma representação de seu período de prosperidade [...] de um governo de uma elite que precisava de autoafirmação do seu antigo “status quo”. (BENTES, 2012, p.47-8)

Assim, a produção fotográfica e as características de modernidade e progresso que se mostram nas imagens fotográficas e nas publicações textuais que a elas foram atribuídas, configuraram-se num espaço social, mantido por relações sociais e econômicas construídas mediante os interesses de produção e circulação de determinadas imagens.

Como exemplo, na Revista Ilustração Brasileira de 1929, há uma publicação e imagens sobre o porto de Manaus (FIGURA 3 e 4). Segundo a revista, em virtude da crise econômica, o porto de Manaus havia decaído bastante no que tange a entrada e saída de mercadorias e pessoas. No entanto, conforme expôs a revista, com alguns melhoramentos em 1928 a propaganda que se fez sobre um porto moderno e revitalizado, parece ter colaborado para uma mudança no movimento do porto e alfândega em Manaus, conforme os dados abaixo:

EMBARCAÇÕES ENTRADAS E SAÍDAS NO PORTO DE MANAOS DURANTE O ANNO DE 1928							
ENTRADAS							
MEZES	Do Sul da Republica	VAPORES DE L. CURSO		De Belem	DO INTERIOR		TOTAL
		Da Europa	Da America		Vapores e lanchas	Embarcações miúdas	
Janeiro . . . . .	2	2	1	12	51	65	133
Fevereiro . . . . .	2	4	2	11	59	84	162
Março . . . . .	3	2	1	15	59	87	167
Abril . . . . .	2	1	2	10	66	87	168
Maió . . . . .	1	3	2	11	75	94	186
Junho . . . . .	2	2	0	11	63	130	208
Julho . . . . .	2	2	1	10	58	96	169
Agosto . . . . .	3	2	2	10	70	140	227
Setembro . . . . .	2	2	1	12	55	165	237
Outubro . . . . .	2	3	1	12	45	122	185
Novemb. . . . .	2	2	4	20	67	134	229
Dezemb. . . . .	1	2	0	6	31	141	181
	24	27	17	140	699	1.345	2.252

FIGURA 2: Estatística portuária de Manaus do ano 1928 sobre a entrada de embarcações. Fonte: Revista Ilustração Brasileira (1929).

Em relação a isso, Machado (1984) relata que o espaço onde o fotógrafo e sua câmera pretendem intervir já se encontra todo arquitetado por forças monopolizadoras e contraditórias, portanto, seu ato fotográfico não é neutro nem aleatório, pertencem a um conjunto de interesses e necessidades de um grupo ou de um conjunto de instituições dominantes.



FIGURA 3 e 4: Porto de Manaus 1929. Fonte: Revista Ilustração Brasileira (1929).

Manaus, durante os anos 20 a 30, quase sempre esteve aliada aos grupos detentores de poder aquisitivo da cidade: as famílias mais requintadas, os empresários mais famosos e os políticos, etc. Sendo assim, os eventos, as festividades, o comércio, a produção científica e a forma de propaganda que era dado a eles, tinham como público consumidor aqueles que queriam a cada instante serem celebrados através das imagens expressas em retratos, cartões de visita, revistas e jornais.



FIGURA 5: Fotografia retratando o casamento de Agesilau Araújo, filho e sócio do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo. Fotógrafo: Silvino Santos. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

O espaço da produção fotográfica, bem como as experiências e os eventos envolvidos nesse conjunto eram tão diversificado que, o estabelecimento fotográfico situado na residência do Major Tapajós oferecia, além de outros serviços, registros fotográficos de pessoas falecidas (JORNAL DO RIO NEGRO, s/d).

Dessa forma, a prática fotográfica em Manaus atendia diversos interesses e estavam organizados em sua maioria em estúdios fotográficos, uns com pequena visibilidade e outros com destaque social, como a creditada loja *Photographia Alemã*, a qual ganhou algumas premiações como a medalha de ouro por sua atuação em prol da Indústria de Manaus, sendo requisitada para vários eventos.

“Photographia Alemã” – premiada com grande premio na exposição de 1908 é medalha de ouro na Industrial de Manaus não é a que trabalha mais barato, porém, quem quiser um retrato artístico e bem acabado deve preferi-la. O ateliê funciona todos os dias uteis das 8 às 17 horas e aos domingos e feriados somente às 15 horas. A fotografia está instalada no prédio nº 88 da Avenida Eduardo Ribeiro, sobrado junto ao Odeon. (REVISTA DA ACA, 1929)

Por outro lado, o campo de produção fotográfica em Manaus não se limitava somente no seu espaço urbano ou citadino. Outros espaços que representassem os interesses dos grupos dirigentes da cidade também se tornavam ambientes de produção fotográfica. Além destes, podemos considerar a atuação da prática fotográfica nas expedições científicas que vieram para a região nos anos 20 a 30.

O resultado disso, em sua maioria, eram várias vistas da natureza Amazônica que ora eram divulgadas nacionalmente ora ganhavam visibilidades em revistas internacionais. Como o caso do suplemento semanal *A Noite* (1929), em que publicou imagens acompanhado de um texto sobre a Expedição Hamilton Rice (1924-1925) que se fez presente ao Amazonas, excursionando pela região do Rio Branco, localizado no extremo norte do estado (FIGURA 6).

Cabe ressaltar que as expedições e estudos científicos no Amazonas durante o período de 1920 a 1930 possuíam relações muito próximas com os segmentos econômicos do estado <sup>5</sup>, dado seu caráter propriamente científico e divulgador da região.

---

<sup>5</sup>Assunto mais bem delineado no capítulo 3 deste trabalho.

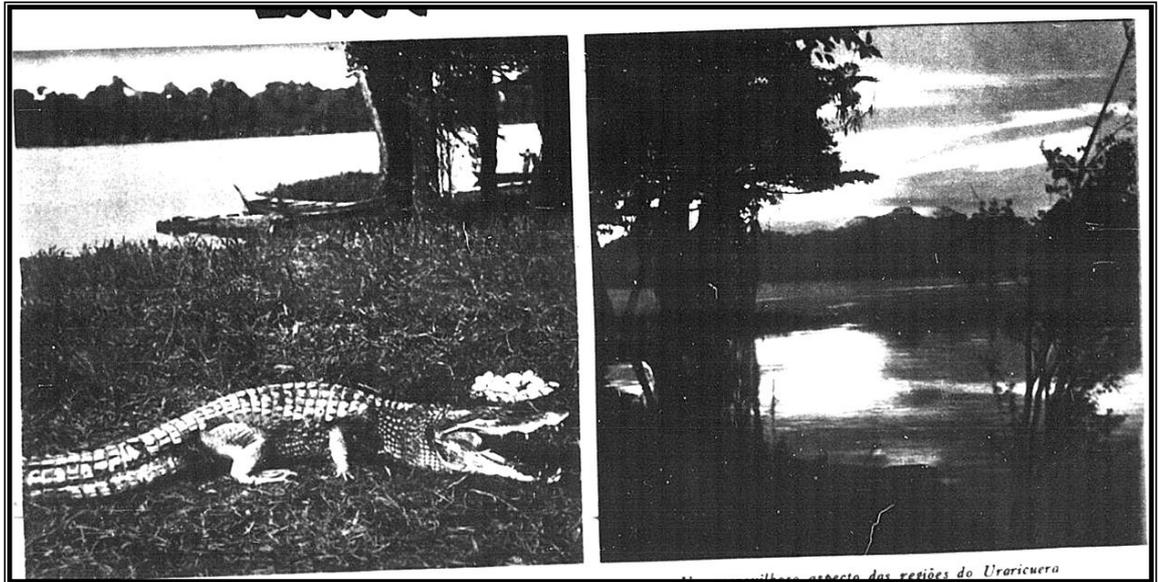


FIGURA 6: Imagens publicadas no Suplemento *A Noite* (1929) referente à expedição Hamilton Rice (1924-1925). Fonte: *A Noite* (1929).

Aliando os interesses econômicos aos científicos e a produção fotográfica dessas expedições, especificamente a expedição ora citada, as imagens passavam a representar um instrumento nas mãos daqueles que detinham o monopólio sobre elas, passando a utilizá-las para variados fins, principalmente, a propaganda do Amazonas.

Nesse sentido, o aparecimento, a organização e a expansão da produção fotográfica em Manaus estiveram como dito, atrelados aos interesses dos segmentos sociais com maior poder econômico. Os espaços, os usos e repercussões sociais em que a prática fotográfica esteve presente, pontuaram os mais variados usos e funções que a fotografia acabou ganhando na sociedade, indo desde pequenos registros familiares, cartões-de-visita, álbuns, eventos festivos até as expedições científicas.

Além disso, quem poderia pagar os serviços fotográficos senão aqueles que detinham dinheiro para o consumo de tais meios? Portanto, tudo indica que a produção fotográfica era destinada aos grupos dirigentes da cidade, “[...] a clientela destes fotógrafos era formada pela elite extrativista (seringalistas, donos das casas aviadoras etc.) mais a classe média emergente receptiva e consumidora dos modismos europeus [...]” (GUSMÃO, 1996, p. 124).

O seu uso e repercussão em ambientes científicos que, quando não eram financiados ou recebiam alguma ajuda do governo ou de particulares, serviam aos interesses dos próprios cientistas, fazendo parte do seu processo de visualização, divulgação e credibilidade científica. Como as imagens publicadas na revista *Ilustração Brasileira* (1925), referente à expedição do Dr. Schurz ao Vale do Amazonas.



FIGURA 7: Imagens publicadas pela revista *Ilustração Brasileira* (1925), referente à expedição do Dr. Schurz. Fonte: *Ilustração Brasileira* (1925).

Quando, por volta do final da primeira década do século XX e nos decorrentes anos, a crise da economia gumífera atinge as camadas privilegiadas da cidade, Manaus sofre outras transformações, tanto no seu aspecto físico quanto no seu aspecto populacional.

Mas, mesmo assim, os grupos dirigentes da cidade continuavam com seu discurso moderno e civilizado. Vários ateliês ou estúdios de fotografias, lojas de tipografias, além dos fotógrafos amadores, reproduziam esta realidade por meio das imagens fotográficas publicadas ora na imprensa ou em ambientes familiares.

Como a já citada *Photographia Alemã*, do fotógrafo George Huebner, ateliê que possuía filiais no Pará e no Rio de Janeiro, e muito requisitado em diversos eventos. Ela era considerada como uma das maiores contribuidoras da iconografia amazônica da segunda geração de pioneiros da fotografia no Norte do Brasil (SCHOEPPF, 2005).

Além desta, podemos pontuar também a *Manaós Arte*, da empresa do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, a qual ganhou visibilidade devido as suas contribuições nas produções fotográficas e cinematográficas na década de 20, como o filme “*No Rastro do Eldorado*”, grande recurso midiático da propaganda da região amazônica.

Para contemplar este quadro de abordagem e demonstrações a respeito do campo fotográfico de Manaus através dos seus usos e repercussões, abaixo segue, para uma visão panorâmica deste campo, os nomes de alguns fotógrafos e seus respectivos estabelecimentos fotográficos relacionados ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, como prova de que em Manaus existia uma vasta produção fotográfica, embora esta atendesse apenas aqueles que monopolizavam esse serviço.

Ressaltamos que esta lista é apenas ilustrativa, afim que se perceba, aleatoriamente, em termos quantitativos, a prática e a produção fotográfica na cidade de Manaus.

ESTABELECIMENTO FOTOGRÁFICO	FOTÓGRAFO OU PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Manaus Chic (Galeria Musical)	Não informado	Rua: Henrique Martins nº 5	Este estabelecimento não se configurava como um estúdio fotográfico propriamente dito. Mas, além de estudos e métodos de músicas, ele também era especialista em ampliações de retratos a crayon; cópia aquarela, pastel e a óleo.
O Comercial	Não informado	Não informado	Além do fornecimento de circulares, rótulos, envelopes e menus. O estabelecimento comercial também confeccionava cartões de visita, muito evidente na época.
Bazar Sportivo/ AthelierPhotographico	Pablo NóvoaRodrigues	Avenida Eduardo Ribeiro, nº 17.	Casa comercial especializada em produtos e artigos esportivos. Além de possuir um atelier fotográfico próprio, o qual fazia revelação de <i>films</i> e toda classe de trabalhos <i>photographicos</i> . Também fornecia artigos da FABRICA KODAK; AGFA e SEFORD.
Manaus Arte de J.G Araújo e CA. Limitada	Proprietário: Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo. Direção: Fotógrafo Manoel Rodriguez Lyra.	Não informado	Agentes e depositários de sessões cinematográficas e trabalhos fotográficos; <i>machinas cinematográficas</i> PATHÉ BABY e KRUPP ARNMANN.
Ateliê Arthur Luciani	Arthur Luciani	Não informado	Trabalhos a <i>crayon</i> , <i>photo-crayon</i> , <i>photographia</i> e outros.
Ateliê do Sr. Moura Quineau	Sr. Moura Quineau	Não informado	O Sr. Moura Quineau elaborava grandes exposições com seus trabalhos fotográficos para o público apreciar.
Escritório de Desenho	Salvador Carlos de Oliveira	Av. Eduardo Ribeiro.	O sr. Salvador Carlos de Oliveira recebia encomendas de trabalhos de desenho e fotografia.
Livraria Acadêmica	Proprietário: Sr. Joaquim F. Coceillo	Não informado	Venda de artigos fotográficos.
Não informado	Fotógrafo Joaquim Carvalho Novo	Não informado	Provavelmente, Joaquim Carvalho Novo fosse amador na prática fotográfica, pois ele cedeu seus clichês de um evento ocorrido no Bosque Municipal ao Jornal A Capital em 8 de

			outubro de 1917, sendo publicamente agradecido pelo ato por este periódico.
Gabinete de Identificação e Estatística Criminal do Estado do Amazonas/Ateliê Fotográfico	Instituição Pública. Colaborador Artístico e fotógrafo Major Abdon Coelho.	Não informado	Esta Instituição tinha em seus departamentos um estúdio fotográfico com a finalidade de confeccionar identificações aos profissionais da área, bem como, os sujeitos que cometiam algum tipo de delito no estado.
PHOTOGRAPHIA ALLEMÃ	Fotógrafo e proprietário: George Huebner. Auxiliar fotográfico: José Gomes Leite.	Não informado	Um dos mais creditados ateliê fotográfico de Manaus.
Bazar Alemão	Não informado	Rua Henrique Martins.	Vendia artigos fotográficos e brinquedos infantis.
Não informado	Fotógrafo amador: Sr. Manoel Borges Teles	Não informado	Colecionador e apaixonado por fotografia.
PHOTOGRAPHIA LYRA	Fotógrafo Manoel Rodriguez Lyra.	Rua: Marcílio Dias, nº 20.	Casa fundada em 1896. Quando o Comendador JG Araújo funda a Manaus Arte na década de 20, Manoel Rodriguez Lyra fica sobre a direção deste estabelecimento.
Livraria e papelaria PALAYS ROYAL	Proprietário: Lino Aguiar e Comp.	Rua Municipal.	Especializada em Cartões de Visita.
PHOTOGRAPHIA OLIVEIRA	Proprietário e fotógrafo Sr. Oliveira	Rua Conselheiro João Alfredo, nº 4.	*****
PHOTOGRAPHIA PORTUGUESA JOÃO E MAIA.	Não informado	Rua Municipal, nº 27	*****
Ateliê Fotográfico Particular	Fotógrafo amador Sr. Deoclecio de Campos	Não informado	*****
Ateliê Fotográfico Particular	Proprietário e fotógrafo: farmacêutico Manoel de Freitas	Não informado	*****
Loja Diabinho	Não informado	Não informado	Especialista em raios X e fotografia dos corpos opacos.
Ateliê B. Telles	Proprietário: Sr. Telles. Fotógrafo: Peter Negreen.	Rua da Matriz, nº 40.	Provavelmente este ateliê pertence ao apaixonado colecionador por fotografia o sr. Manoel Borges Teles, já citado acima.
PHOTOGRAPHIA ROCHA	Proprietário e fotógrafo: Sr. Antônio Rocha.	Rua Costa Azevedo, nº 7.	*****
PHOGRAPHA MENDONÇA	Proprietário e fotógrafo: Antônio Correa Mendonça.	Rua Municipal	Este estabelecimento fotográfico era um dos mais requisitados em eventos ou outras festividades em Manaus, além de inovar em seus anúncios publicitários.
Revista Musical de Bellas Artes.	Diretor: J. Franco	Rua Henrique Martins, nº 20.	Este estabelecimento comercial: <i>photographa, typographa e zincographa.</i>
Artista Photographico	Fotógrafo: Guilherme Potter.	Travessa da Imperatriz, nº 10.	*****
Estabelecimento Photographico	Proprietário: Sr. Major Tapajoz	Não informado.	Este estabelecimento estava situado na residência do proprietário,

			sendo o mesmo amador da arte fotográfica.
PHOTOGRAPHIA PANIGAI	Não informado	Não informado	*****
Typografia do 'Cá e Lá'	Diretor proprietário: Aprigio de Menezes. Secretário: Heitor de Figueiredo. Diretor artístico: Olympio de Menezes. Gerente das oficinas: Manuel Rebello.	Rua Joaquim Sarmiento, nº 12	Nesta casa comercial executavam-se todos os serviços ligados fotogravura e zincografia a preços módicos. Não se devolviam originais nem fotografias. Publicava-se quinzenalmente a revista Cá e Lá, esta era de natureza artística ilustrada, humorística e imparcial.
A FAVORITA: Atelier fotográfico elétrico.	Fotógrafo e proprietário: Camillo Cuadal.	Rua Henrique Martins, 192.	Retratos artísticos e populares, além de artigos fotográficos das acreditadas marcas: AGFA, GEVAERT, VOIGTLANDER, MIMOSA. Oferece: machinhas, filmes, chapas e papeis, assim como: revelações, cópias e ampliações.

## 1.2.As primeiras décadas do Século XX: A imagem do Amazonas do amanhã...

[...] Num apelo ao patriotismo de quantos mourejam nessa opulenta, mas tão ignorada, ainda, nesga do território pátrio, com o pensamento no Amazonas do amanhã, prospero, farto, rico, feliz, prestigiado [...]. (REVISTA DA ACA, nº 163, 1929)<sup>6</sup>

Nas primeiras décadas do século XX o estado do Amazonas, através das ações de governantes e homens de negócios, vai tentar construir uma imagem desatrelada daquela do século XVI ao XVIII, onde viajantes e naturalistas concebiam a Amazônia como um lugar permeado de fantasias, mitos e exotismo.

Apesar de que os mitos, o imaginário e todo exotismo criados sobre a Amazônia durante estes séculos foram decisivos na constituição de representações sobre a região e, acima de tudo, na delimitação e constituição de suas fronteiras, disputas entre nações, exploração de suas riquezas e nas relações com os povos nativos(CAMILO, 2011).

Segundo Camilo (2011), os mitos do El Dorado e do País das Amazonas são os que melhor representam esse período da descoberta da Amazônia. As narrativas e a imagem, representada, em específico, pela cartografia, revelam que os ideais alcançados neste território pelos exploradores, não dependeu somente do seu arcabouço científico, mas também, eram

<sup>6</sup>O Núcleo de Nossa Propaganda Econômica, por Benjamim Lima, Rio de Janeiro de 1928, publicado na Revista da Associação Comercial do Amazonas em abril de 1929.

justificadas por crenças mitológicas que relatavam de modo fantasioso e lendário as riquezas da Amazônia, atraindo assim, muitos viajantes, cientistas e exploradores.

Ao mesmo tempo em que desejavam afastar a imagem fantasiosa e exótica da região, surgia a necessidade de atrelar a Amazônia, especificamente ao estado do Amazonas, a imagem de um território com grande potencial econômico explorável. Pois, a partir do século XX, o estado passa a vivenciar em sua vida econômica, um cenário decadente de seu principal produto de exportação, a borracha, como divulgado na imprensa local e nacional.

Acabou-se a tentação do ouro negro...

Antigamente, em toda a Amazônia, não se fazia outra cousa (sic) senão extrair borracha. Era uma mina! Quase todo mundo ali enriquecia ou ganhava para esbanjar [...] o resultado disso [...] veio a formidável concorrência do Oriente e lá se foi por água abaixo o decantado ouro negro amazonense. As cotações da borracha desceram de tal forma, que tanto o Amazonas como o Pará estão reduzidos a triste condição de mendigos. São como milionários, que se arruinaram nas ostentações suntuárias e passaram a pedir esmolas. (GAZETA DE NOTÍCIAS, RIO DE JANEIRO, 1920)

Nesse sentido, no século XX, especificamente no período em que se inicia a queda da economia gumífera (as três primeiras décadas), ações, relatos e interpretações sobre esta região tão vasta, designada nas fontes pesquisadas de “Valle Amazônico” ou “Valle do Amazonas” (REVISTA ACA, 1928), passam a assinalar inquietações econômicas e sociais referentes ao estado do Amazonas e o seu destino.

Todas as preocupações estavam voltadas para o futuro do estado, que antes da crise da borracha, situava-se no cenário nacional como um dos estados nortistas mais ricos do Brasil e que neste momento de retração econômica, apressava-se em tomar medidas em caráter de urgência para contornar a queda de exportação de sua balança financeira.

Esta queda foi motivada pelas plantações da borracha no oriente, caracterizada por uma produção sistematizada e adotada de processos mais sofisticados do que o rudimentar processo de extração e comercialização da borracha amazônica (CARDOSO; HEIZER, 2012).

Desse modo, esta conjuntura histórica do estado foi favorável para que o governo e os empresários locais se organizassem em torno de estratégias, por exemplo, a propaganda; e articulações com segmentos institucionais, como o científico; ambos interligados a partir de interesses e alianças formadas com a finalidade de viabilizar melhorias e novos rumos econômicos ao Amazonas.

Logo, o que se desejava construir e repercutir na sociedade, por meio de estratégias propagandísticas e científicas era uma dimensão visual (MENESES, 2003) <sup>7</sup> sobre o Amazonas, desvinculado do retrato da crise da economia gumífera ou a superação desta, divulgando através de fotografias e textos, a imagem de uma região que além da riqueza da seringueira, tratada como sustentáculo econômico da praça comercial, detinha outros produtos a oferecer: as madeiras, os óleos, o pescado, os frutos, as paisagens, as plantas medicinais, as cidades, a civilidade, etc.

A sustentação desta imagem visual e econômica próspera, rica e abundante, esteve vinculada às imagens fotográficas que foram levantadas no decorrer da pesquisa, nas mensagens dos governadores, nas revistas, periódicos e em relatórios científicos do período de 1920 a 1930.

A partir destas fontes coletadas e analisadas, conseguimos identificar as ações e as articulações construídas nesse período que possuíam como eixo de sustentação a vida econômica do estado e alguns segmentos científicos, resultando numa divulgação visual e escrita de uma imagem que tratava o Amazonas como um estado detentor de riquezas ainda a serem pesquisadas e exploradas.

Os idealizadores desta construção visual, em sua maioria, homens de negócios e os governantes estaduais, desejavam repercutir a imagem do Amazonas nos grandes centros econômicos do mundo, o principal objetivo era atrair capital estrangeiro para o estado e assim expandir seus negócios.

Fato é que a cada telegrama que chegava a Associação Comercial do Amazonas, empresários ficavam esperançosos para a consolidação de negócios. A visita ao Rio de Janeiro em 1925 do Sr. Irwing Hall Chase, presidente do Banco de Connecticut, nos Estados Unidos, considerado o “Rei do Dólar” (REVISTA ACA, nº 127, 1925, p. 02) exaltava os ânimos dos empresários locais, pois o Sr. Hall Chase havia assegurado instalar uma sucursal do banco para empregar capital na exploração da borracha.

Após os estudos realizados pelo cientista Dr. Schurz no Valle do Amazonas, assegurando que era uma região que detinha solo apropriado para o plantio de seringueiras, o Sr. Hall Chase reafirmava o seu intento, mas a delonga pela concretização do projeto não impediu que a concorrência da borracha asiática dominasse os melhores mercados mundiais,

---

<sup>7</sup> A concepção de dimensão visual na História, não se trata exclusivamente de um corpo documental ou conjunto de imagens fotográficas referente a determinado contexto histórico, mas sim, de como, a partir desses documentos visuais ou de qualquer tipo de documento, podemos entender a sociedade e suas relações, seus conflitos, seu modo de se organizar, etc. Portanto, nessas condições, visual diz respeito à própria sociedade e suas problemáticas históricas e não, propriamente, as fontes visuais, embora estas sejam o fio condutor de problemas visuais de determinada sociedade. (MENESES, 2003)

deixando assim, interrogatórios em relação aos investimentos prometidos pelo presidente do Banco de Connecticut, o Sr. Irwing Hall Chase: “Teremos mesmo esses famosos e difíceis capitais americanos? Para quando e como?”. (REVISTA ACA, nº 127, 1925, p. 02)

Assim, identificamos que interesses econômicos aliados aos segmentos científicos, ambicionavam por novas descobertas e estudos de novos produtos com potencial de comércio, pesquisas sobre o solo e o ambiente sanitaria da vida urbana e rural, visando demonstrar a força econômica que o estado detinha, encoberto pela crise da economia gumífera.

Em 1923, o governador Cesar do Rego Monteiro passa a mencionar o Amazonas como a “Canaã Bíblica” (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO AMAZONAS, 14 DE JULHO DE 1923), onde tudo que se planta germina de modo prodigioso. De tal forma que, era preciso que as classes produtoras do estado entendessem que a solução para a reversão da crise econômica consistia em fabricar e explorar outras matérias e produtos capazes de restabelecerem o vigor econômico da região.

Segundo o governador, provas concretas de que o estado do Amazonas apresentava em sua natureza todos os recursos necessários para o ressurgimento econômico vinham dos viajantes e naturalistas que relatavam a fertilidade dos seus solos e as maravilhas da fauna e flora amazônica.

A fertilidade da terra amazonense é demasiado conhecida, pois competentes e ousados naturalistas [...] pasmam diante das maravilhas que puderam contemplar. Pelos tesouros conhecidos adivinham-se os outros que se ocultam no seio de impenetráveis florestas emaranhadas em complicadas redes hidrográficas. (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO AMAZONAS, 14 DE JULHO DE 1923, p. 11)

Além disso, conforme consta na Revista da Associação Comercial do Amazonas de 1926, o Amazonas, apesar da crise, ainda era o principal foco preferencial de estudos e devaneios de economistas, pois era um território que detinha riquezas formidáveis a serem desvendadas.

Assim sendo, como consta nas análises e relações documentais, a imagem do Amazonas que se foi construindo a partir de 1920, teve como recurso um instrumental midiático (fotográfico, cinematográfico, textual) e institucional (ACA<sup>8</sup>, museu, eventos, expedições, campos experimentais) que podem ser compreendidos numa relação conjunta de vários sujeitos e instituições que interligavam objetivos estratégicos permeados de interesses particulares.

---

<sup>8</sup> Associação Comercial do Amazonas.

Portanto, criou-se uma rede de relações estabelecida por instituições e estudos científicos, como por exemplo, expedições exploratórias e científicas, museus e estudos experimentais, sendo convergentes aos interesses de empresários e do governo do estado, cuja finalidade era atender o cenário econômico, utilizando uma imagem que vinculava o território amazonense a um quadro de grandes possibilidades econômicas.

As imagens da época, sendo elas visuais ou aquelas impregnadas em sua forma escrita não deixavam de situar o Amazonas como um estado cuja capital Manaus ainda apresentava aspectos de prosperidade, modernidade e requinte. A imagem abaixo (FIGURA 8), por exemplo, faz parte da publicação: “*Manaós: os vários aspectos da cidade*”, da revista Ilustração Brasileira.



FIGURA 8: Praça São Sebastião, situando a igreja, o monumento da Navegação Internacional e o Teatro Amazonas. Fotografia do Bazar Esportivo. Publicado na Revista Ilustração Brasileira (1924). Acervo: Hemeroteca Nacional

Esta imagem vem acompanhada de outras, mas o que chama a atenção é o texto que as sucedem, publicado por Raul de Azevedo <sup>9</sup>, o qual relata a capital do Amazonas como uma cidade risonha, apesar dos apertos financeiros, ainda vivia alegre. Em 1924, apresentava-se

<sup>9</sup> Raul de Azevedo nasceu a 3 de fevereiro de 1875, na cidade de S. Luiz do Maranhão, falecendo a 27 de abril de 1957, no Rio de Janeiro. Sua aguda inteligência e contínua leitura, baseada em ótima inclinação filosófica, lhe deram uma cultura bem larga e profunda, nos objetivos de sua vida burocrática e literária. Viu, no Amazonas, o seu destino de homem de Sociedade. Entrado na política e no apreço dos homens, fez-se Deputado à Assembléia Legislativa por várias vezes como em cargos de importância e de confiança dos altos Poderes do Estado. Serviu de Chefe de Gabinete de vários governadores, destacadamente de Silvério Nery e Antônio Bittencourt. Foi Cônsul do Chile por muitos anos e exerceu o desempenho de Comissões importantes do Estado e Federal. Fundou vários jornais. Concorreu para criar algumas associações culturais e científicas, entre outras a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. (AGNELLO BITTENCOURT. DICIONÁRIO AMAZONENSE DE BIOGRAFIAS. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973).

em sua fase madura e havia aprendido a lição dos anos anteriores em que vivia em sua plena mocidade febril permeada de “tolices, incoerências e absurdos” (REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1924, s/p).

[...] A capital é ampla, rasgada, toda ela calçada, lavada por Sol. Não há bairros velhos, arcaicos, tradicionais. Erguem-se [...] magníficos palácios [...] o Teatro Amazonas, o Ginásio, os quartéis [...] No porto, grandes e pequenos vapores nacionais, ingleses e italianos [...] Terra forte, úbere, sadia [...] a Cidade Risonha, parece que tem agora um sorriso de esperança, mais claro, mais aberto e expressivo, mais perturbante e sugestionador [...]. (REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1924, s/p).

Nesse sentido, a propaganda dos produtos, dos espaços e das diversas potencialidades da região era a saída mais viável para a propagação de uma nova imagem enaltecida do Amazonas. Os documentos mostram que dentre os principais fatores, os quais os empresários da época julgavam ser essenciais para o desenvolvimento econômico, encontravam-se: solo, fauna, flora, população (estes estariam direcionados ao plano da economia, propriamente dita); o cenário moderno, civilidade, progresso, publicidade (estes, por sua vez, direcionadas ao âmbito ideológico e político).

Desse modo, o produto final que se esperava desta relação era um lugar aberto a investimentos, no período em que podemos apontar os domínios de grandes impérios à procura de novos mercados de consumo e novos terrenos de exploração e projetos financeiros.

Vastíssimo em seu território necessita [...] que lhe sejam exploradas as paragens, lugares onde abundam produtos naturais que convém adicionar a nossa riqueza. Neste sentido é que empresas de navegação devem inaugurar serviços; e não podem iniciar suas viagens, duvidosas do êxito bom das mesmas, sem os preliminares favores do Estado. O que se lhes gaste com as subvenções é largamente compensado pelos seus resultados: assim, desde que empresas de navegação tem feito viagem para rios inexplorados, nunca mais deixaram todos os meses de transitar pela arrecadação estadual gêneros de exportação [...]. (MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO DOS REPRESENTANTES, 1900)

Apesar da mensagem acima remeter ao início do século XX, vamos perceber nas fontes, no decorrer dos anos 20 e 30, a permanência de tal discurso. Assim, várias tentativas serão apresentadas para construir uma imagem do Estado que pudesse dinamizar a economia e atrair investimentos, identificamos: exposições, produção cinematográfica e fotográfica, mostruários com produtos regionais, estudos científicos, etc.

Algumas dessas tentativas foram derrocadas pela falta de apoio do poder central e ausência de planejamento. Dentre elas, o projeto de construção de um museu comercial

permanente que, para Associação Comercial do Amazonas, seria muito importante para a região por seu valor científico e publicitário, como era percebível em outros estados brasileiros que possuíam a instituição.

Em paralelo, identificamos nos anos 20 a 30, em plena derrocada da crise da borracha, um fluxo considerável de pessoas consideradas pelo governo de sujeitos “ilustres” que penetravam às terras amazonenses em visita à capital ou ao interior do estado. Entre as visitas estavam: cientistas, médicos, embaixadores, presidentes, empresários, representantes de seus respectivos países. Todos deixaram algum proveito; faziam ou divulgavam estudos; depositavam alguma esperança sobre a região; investiam ou apenas estavam de passagem.

Hospedes ilustres:

[...] Dr. Schichita Tatsuké, embaixador do Japão no Brasil, e srs. Kinroku Awazú, secretario da Embaixada, Coompeg Sekine, adido naval e esposa, e Nobutane Egoshu, engenheiro-agronomo; dr. Hubert Von Kniping, ministro plenipotenciário da Alemanha junto ao governo da República; dr. Victor Maurtua, ministro plenipotenciário do Peru no Brasil [...] Marquez Francesco De Pinedo e Comandante Carlo Del Prete, aviadores italianos [...] William G. Fitz Gerald, escritor irlandez; senhora Olivia Geudes Penteado, grande proprietária paulista [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1929, p. 293)

Dessas visitas efêmeras ou longas e intencionais, surgiam notícias que circulavam em relatórios, folhetins e imagens, principalmente noticiados na Revista da Associação Comercial do Amazonas e demais periódicos nacionais, nos quais creditavam ao Amazonas um território prodigioso e em potencial, servindo de suporte para uma propaganda capaz de intervir no desenvolvimento econômico da região.

Para os comerciantes, o Amazonas vindouro passaria a ser retratado a partir da verdade dos fatos noticiados, de algarismos incontestáveis, através de fotografias publicadas dos edifícios públicos e particulares, dos estabelecimentos industriais e pelos anúncios em grande quantidade das firmas amazonenses (REVISTA ACA, Nº 134, 1926).

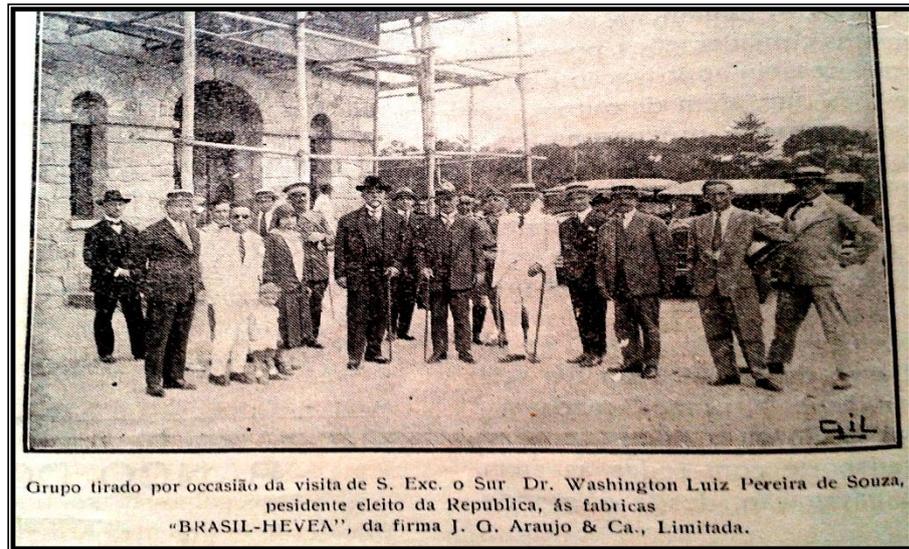


FIGURA 09: Tiragem grupal por ocasião da visita do Presidente da República Washington Luis Pereira de Souza em frente a fabrica Brasil-Hevea de JG Araújo. Publicado na Revista ACA (1926). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

Como dito, os segmentos científicos, como os museus, eventos, estudos e expedições também se estruturavam e estavam relacionados nesse intento de promover uma imagem próspera do Amazonas, possibilitando novas riquezas exploráveis e negócios rentáveis, divulgando uma nova imagem sobre esta vasta região, a partir do que viesse ser relatado, documentado, exposto e divulgado.

A expedição Hamilton Rice (1924-1925) a Amazônia, especificamente, a região de Rio Branco, atual Roraima, por exemplo, teve grande repercussão nacional e internacional, ganhou espaço para palestras em instituições de pesquisas como American Geographical Society (SUPLEMENTO SEMANAL A NOITE, 1926); e estampava em revistas conceituadas como The National Geographic Magazine (1926) fotografias e trechos dos relatos sobre a expedição.

Em entrevista ao jornalista T.S. Chemont ao The New York em 20 de agosto de 1925, publicado na revista brasileira *Semana* em setembro de 1926, Walter Hinton, aviador da expedição ora citada, apresentava sua impressão sobre o considerado Vale do Amazonas, percorrido por ele em um hidroavião.

Segundo Walter Hinton, o estado tinha grandes áreas para a produção de outros produtos, além da exploração da borracha, suas madeiras, as castanhas e outros recursos que a própria natureza oferece, os quais seriam o próprio sustentáculo da economia do estado, que na ocasião precisaria de capital estrangeiro para investimentos (REVISTA SEMANA, 1926).

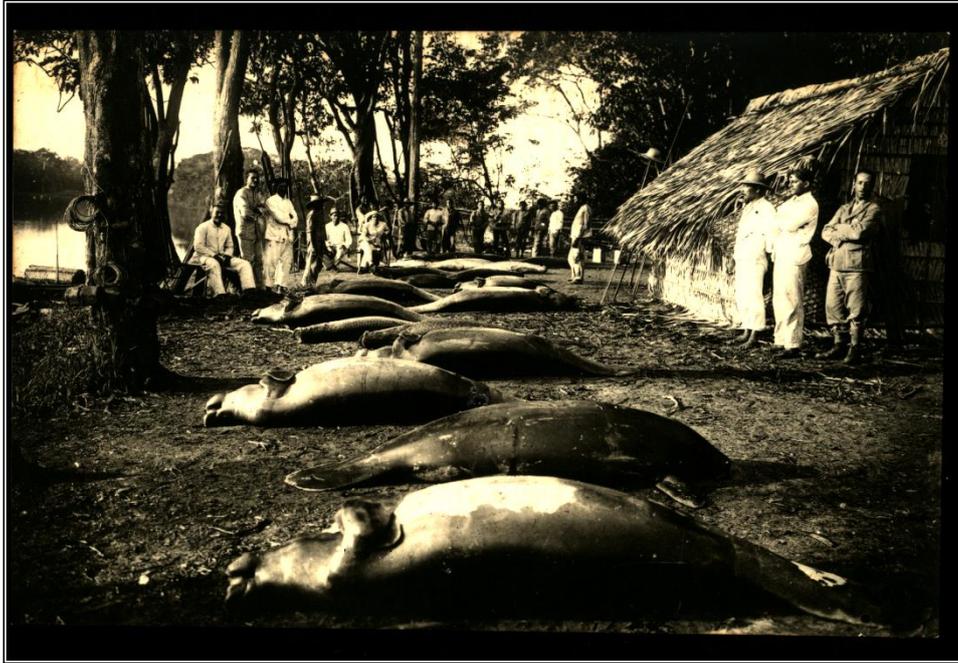


FIGURA 10: Pesca de Peixe-Boi. Coleção JG Araújo (Expedição Rice – 1924-1925).  
Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

Conforme o exposto, segue abaixo algumas estratégias e articulações traçadas no decorrer dos anos 20 aos 30 como soluções para a crise econômica que estava embaraçando a vida comercial do estado. Ao mesmo tempo, identificamos como estas articulações visavam, a partir dos recursos utilizados, a constituição de uma imagem para o Amazonas, através das imagens fotográficas, exposições, estudos científicos, relatos e mensagens dos governadores. Cabendo assim, os seguintes questionamentos: Que imagem seria esta? Atrelada as quais elementos e sujeitos? E suas repercussões?

## CAPÍTULO 2

### AÇÕES E ARTICULAÇÕES ENTRE O ECONÔMICO, O CIENTÍFICO E O VISUAL

#### 2.1. Tentativas de construção de uma propaganda eficiente a partir de 1920: a relação entre economia, ciência e a imagem do Amazonas

Na década de 20, o Amazonas estava atravessando uma grave crise econômica<sup>10</sup> que afetava a sociedade de modo geral. Segundo Mascarenhas (1999), nos anos 20 a produção da borracha amazônica respondia por apenas 5% do consumo mundial, sem o dinheiro fácil provido do ouro negro, comerciantes e governantes locais teriam que elaborar estratégias para produzir algo que pudesse equilibrar a crise da praça comercial do Amazonas.

Diante disso, governadores como, César do Rego Monteiro, afirmava que a situação angustiosa que toda a sociedade amazonense estava vivendopoderia ser modificada pela exploração de outros produtos que “a nossa farta natureza nos porá ao alcance” (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO AMAZONAS, 1923, p. 13). Assim, a falta da borracha deixaria de ser uma perda irremediável, fomentando outras atividades comerciais, mantendo o equilíbrio orçamentário.

Em um contexto histórico mais amplo, no que tange o cenário nacional, o país também vivenciava conflitos em sua vida política e econômica; era a tensão da política “café-com-leite” – os conflitos com a jovem oficialidade dos tenentes, expansão da Coluna Prestes, disputas pelo poder político, crise econômica (em 1929), movimentos operários, etc.

Além do conturbado pós-primeira guerra – que acabou agravando ainda mais a economia deficiente do Estado do Amazonas, uma vez que a prioridade recaía sobre o primeiro e principal produto de exportação brasileira, o café; e, o centro das discussões nacionais concentrava-se no eixo sul – sudeste.

#### FINANCEIRAMENTE

O Amazonas, como parte integrante do Brasil, não pode fugir de aperturas financeiras que se estendem ao País e aos demais Estados, conseqüentes das dificuldades do após-guerra, em que o mundo inteiro se encontra ainda, tentando equilibrar-se, e das anormalidades porque vamos passando, maximé no Sul [...] O mal é atenuado, nos dias de hoje [...] Força é reconhecer, no entanto, que a melhora

---

<sup>10</sup> Não iremos nos aprofundar neste assunto de crise da economia gumífera, devido ao vasto estudo sobre a temática. Seus apontamentos têm como objetivo uma breve apreciação do contexto histórico da região dialogado com fontes, pois este é decisivo na análise das questões que propomos discutir. Num panorama bibliográfico, autores discutem a retração econômica que se iniciou a partir de 1910 e intensificou-se nos anos 20, como: “A grande crise” (LOUREIRO, 2008) ou o “Tempo das vacas magras” (BENCHIMOL, 2010), o qual resultou em sérias problemáticas sociais no campo econômico, político e social da cidade de Manaus, aduzindo ao Amazonas um futuro incerto e duvidoso.

sensível, capaz de aproveitar ao Estado inteiro e à sua população, ainda não chegou [...]. (REVISTA ACA, nº 119, 1925)

No Amazonas, a situação agravava-se ainda mais, pois além da crise econômica, havia a falta de mão-de-obra para maior exploração de terras, falta de capitais e a impossibilidade de auxílio financeiro por parte da União (REVISTA ACA, nº 119, 1925).

Os migrantes nordestinos que para cá vieram, começavam a dispor-se de seus mínimos pertences e num êxodo coletivo, migravam para sua terra natal como “[...] bandos de aves de arribação que as estações impelem para regiões mais distantes [...] tendo apenas por guia o instinto de conservação”. (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO AMAZONAS, 1923, p. 17).

Antes de suas partidas, muitos seringueiros chegavam a depredar e a destruir as propriedades que durante anos era seus meios de subsistência, sendo estas ações uma forma de resistência perante o cenário de retração econômica do estado.

Nesse sentido, Manaus presenciava uma nova fase do ciclo da economia gumífera, configurada na sua instabilidade no mercado nacional e internacional em virtude da concorrência asiática e na própria falta de atenção e planejamento da esfera governamental.

Asociedade vivia uma nova fase da tão expressiva “Belle Époque”<sup>11</sup>, termo que Daou (2000) relatou como um conjunto de configurações no espaço de sociabilidade, pautadas por ideais modernizantes e civilizatórios. Mas, a “Belle Époque”, nesse momento de crise estava desmanchando-se, caracterizada pela falta de serviços de primeiras necessidades, no abandono de negócios por parte do empresariado e na falta de gerência de políticas públicas para, principalmente, as camadas populares.

Seria a própria “Ilusão do Fausto” (DIAS, 1999) tornando-se visível, em que o processo de construção da urbe moderna, baseado em um projeto de modernização, pautava-se em estratégias de exclusão dos pobres de Manaus.

Então, o “*Momento*”, como publicado em nota pela Revista da ACA em 1920, era de um mal de intensidade tal que a todos era aconselhado a reagir de modo que ao menos uma possibilidade melhorasse a situação individual e mínima de cada um, ou seja, a luta por melhorias nas condições sociais configurava-se em uma luta pela própria sobrevivência.

Desse modo, num esforço ora particular ora em conjunto, ergueu na sociedade empresarial amazonense um grupo de empresários integrados à Associação Comercial do

---

<sup>11</sup>Este termo foi utilizado por estudiosos para caracterizar o processo de transformações urbanísticas, arquitetônicas, paisagísticas e comportamentais nos finais do século XIX e início do XX nas cidades de Manaus e Belém, dentro de um projeto maior de urbanização das cidades brasileiras, tendo como referência os moldes europeus, principalmente, a França.

Amazonas-ACA e o Governo do Estado e, em algumas circunstâncias, o Estado do Pará; propondo algumas estratégias para conter o refluxo econômico, o qual estava tornando o espaço amazônico vazio de investimentos estrangeiros e causando pânico aos setores sociais mais interessados pelo problema (os comerciantes, empresários e o poder público estadual), pois afetava, diretamente, seus interesses.

Em se tratando da Associação Comercial do Amazonas, cabe ressaltar que sua atuação em defesa do comércio do Amazonas é de longa data. A instituição sempre esteve à frente de muitas situações delicadas do mercado, promovendo medidas que atendessem aos comerciantes e empresários. Em 1911 vamos identificar que:

Esta corporação continua a prestar os mais assinalados serviços á classe, cujos interesses se propõe defender e, portanto, ao Estado [...] A sua diretoria tem sido infatigável em promover os meios para que as praças do Amazonas vão ocupando posições cada vez mais saliente e todos os problemas são encarados com elevação de vistas [...] Agora mesmo, está ela promovendo os meios de coibir a baixa brusca e injustificável do preço da borracha [...]. (MENSAGEM LIDA FRENTE AO CONGRESSO DOS REPRESENTANTES, 1911, p. 37)

Segundo Praia (2010), os clamores da elite que solicitava a ajuda do Governo Federal não passavam de ecos, em virtude da indiferença do próprio Governo Central. Em 1917, em vista de melhorar a situação da praça comercial de Manaus e de Belém, a Associação Comercial do Amazonas, conjuntamente com o Governo e Associação Comercial do Pará, solicitaram ajuda de caráter de urgência a União, para que esta pudesse tomar medidas protecionistas ao principal produto da Amazônia – a borracha, para que não fosse aniquilada de vez do quadro de exportação do mercado brasileiro.

Foi por esse motivo que a Associação, em 20 de novembro, se dirigiu a sua congênere do Pará, historiando a situação que em verdade não somente afetava a nossa praça, mas também aquela e toda a Amazônia, sendo portanto um mal comum a ser remediado por uma só forma. Como medida imediata outra não podíamos pedir que o amparo do preço [...]. (REVISTA DA ACA, 1917)

A ajuda do Governo Federal veio somente depois de 15 (quinze) dias do envio do telegrama, transferindo ao Banco do Brasil as instruções para viabilizar dez mil contos de réis a ser aplicado em operações financeiras. Em um curto período, os empréstimos que sucederam este e as operações gerenciadas desafogaram e estabilizaram os preços da borracha, pois conservou as cotações da praça comercial nacional em equilíbrio. Porém, a

assistência do Governo Federal foi suspensa inoportunamente, cujos motivos não foram possíveis identificar.

Apesar dos desânimos, mais uma tentativa foi realizada pelo Governo do Estado e pela Associação Comercial do Amazonas ao Governo Federal e ao Banco do Brasil e, mais uma vez, foram frustrados. Isso não se apresentava em nada favorável à economia da região em que a cada safra diminuía o número de importações pelos compradores, prejudicando não somente os seringalistas e toda rede de comércio do estado, mas, sobretudo, os seringueiros, que presenciava o aumento constante de mercadorias de primeira necessidade.

Não só tão sensível desvalorização, de quase um terço do valor se fez sentir, como ainda a subida constante dos preços das mercadorias necessárias ao consumo dos seringueiros, ainda mais concorreu para a anormalidade da situação. (REVISTA ACA, 1918)

Diante das experiências malogradas, era preciso meios mais eficazes e imediatos para a reversão de crise econômica e que não pudessem mais ser mediados, predominantemente, pelo Governo Central. A Associação Comercial do Amazonas acreditava que tinha potencial para isso, pois era composta de uma diretoria com homens capacitados, ou seja, empresários que tinham influência nacional e internacional; além de um vasto território que possuía riquezas para serem exploradas.

Em conjunto, todos poderiam trabalhar em prol da construção de um programa que pudesse viabilizar as possíveis respostas para o problema, como: o maior aproveitamento das reservas econômicas da região.

[...] Já é o grande passo estar entregue o Estado nas mãos honestas e capazes, a homens que estudam os nossos problemas, - e, assim, julgamos atravessar uma época de prováveis realizações para maior movimentação das nossas riquezas e maior aproveitamento das nossas riquezas econômicas. (REVISTA DA ACA, nº 119, 1925)

No entanto, este programa necessitava ser mais abrangente para que pudesse atingir o maior número de setores sociais possíveis, principalmente, homens de negócios. Dessa forma, segundo a Associação Comercial do Amazonas, o objetivo era a elaboração de uma propaganda eficiente da Amazônia e que esta chegasse aos mais influentes lugares, levando uma imagem promissora, sustentada pelos ideais de riquezas, negócios e progresso.

A frente dessa propaganda da região estava a Associação Comercial do Amazonas, a própria revista da instituição seria o veículo de publicidade do estado, como consta na própria

revista da ACA que tinha como diretor-gerente Arthur Ferreira e redator-chefe Agostinho Cesar de Monteiro. Ela seria um instrumento que trataria do desenvolvimento da força do estado, fazendo-lhe propaganda para o restante do país e estrangeiro sobre o progresso comercial, industrial e agrícola (REVISTA-ACA, nº118, 1925).

Todas as ações que tangenciavam para o desenvolvimento e progresso do estado poderiam ser publicadas na revista e em outros meios. A Associação Comercial do Amazonas através deste recurso e de outros eventos organizados por ela ou por outros segmentos da sociedade, eventos esses: estudos referentes à realidade local; exposições, participações em eventos internacionais, projeto de criação de um museu específico dos produtos que a Amazônia poderia exibir aos seus possíveis investidores; e, à adesão e financiamento de estudos científicos acerca da região para explorá-la; faziam parte propaganda da região.

[...] o Amazonas é uma terra nova, desconhecida no próprio país [...] esta revista muito contribua para auxiliar nesse intento, estampando em quadros demonstrativos, mapas, artigos sobre nossas coisas e, de quando em vez, tenhamos a alegria de constatar, pela leitura de revistas e jornais de outros estados e do estrangeiro, que o nosso esforço produzia algum resultado [...]. (REVISTA DA ACA, nº118, 1925)

Por isso, pressupomos a existência de entrelaçamentos entre três segmentos nessa conjectura histórica, a saber: economia – ciência – imagem. Esta relação pode ser identificada pelos documentos (escritos e visuais) que apresentam as ações de homens que precisavam agir para que seus negócios não se findassem ou que buscassem soluções para a reversão da crise econômica, atrelando-se as ações e instituições de caráter científico, como: estudos científicos, expedições, museus, etc.

A imagem abaixo (FIGURA 11) estampou a capa da Revista ACA na sua edição nº 122 de 10 de junho de 1925, data que rendeu homenagens a seringueira, pois foi considerado o seu dia comemorativo. Nesta edição também trazia vários textos em homenagem a ela, considerada como um símbolo e atração “irresistível de uma divindade”, cujo leite (o látex extraído da árvore) alimentava toda a sociedade. Outros textos também rendiam tributos à árvore:

Árvore benemérita do setentrão nacional, seringueira robusta, formosa hevea brasiliensis, cujas lágrimas brancas, transformadas em ouro negro em holocausto às injunções da indústria, são a fonte inesgotável da riqueza que é base econômica do existir amazônico...Salve!(REVISTA DA ACA, nº 122, 1925)



FIGURA 11: Imagem de uma Seringueira. Publicada na Revista ACA (nº122, 1925). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

Dessa forma, os esforços era construir uma imagem que carregasse uma representação de progresso e desenvolvimento do estado, conciliando os interesses econômicos e a utilização de recursos visuais, escritos e científicos, vinculados desentidos e valores que integravam o Amazonas ao projeto nacional e internacional de modernização, civilidade e com grande potencial econômico.

No campo científico, conseguimos averiguar importantes imbricamentos, como: notícias de cientistas à região, repercussões de alguns resultados de pesquisas, participações em eventos de caráter científico, etc. Como exemplo, identificamos duas expedições científicas importantes para o momento: a expedição Hamilton Rice (1924-1925) e a do Dr. Schurz (1925) <sup>12</sup>.

O último (Dr. Schurz), norte-americano, homem de negócios, liderou uma expedição de mapeamento e estudo do solo do “Valle do Amazonas”, cuja finalidade era detectar solos férteis para a plantação sistematizada da seringueira. No seu relatório, em nota publicada pela Revista ACA (1925), deixa transparecer a esperança sobre a Amazônia, que apesar do abandono, tem condições de se transformar no maior centro produtor da borracha, a partir do estabelecimento de capitais norte-americanos.

---

<sup>12</sup>A alocação da expedição do Dr. Schurz e de Hamilton Rice foram para exemplificar e analisar de modo contundente o estabelecimento da relação tríade entre os aspectos econômicos, científico e visuais.

Cabe ressaltar que na segunda década do século XX, o governo estadual e federal e demais instituições vão apoiar e, até mesmo, financiar expedições de cunho comercial, exploratório e estudos científicos, principalmente aqueles que visavam conhecer e mapear o território, além de analisar o quadro nosológico da sociedade, cujo intuito era estudo e classificação das doenças tropicais.

Pois, até mesmo se acreditava que as doenças tropicais também eram um fator que contribuía para o declínio econômico da região, uma vez que afastavam o estrangeiro, o empresário e todos aqueles que tinham o objetivo de fazer negócios econômicos.

Nesse sentido, segundo o empresariado, principalmente aqueles vinculados à Associação Comercial do Amazonas, o levantamento de pesquisas que iam em direção ao sanitário, geologia e recursos naturais, poderia contribuir para o aumento do potencial produtivo da região, visando uma certa estabilidade econômica e social.

Em relação a isso, trouxemos alguns destaques, como: as ações do Instituto Oswaldo Cruz, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Comissão Rondon, que protagonizaram expedições à Amazônia. A Missão Biológica Belga de Jean Massart ao Brasil em 1922-1923, por exemplo, cujo objetivo era a coleta de herbários a serem enviados e investigados em Bruxelas, teve seu percurso organizado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, percorrendo até o alto e baixo Amazonas, destacando a biogeografia da região (HEIZER, 2008).

No que se refere ao Instituto Oswaldo Cruz, é imensurável a sua contribuição ao estudo sobre as doenças tropicais, especificamente, tratando-se da Amazônia, pois nessa região fazia-se necessário um estudo urgente sobre a malária, doença que atingia, consideravelmente, a população com predominância nas áreas dos seringais.

Com igual importância temos as iniciativas civilizatórias e progressistas da Comissão Rondon que junto ao objetivo de construir linhas telegráficas, tinha também caráter científico, cujo propósito era analisar a possibilidade de incorporação deste território ao sistema produtivo nacional.<sup>13</sup>

Desse modo, em que pese o estado ser dotado de diversos produtos lucrativos e a sua comprovação nos relatórios de exploradores e cientistas, nada era mais eficiente que a instituição de uma propaganda eficaz sobre eles. É o que demonstrava a Revista da ACA<sup>14</sup>,

<sup>13</sup> A respeito dessas expedições, muitos são os estudiosos que já produziram sobre o assunto, em destaque alguns: MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913); VITAL, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911.

<sup>14</sup> A Revista da Associação Comercial do Amazonas, que surgiu na imprensa local a 5 de julho de 1908, sendo, temporariamente, suspensa; retoma, a partir da década de 20, com uma nova edição, nomeada de “Nova Phase”,

cujo objetivo era servir como instrumento de desenvolvimento de uma propaganda capaz de levar ao país e aos demais países estrangeiros informações textuais e visuais relativos à região, em nome de todos os segmentos sociais, principalmente, do grupo a qual representava, os empresários e comerciantes.

A expedição do Dr. Schurz, citada logo acima, foi dentre as comissões científicas que percorreram os primeiros anos de 1920, a que mais interessou os empresários. Auxiliada em parte pelo governo, Dr. Schurz, estudioso e comerciante da embaixada norte-americana percorreu diversos rios e avaliou a qualidade do solo amazonense. Segundo a Revista da ACA: “[...] o relatório do Dr. Schurz representa uma forte propaganda a nosso respeito [...]” (nº 138, 1926)

No entanto, o relatório que apresentou ao governo e à Associação Comercial do Amazonas, não passava de uma redação improdutivo e cheia de lacunas, sendo ele publicado meses depois na imprensa norte-americana. Após a expedição, cabia ao Departamento de Comércio Norte Americano a decisão de investir ou não no denominado Valle Amazônico, porém, dependia do governo do Amazonas oferecer facilidades para isso.

Nesse contexto de expedições, Barbosa (1997) relata que a Amazônia sempre foi palco desses viajantes cientistas ou de aventureiros, comerciantes e exploradores que se aventuravam pela vasta região à procura de novos recursos exploráveis, estudos e novidades científicas. No período da República, na qual compreende o contexto analisado neste trabalho, Barbosa (1997) conseguiu identificar, entre os anos 20 e 30, 10 (dez) expedições de caráter científico e exploratório, cujo destino era o Vale do Rio Branco.

Dentre os viajantes que protagonizaram expedições a esta região da Amazônia, destacam-se: Hamilton Rice (1924-1925); Avelino Ignácio de Oliveira (1924-1925); Cândido Mariano da Silva Rondon (1927-1928); G.H.H Tate (1927-1928); Phillip Freiherr von Luetzelburg (1928); Glycon de Paiva (1928); Desmond Holdridge (1931); Carlos Lako (1931-1932); Adolpho Ducke (1933, 1937); Alberto Pinkus e P.S. Peberdy (1938-1939).

De acordo com o redator-chefe da Revista da Associação Comercial do Amazonas, Arthur Ferreira<sup>15</sup>, durante os anos 20 do século XX, o Amazonas estava aberto a receber

---

nomenclatura intencional para caracterizar o momento conturbado pelo qual passava o comércio no Amazonas e o papel que a Revista iria desenvolver para contribuir na criação da propaganda e circulação de informação sobre o contexto econômico do Estado do Amazonas.

<sup>15</sup>Não conseguimos encontrar maiores evidências que indiquem que o redator chefe da revista da ACA, Arthur Ferreira, trata-se do estimado político e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. Sabemos que este passou a contribuir a partir de 1928, como jornalista para o Jornal do Comércio, pertencente a sua família. (AGNELLO BITTENCOURT. DICIONÁRIO AMAZONENSE DE BIOGRAFIAS. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973).

qualquer pessoa que tivesse boas intenções em relação ao território amazonense e sua vida econômica.

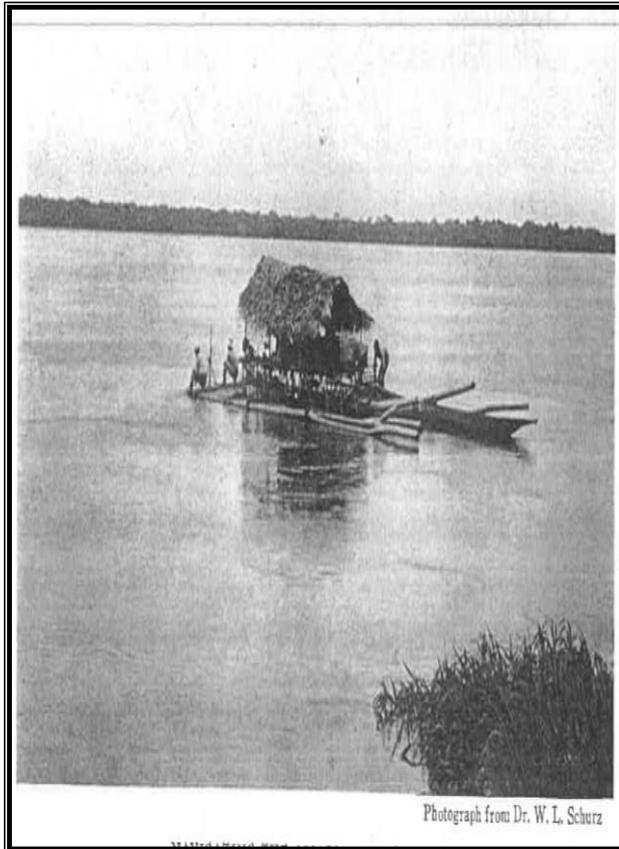


FIGURA 12: Fotografia retratando afluente do Rio Amazonas e embarcação típica da região. Publicada: The National Geographic Magazine (1926). Autor: Dr. W. L. Schurz.

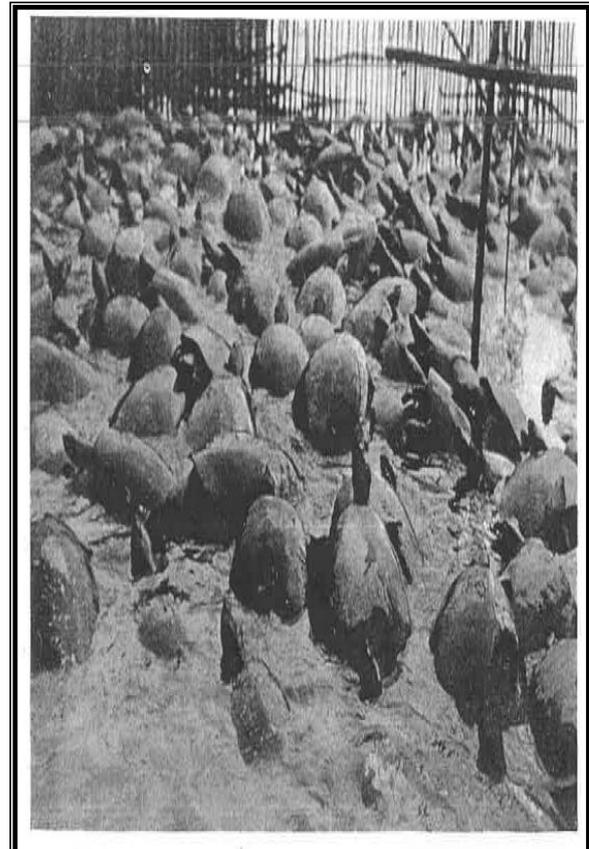


FIGURA 13: Fotografia retratando um depósito de tartarugas amazônicas. Publicada: The National Geographic Magazine (1926). Autor: Dr. W. L. Schurz.

Todo e qualquer sujeito que tinha o esforço de explorar, desenvolver e investir seus capitais na região era recepcionado pela sociedade com grande atento, pois, era preciso cuidado de não deixar escapar qualquer informação e intenção de investimentos no estado.

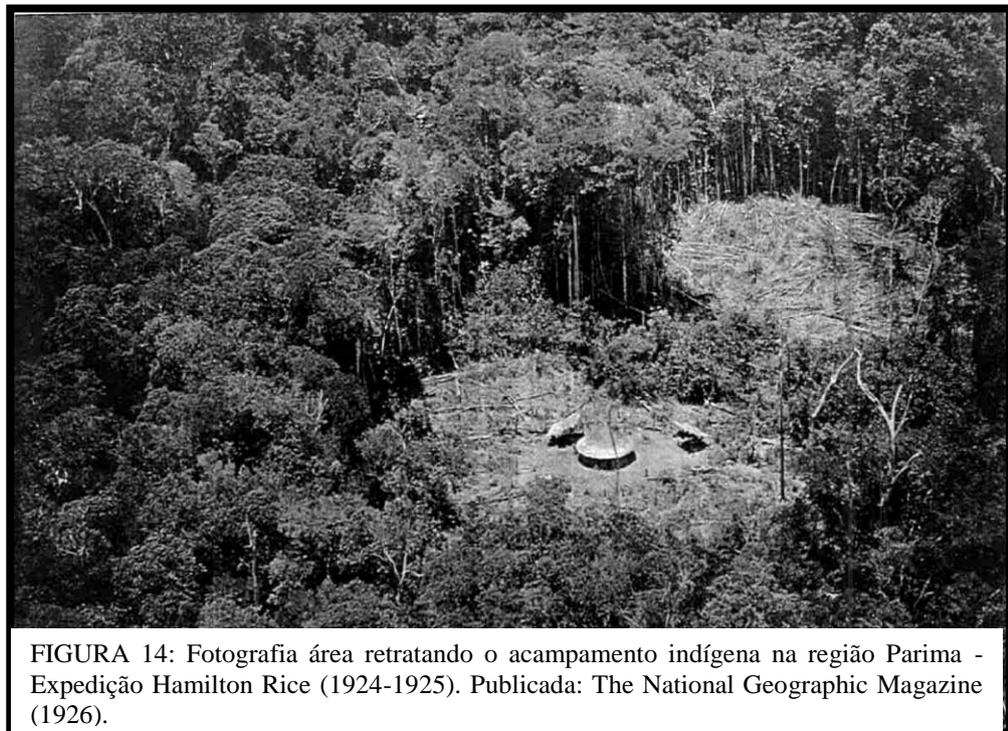
Nesse sentido, a citação abaixo demonstra como o Amazonas estava sendo visado por embaixadores, jornalistas e cientistas, os quais tentavam divulgar uma região prodigiosa, considerada reserva do Brasil.

De certo tempo a esta parte, o Amazonas vem sendo o ponto visado, no Brasil, pelos embaixadores jornalistas, homens de ciência, que vêm observar, *de visu*, a região prodigiosa, reserva do Brasil, em torno do qual se agitam livros tumultuantes, uns com os exageros da fantasia, outros inexpressivos ante a terra que tentam descrever [...]. (REVISTA DA ACA, nº 137, 1926)

Em 1924, saiu uma publicação na Revista *Eu Sei Tudo*(nº 8) sobre o “Descobrimiento de um Povoado Selvagem” próximo ao rio Parima, pelo explorador norte-americano Dr. Hamilton Rice, que já havia visitado a região amazônica diversas vezes. Como consta, tratava-se de uma tribo indígena que habitava o norte do Brasil, entre o Amazonas e o Orinoco, preservando fielmente os costumes dos seus antepassados.

Na ocasião do contato entre o grupo de Hamilton Rice e o povoado indígena, o Dr. Rice procedeu em medir a estatura e o perímetro torácico de alguns indígenas que permitiram, sem grandes receios, as manipulações médicas do cientista.

Aliada a empresa de JG Araujo, grande comerciante em Manaus, a expedição Hamilton Rice rendeu um conjunto fotográfico sobre a região e, dois anos depois, *The National Geographic Magazine* (nº 4, 1926) publicava o relatório condensado desta expedição ao rio Parima, relatando sobre o percurso da viagem, o contato, as pesquisas e o uso do hidroavião, o qual facilitou o contato com a tribo indígena que vivia isolada na região.



Até 1930 conseguimos identificar a circulação de pesquisas científicas e demais estudos e informações sobre a região norte, em particular, o estado do Amazonas. Nas mensagens dos governadores do estado e aos interesses dos empresários de Manaus, visíveis notas publicadas pela Revista da ACA, percebemos o quanto essas ações, estudos e avanços científicos eram tidos por esses sujeitos como um meio para contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

Pois, apesar dos desafios a serem enfrentados em virtude da crise da borracha, os setores ligados ao comércio precisavam estar mais atentos quanto à expansão dos seus investimentos para outros ramos produtivos, bem como na valorização e organização da melhor maneira possível dos seus mostruários de venda, para a concretização de uma propaganda sobre eles.

Ainda que existisse esse incentivo de divulgação de um Amazonas rico e com um vasto território a ser pesquisado e explorado, o próprio meio comercial ressentia de uma propaganda mais sistemática e percussora desses ideais, haja vista que:

[...] não possuímos ainda um mostruário, uma exposição permanente de nossas coisas. Fácil é constatar a inconveniência de semelhante falta, maximé quando nos procuram comerciantes e portadores de capital. Todos sabem das levas de excursionistas ingleses que nos procuram, em uma viagem nos navios da Booth Line. Esses excursionistas nada encontram a respeito da nossa produção e vêm as pelas da borracha nos armazéns, quando está a vista [...]. (REVISTA DA ACA, nº119, 1925)

Daí a própria necessidade, a partir de 1920, do estado do Amazonas possuir um museu comercial que pudesse recolher e estudar os novos avanços na área da ciência sobre os produtos da região amazônica. Tal museu foi muito incentivado pela própria Associação Comercial do Amazonas, pois, ofereceria um serviço completo de informações, classificação científica, análise química, mostruários e propaganda nas praças comerciais no país e no estrangeiro dos produtos do estado (REVISTA ACA, 1920).

Como exemplo de novos avanços científicos, Aurélio Pinheiro relata em “*Singularidades da Região*”, artigo da revista *Eu sei tudo* (nº 12, 1930), a descoberta de uma espécie de planta da família das palmáceas existente somente em solo amazônico, pelo botânico e fotógrafo Sr. George Huebner, cujo nome científico o próprio Huebner atribuiu, *shonregia excelsa* (FIGURA 15). Como retrata o artigo publicado:

Foi o Sr. George Huebner, um incansável estudioso [...] da sua chácara perdida num obscuro arrabalde de Manaus, revelou aos meios científicos esse bizarro exemplar da família das palmáceas, originário do vale setentrional, surpreendendo-lhe, em todas as variantes, o estranho ciclo fitológico. (REVISTA EU SEI TUDO, nº 12, 1930, p. 45)



FIGURA 15: Fotografia retratando a *shonregia excelsa* – palmeira típica da Amazônia, no plano inferior o botânico George Huebner. Publicada: Revista Eu Sei Tudo (1930).

Essa descoberta ganhou espaço privilegiado na revista, demonstrando assim, a possível existência de ajustamentos e articulações entre interesses econômicos e científicos no Amazonas, com sua divulgação através de uma propaganda visual, escrita, etc., de um estado forte, rico e com grande capacidade de desenvolvimento.

Outras ações foram sendo realizadas com o mesmo objetivo, como: a criação de um museu comercial; participação em exposições nacionais e internacionais; campo experimental de estudos e plantio de seringueira, etc.

## 2.2. Um Museu Comercial para o Amazonas

No dia 21 de julho de 1926, o presidente do Brasil, Washington Luiz Pereira de Souza, em visita à capital do Amazonas, proferiu na sede da Associação Comercial do Amazonas para um público de empresários, políticos e demais sujeitos ligados ao comércio, a seguinte

mensagem que findara em calorosos aplausos: “O Amazonas tem todas as possibilidades de riqueza e desenvolvimento: basta desenvolvê-las [...]” (REVISTA DA ACA, nº 136, 1926)

Entre as tentativas que poderia representar este desenvolvimento estava o programa de propaganda dos recursos naturais em potencial da Amazônia, afirmado pela revista da Associação Comercial do Amazonas. No conjunto do programa encontrava-se em destaque a criação de um Museu Comercial, a exemplo dos museus existentes no Rio de Janeiro e São Paulo. Seria o empreendimento uma eficiente representação de desenvolvimento das riquezas da região e a ampliação de seus estudos científicos e propagandísticos.

A exemplo do que fez o Governo Federal com o Museu Comercial do Rio, e ultimamente acaba de fazer São Paulo criando na sua capital um outro Museu Comercial, lembra-nos que em ponto menor podíamos tentar alguma coisa no mesmo sentido, montado um serviço de propaganda dos produtos deste Estado. (RELATÓRIO ANNUAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS – 1911/1912 apud REVISTA DA ACA, nº 118, 1920)

Conforme trata Borges (2007), o Museu Comercial do Rio de Janeiro, assim como, o Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, foi criado em 03 de outubro de 1907, pelo Decreto-lei nº 6.688. Inicialmente instalado, de modo provisório, em uma sala próxima à Academia de Comércio. Posteriormente, foi transferido para um dos palacetes, situado na Avenida Central, considerada a vitrine do Brasil em processo de modernização, iniciando seus trabalhos permanentes em 09 de março de 1907.

Segundo Santos (2004), a criação dos museus brasileiros esteve relacionada ao contexto histórico e social específico, o primeiro grande museu do Brasil, o Museu Imperial, foi criado em 1818 por D. João VI, era uma instituição de história natural que fazia intercâmbio com os mais importantes museus de história natural da Europa.<sup>16</sup>

No século XIX, o país já contava, conforme Santos (2004), com aproximadamente 10 (dez) museus de estudos naturais, mas que também, corroboravam na exposição das riquezas culturais de cada nação. A autora ainda salienta que desde o Império estes museus estavam voltados mais para a pesquisa do que para o público em si.

---

<sup>16</sup>O Museu Imperial passou a ser denominado de Museu Nacional a partir da República, seu perfil “indicava a importância dos recursos naturais para o novo Estado que se consolidava, e a relação de desigualdade na constituição de perfis nacionais” (SANTOS, 2004, p. 56)

Foi somente no século XX que houve uma virada nesta concepção, quando em 1922, Gustavo Barroso inaugurou o Museu Histórico Nacional, porém com um público bem seletivo, a elite brasileira (SANTOS, 2004) <sup>17</sup>.

No entanto, o Museu Comercial do Amazonas não se enquadraria nos elementos ou estudos que caracterizavam os museus de história natural, ele pertencia à linhagem dos *Musées Commerciaux*. De acordo com Borges (2007), estes museus de cunho comercial teriam surgido em Paris, posteriormente a Exposição Universal de Paris em 1867. Propostos pelo senador e membro da Comissão Imperial M. F. Le Play, preocupado com a natureza momentânea e dispendiosa das Exposições Universais.

Assim surgiram os museus comerciais, com caráter de exposição permanente, capaz de divulgar tudo que dizia respeito ao campo econômico, bem como artístico, pedagógico e científico, fomentando todo tipo de negócio nacional e internacional.

Borges (2007) ainda expõe que, esse tipo de museu teria uma especificidade diferente dos demais, a publicidade. Pois, seria esta a antecedente e facilitadora das transações comerciais; sendo a publicidade a primeira e grande necessidade dos produtores de qualquer país. Assim, ficavam a cargo dos conferencistas – homens de negócios e da ciência –, a função de organizadores e divulgadores dos mostruários dos seus respectivos países.

Dessa forma, os museus comerciais estariam ligados com instituições comerciais, sendo espaços permanentes de exposições; destinados a promover debates referentes à temática da cultura dos negócios; estruturados com bibliotecas, jardins, salas de conferências, salas de leitura, cafés e etc. objetivando a promoção do comércio interno e externo; a interatividade, as trocas de interesses e saberes e a construção de capital simbólico (BORGES, 2007).

Diante de tais considerações, é procedente analisar que a criação de um Museu Comercial para o Amazonas esteve voltada para o setor econômico, pois sua própria denominação indicava isso. No entanto, o processo de organização e manutenção esteve ligado a fatores científicos e sociais.

Pois, dentre suas especificidades, estariam: a pesquisa e catalogação dos produtos expostos em mostruários; processos químicos; estudos estatísticos; classificação científica; e claro, a propaganda e, conseqüentemente, a atração de novos investimentos à região. Além de ser caracterizada como instituição patriótica e moderna.

---

<sup>17</sup> Santos (2004) expõe em seu artigo que o público seletivo que Gustavo Barroso priorizava vai ao encontro daquilo que ele defendia no momento, sua concepção era: nacionalista conservadora e elitista, baseada na ideologia patriótica, hierárquica, romântica e conservadora. O acervo do Museu Histórico Nacional deixava claro isso, quando expunha objetos que representavam a história da nação, privilegiando o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos.

[...] O Museu Comercial, além da exposição permanente dos gêneros de produção do Estado, obrigar-se-á a fazer:

a) Serviço completo de informações, principalmente sobre classificação científica, análise química, reprodução gráfica, estatísticas, zonas de produção e cultivo, preços, fretes e imposto, etc.

b) Propaganda no país e no estrangeiro, por todos os meios conhecidos e fornecimento de amostras aos interessados [...]. (REVISTA DA ACA, nº118, 1920)

Consta no Relatório Anual da Associação Comercial do Amazonas de 1911 e 1912 que o projeto foi elaborado em conjunto e enviado ao Governo do Estado pelo então presidente da diretoria da ACA, o Sr. Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, para ser repassado ao Congresso Legislativo para a viabilização de sua construção.

Mas, até a década de 20, por falta de incentivos do poder público, o projeto não tinha sido posto em prática como devia. Dessa forma, a sociedade empresarial de Manaus ressentia o descaso e criticava o governo por não viabilizar recursos para sua construção e instalação em uma sede fixa.

Os representantes da Associação Comercial do Amazonas acreditavam que o Museu Comercial iria ser o ponto de partida para o desenvolvimento do Estado, uma vez que contemplaria exposições permanentes com mostruários dos mais diversos produtos da Amazônia, gerando lucro tanto para os empresários quanto para a própria receita orçamentária do governo.

[...] a reunião de nossos produtos em um salão convenientemente adequado produz um efeito magnífico [...] E, naturalmente, poderíamos auferir algum lucro mercantil, se tivéssemos mostruários que fossem enviados para todas as praças do mundo [...] São constantes os pedidos desses mostruários a Associação Comercial, que não pode atender a tudo, embora procure sempre fazer o possível em propaganda do Amazonas [...] A primeira vista, os gastos espantam. Mas os lucros vêm depois [...] Lucra o particular e lucra o governo. (REVISTA DA ACA, nº 119, 1925)

O estado do Pará, por exemplo, já sentia os resultados de ter implantado um Museu Comercial, tornando-o símbolo de patriotismo e forte propaganda daquele estado, possuindo um departamento exclusivo de laboratórios de pesquisas. Meta esta que, o Amazonas ainda tentava há décadas concretizar, tendo a Associação Comercial como a principal incentivadora, mas o poder público falhava nos repasses de verbas e atenção para a sua realização.

[...] O Museu Comercial de Belém [...] honra o Pará e faz proveitosa propaganda dos seus produtos [...] Julgo uma necessidade inadiável [...] a criação do nosso

museu comercial [...] não o tendo conseguido até aqui à falta de auxílio dos poderes públicos. (REVISTA DA ACA, nº 119, 1925)

Na ocasião, o governador do Amazonas Pedro de Alcântara Bacelar (1917-1921) recebeu animado o projeto proposto pela Associação Comercial, aludindo sua concretude. Em mensagem à Assembleia Legislativa em 15 de outubro de 1918, o governador do Amazonas relata que se tratava de um serviço vantajoso para a região, no qual abarcava as funções de expor permanentemente os produtos do estado.

Dessa maneira, iria gerir uma propaganda vantajosa do Amazonas, utilizando para isso todos os meios de comunicação disponíveis; dando assistência ao produtor no que diz respeito à informação e uso dos recursos naturais para fins comerciais; e, criando um serviço exclusivo para a borracha.

Segundo o plano de criação do museu comercial para o Amazonas, exposto na Revista da ACA (nº118, 1920), esse importante serviço compreenderia:

[...] a) Exposição permanente dos produtos do Estado e indústrias anexas e sua propaganda no país e no estrangeiro, por todos os meios de sucesso, inclusive a cinematografia; b) Assistência ao produtor, por meio de monografias e conselhos práticos sobre a cultura e devidos esclarecimentos quanto sua utilização comercial; c) Referentemente aos itens acima, um serviço especial sobre a borracha [...]. (REVISTA DA ACA, nº 118, 1920)

Em face do projeto, o governador Alcântara Bacelar chega a criar a lei 988 de 15 de outubro de 1918 que viabilizaria cinco por cento (5%) da tributação, calculado sobre o lançamento do imposto de indústria e profissão, aplicado na manutenção do Museu Comercial, sendo sua aplicação fiscalizada pela Seção de Agricultura do Estado, cabendo a Associação Comercial do Amazonas a apresentação de um regulamento que regeria o Museu, sujeito a aprovação pelo Governo.

Há quem considerasse que o projeto estava caminhando com prudência para sua execução, porém, no decorrer dos anos vindouros, identificamos que tal encaminhamento parece ter sofrido uma estagnação, os motivos são difíceis de pontuar em virtude mesmo do quadro de agitações no campo econômico e político que sucederam os anos da década de 20, talvez estes alvoroços econômicos e sucessões governamentais tenham causado a interrupção dos trabalhos do projeto.

A Associação Comercial do Amazonas tinha ciência das suas funções proposta em lei pelo, na época, governador do Estado, enviando no prazo o regulamento que iria reger a instituição e esperava apenas sua avaliação e sanção para entrar em execução.

Acreditamos que em virtude da demora, a própria instituição e outras casas comerciais organizavam dentro de sua sede ou em outros departamentos, acervos em caráter de museu comercial para expor, através de amostras, folhetos e fotografias os produtos do Estado.



FIGURA 16: Fotografia retratando um mostruário do Amazonas organizado pela Associação Comercial do Amazonas, Governo do Estado e a participação de comerciantes e industriais. Publicada: Revista da ACA (nº 134, 1926). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

A fábrica *Perseverança do Amazonas*, em 22 de maio de 1928 apresentou sua 3ª exposição de trabalhos e móveis confeccionados com cipó amazonense, sob o comando do diretor Sr. Homero Cesar de Oliveira. A exposição estava situada em sua própria agência, na Avenida Efigênio Sales, nº 89, recebendo vários visitantes, entre eles: público feminino, políticos, comerciantes e capitalistas de outras regiões do país. Como se lê abaixo:

Iniciativa do jovem amazonense Sr. Homero Cesar de Oliveira, a exposição de móveis de cipó veio, ainda uma vez, pôr em prova os grandes recursos naturais de nossa terra, desde que, a explorar as nossas riquezas haja o braço trabalhador e a inteligência das iniciativas úteis. (REVISTA DA ACA, nº 159, 1928)

Grande foi a variedade de móveis exposto no salão da agência da fábrica *Perseverança do Amazonas*, tais como: cadeiras, mesas, abajures, cabides, molduras, cestas, divãs e outros objetos (FIGURA 18). No mercado internacional, tais objetos tinham concorrência com os

similares da Alemanha e dos Estados Unidos. Seu grande foco de exportação nacional era o sul do país.

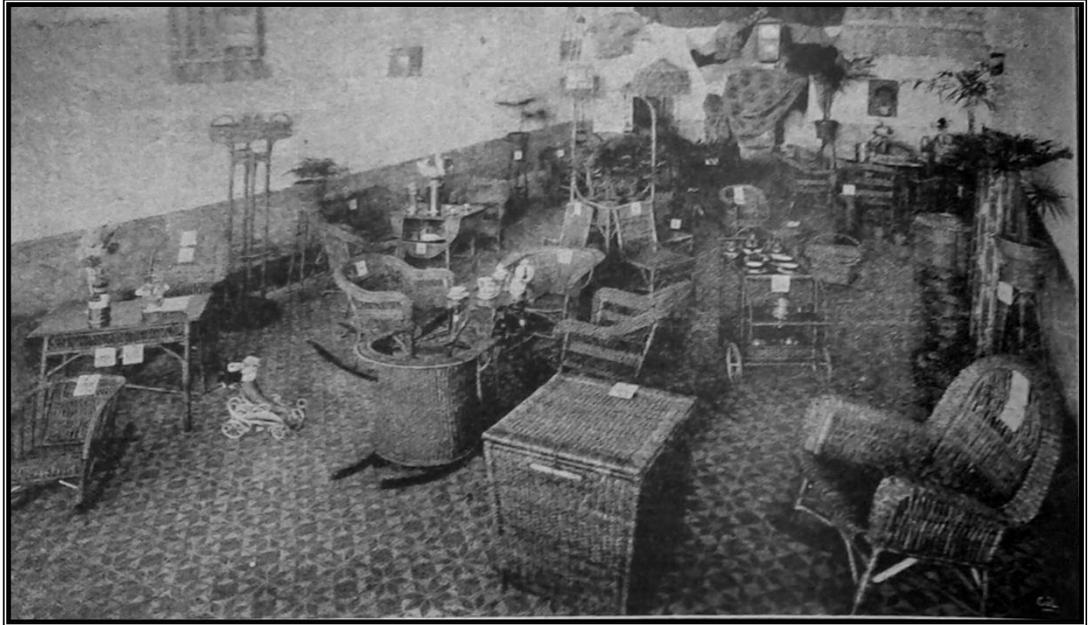
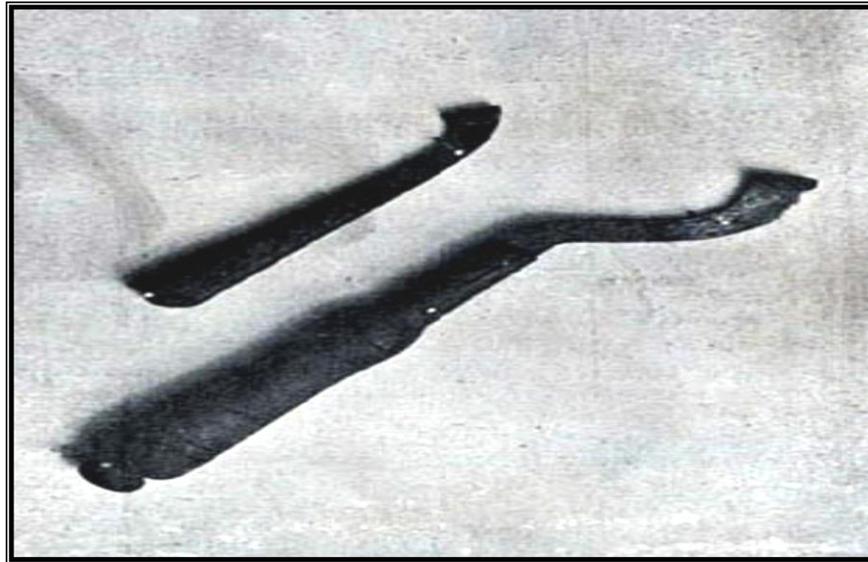


FIGURA 17: Fotografia retratando um dos aspectos da 3ª Exposição de Móveis de Cipó Amazonense Manufaturados pela Fábrica *Perseverança do Amazonas*. Publicada: Revista da ACA (1928). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

Tais experiências de exposições, mostruários, informações e outros aspectos que divulgassem a diversidade de culturas existente no estado do Amazonas e a valorização da borracha nativa, já vinham sendo realizadas a longas datas.

Em 1913, Raymundo C. Monteiro de Castro organizou um catálogo que foi publicado e distribuído gratuitamente pela Associação Comercial do Amazonas, onde atesta a participação do estado na Terceira Exposição Internacional da Borracha ocorrida em 1912 na cidade de Nova York, e várias notas a respeito da valorização da seringueira nativa da Amazônia.



Fazendo exposição internacional,Ra (faca Jebong – menor; faca Amazon Jebong - maior).Publicada: Catálogo - tografias e uma amostra irrisória da borracha plantada no Oriente, para fazer parte do mostruário do museu da Associação Comercial do Amazonas.

Entrego uma insignificante coleção de amostras de borracha de plantio de diversas procedências [...] e bem assim várias fotografias da Exposição [...] Era pensamento eu trazer uma coleção completa para fazer parte do museu da Associação, o que deixei de fazer por não ter vindo de Nova-York diretamente a Manaus. (RELATÓRIO APRESENTADO À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS SOBRE A TERCEIRA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE BORRACHA – NOVA YORK, 23 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 1912, p. 23)

Em relação à participação dos estados em eventos de exposições com seus respectivos mostruários, Santos (2011) analisa a participação do estado de Sergipe nos “certamens” das Exposições Nacionais ocorridas durante o final do século XIX e início do XX, concluindo que, além de seu circuito em amostras permanentes dos recursos agrícolas e industriais em museus,tais Exposições Universais significavam eventos peculiares da consolidação da burguesia no novo século, sendo ícones de modernidade.

Dessa forma, Santos (2011)expressa que os museus ao ordenar e dar sentido aos objetos, cria uma narrativa ou uma transformação simbólica dos mesmos, transformando-os, quando retirados do seu contexto original, em obras de arte, carregados de valores abstratos à nação, à indústria, à cidade, etc.

Nesse sentido, expor de modo permanente os principais produtos do estado do Amazonas para fins de divulgação e maior desenvolvimento econômico, como desejava, em

específico, a Associação Comercial do Amazonas, representava não somente o aspecto funcional ou apenas visual dos objetos expostos, mas passavam a carregar, expressivamente, uma carga simbólica e representativa do Amazonas, produzindo o “efeito magnífico” e ideológico, o qual visava à consolidação dos discursos econômicos e políticos predominantes à época.

Ademais, os objetos em exposição nos museus, segundo Ulpiano Meneses (apud SANTOS, 2011), revestem-se de história, portanto, de ordem ideológica, pois fazem parte da dinâmica da sociedade, a qual se utiliza dessas exposições como discurso dos seus interesses, tornando-as convencionais, sustentados pelos recursos expostos.

Em conformidade ao pensamento de Ulpiano Meneses (apud SANTOS 2011), o Museu Comercial do Amazonas representaria não somente uma instituição de exposição permanente de produtos do estado, mas tornaria símbolo dos anseios dos seus dirigentes, um meio de garantir, através de sua propaganda, a concretização dos seus interesses.

Sua montagem dependeria, além de capitais, do esforço conjunto de todos os municípios do Amazonas, os quais estes enviariam amostras dos seus respectivos produtos para a capital do estado, responsabilizando-se das informações contidas neles, assim como sua procedência.

A realização desta medida depende da boa vontade e patriotismo dos nossos patrícios e amigos da capital e do interior. Pedimos, pois, a todos os superintendentes, comerciantes, proprietários de fazendas e seringais, exploradores de castanhas e balatas, que nos auxiliem, enviando-nos amostras dos produtos do nosso Estado. Esse pequeno esforço redundará também na propaganda dos Municípios, que, por essa forma, terão os seus mostruários na capital, devidamente catalogados, à vista das inúmeras pessoas que nos procuram à cata de informação. (REVISTA DA ACA, nº120, 1925)

Porém, como exposto, embora o projeto de construção de um Museu Comercial fosse uma ávida representação de empenho por parte da Associação Comercial do Amazonas em alavancar o mercado dos gêneros do Estado, faltava-lhe capitais para sua instalação. Sem sede própria, muitos mostruários foram montados e expostos ao público de forma intermitente.

#### Mostruário de Manaus

Também nesta capital tenciona a administração pública estabelecer um pequeno mostruário, a guisa de museu, onde os nossos visitantes possam conhecer com facilidade os produtos industriais, comerciais e agrícolas do Amazonas. Para este fim torna-se necessário construir ou adaptar um prédio em ponto acessível da cidade. Da feitura deste mostruário, que provisoriamente esta ocupando uma dependência da Secretaria do Estado, encarreguei, a comissão, o Sr. Dr. João Baptista de Faria e Souza, cuja competência nesse assunto é sobejamente conhecida. (MENSAGEM

DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1928)

Pela mensagem do então presidente do Amazonas Efigênio Ferreira de Salles, identificamos a existência de pequenos mostruários na cidade de Manaus. Pela expressão usada pelo governante – “à guisa” e “provisoriamente” – já se entende que se tratavam apenas de eventos que substituíam o real sentido apresentado no projeto de criação de um Museu Comercial para o estado do Amazonas.

Quando não eram montados estes modelos de mostruários, amostras de produtos eram enviadas ao Museu Comercial do Rio de Janeiro ou aos museus internacionais. No Museu Comercial do Rio de Janeiro, não somente o Amazonas serviu com seus produtos suas exposições fixas, mas outros estados brasileiros, cujo intuito era compor uma tela visual de difusão do Brasil Moderno no mercado europeu (BORGES, 2007).

Mostruários Permanentes

O Estado mantém no Museu Comercial do Rio de Janeiro um variado mostruário de produtos peculiares, a cargo do nosso representante, junto a esse instituto, dr. Benjamin Franklin de Araújo Lima [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1927)

Mostruários também preenchiam o visual das exposições permanentes dos museus internacionais. Em 1928, o cônsul brasileiro Dr. José Fonseca, instalado em Bordeaux, na França, solicitou ao governo do Amazonas amostras de produtos regionais para fazer propaganda naquela cidade, ficando a cargo da organização o comerciante Hermínio de Carvalho, o qual montou um exímio mostruário e o remeteu ao seu destino.

Mostruário permanente de Bordeaux

Indo ao encontro dos patrióticos desejos do ilustre cônsul brasileiro em Bordeaux, Sr. Dr. José Fonseca, que por vezes realçara as vantagens de mantermos naquela importante cidade francesa, sob as vistas do consulado, um centro de propaganda de produtos regionais, confiei a organização dos respectivos mostruários permanentes á experimentada capacidade do Sr. Dr. Hermínio de Carvalho, adiantado comerciante de nossa praça. Desempenhando-se caprichosamente do encargo, já deu aquele ilustre profissional, conta ao governo da remessa dos volumes contendo as amostras. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1928)

No fim da década de 20 e início de 30, a Revista da Associação Comercial do Amazonas, um dos principais meios de comunicação sobre a economia nacional e estrangeira, não veiculou nenhuma outra notícia sobre a possível construção ou instalação do Museu

Comercial como instituição fixa, mas informa a constante participação do estado do Amazonas em Exposições Nacionais e Internacionais.

Ademais, identificamos que em 1929 o Presidente do Estado Efigênio Ferreira Salles criou a Diretoria de Estatística, Museu e Numismática pela lei nº 1.309 de 09 de outubro de 1928, seria um departamento administrativo exclusivo de divulgação e propaganda dos interesses e aceleração do progresso do Amazonas.

Esta diretoria funcionava, provisoriamente, no edifício outrora ocupado pelo Instituto Benjamin Constant, sendo que sua sede própria estava sendo construída na Rua 10 de julho, num terreno onde estiveram instaladas as usinas de luz do Teatro Amazonas. Dentre as funções desta repartição administrativa, constava:

[...] I – A organização da estatística geral do Estado; II – O serviço de propaganda, nos seus diversos aspectos, tanto no interior quanto no exterior, especialmente dos gêneros e das matérias primas que possam tornar-se objeto de regular comércio; III – A organização sistematizada de um museu-mostruário de produtos naturais, industriais e agrícolas, para exposição permanente nesta Capital e na Capital Federal, com o serviço correspondente de documentação; IV – A exposição permanente da Coleção Numismática do Estado [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1929)

Não muito longe, no ano de 1930, em mensagem à Assembleia Legislativa, o presidente Dorval Pires Porto instalava um Museu provisório na sede da Imprensa Pública, por esta oferecer melhores condições de segurança. Seria a execução, ainda que incipiente, do projeto criado e apresentado no início do século XX, merecendo devida atenção por se tratar de um empreendimento de estimado valor para a economia do estado do Amazonas.

Provisoriamente instalada em prédio impróprio, esta recente Repartição compõe-se de duas secções: uma com sede nesta Capital [...] O Museu, incipiente, é merecedor das atenções que o tornem espelho e índice de possibilidades econômicas do Amazonas, do que se produz, do que se poderá produzir. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1930)

Portanto, a criação de um Museu Comercial do Amazonas foi traçado para que servisse de exposição e aparelho de propagandas produtos deste estado para os demais mercados mundiais. Dessa forma, não foi ele formulado a partir de um ato isolado ou espontâneo, mas de um processo histórico, produto das ações de homens, onde envolvia toda uma conjuntura histórica de crise econômica.

O Museu Comercial representaria os próprios apelos e interesses de empresários que buscavam estratégias de investimentos e crescimento econômico de seus negócios, além de

fazer parte de um projeto nacional de patriotismo e modernidade como a exemplo dos museus comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo.

### 2.3.A importância das Exposições Nacionais e Internacionais

Segundo Santos e Costa (2006), data do final do século XIX o nascimento da publicidade através de jornais, revistas e outros meios de comunicação. Paralelo a expansão da publicidade, intensificaram as exposições universais, denominadas também de “Lição das Coisas”, “Festas do Progresso”, “Arenas Pacíficas”, “Lugares de Peregrinação ao Fetiche Mercadoria”, “Vitrines do Progresso”, “Festas do Trabalho” (HEIZER, 2005).

O objetivo das exposições universais era “festejar as conquistas da civilização e arrolar as realizações da indústria humana” (DANTAS e SANTOS, 2011, p. 227)<sup>18</sup>. As comissões que representavam o Brasil em eventos nacionais e internacionais utilizavam a publicidade para a divulgação das matérias-primas e potencialidades naturais do país, creditando uma imagem atraente, conforme aos ideais dominantes da época.

Além das exposições universais, existiam as exposições no âmbito nacional, aquelas também eram conhecidas por internacionais, uma vez que, aconteciam de modo predominante nos países europeus, como Londres e Paris, salvo algumas nos Estados Unidos, pois representavam modelos ou berço da civilidade e do progresso;

As exposições promovidas no país eram como ensaios para as universais, caracterizando-as como eventos visuais que apresentavam ao próprio país, um Brasil moderno, cosmopolita e economicamente promissor (BORGES, 2007), além de se produzir conhecimento por meio das relações culturais e científicas que ali eram traçadas<sup>19</sup>.

Conforme Borges (2007), em comemoração ao primeiro centenário da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1908, o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, reuniu uma comissão e sugeriu a realização de uma

---

<sup>18</sup> Regina Maria Macedo Costa Dantas e Nadja Paraense dos Santos (2011), interpretam estas exposições como festas do progresso, espetáculos que tiveram início na França a partir de 1798, acontecendo a cada cinco anos. Estudos interessantes tratam a respeito da participação do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889, concluindo que foi um evento muito importante para celebrar a integração do Brasil à modernidade e progresso do mundo europeu, sintetizando-a com o tripé: República, Ciência e Técnica. Nesse sentido, torna-se obrigatório a leitura dos textos de BARBUY, Heloisa (1996). *O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal*; HEIZER, Alda Lúcia (2005). *Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*; \_\_\_\_\_ (2009). *Ciência para todos: A Exposição de Paris de 1889 em Revista*; PESAVENTO, Sandra Jatahy (1997). *Do Crystal Palace a Paris: A mística do progresso, culto à máquina e a sedução do novo*.

<sup>19</sup> Estas exposições também ofereciam conferências de variados assuntos, falando sobre natureza, território, culturas, indústria e comércio; conferindo a elas um caráter científico e pedagógico.

Exposição Nacional aos moldes das Exposições Universais, com a finalidade de explorar a data comemorativa e dispersar as sombras que criavam obstáculos à visibilidade do Brasil moderno, mostrando ao mundo suas riquezas.

Nas exposições nacionais fazia parte a maioria dos estados brasileiros com seus respectivos mostruários de produtos, máquinas e afins, chamando atenção dos sujeitos presentes que apreciavam as novidades e consolidavam negócios. Algumas dessas exposições chegavam, inclusive, a premiar aqueles estados que se destacavam.

É importante salientar que na passagem do século XIX para o XX, especialmente na sua segunda metade, houve algumas transformações relevantes nas exposições, como a interferência cada vez maior do Estado nesses eventos, “no que diz respeito às políticas de representação pública da nação” (HEIZER, 2005, p. 28).

Scherer (2002) corrobora afirmando que a Primeira Guerra Mundial foi o ponto de ruptura com as exposições do século XIX, marcando mudanças nas que sucederam no século XX, como o fato de se mostrarem tanto que apagadas no seu sentido universalista e no seu caráter essencialmente industrial.

Apesar da ruptura em alguns sentidos, as exposições do século XX ainda podem ser consideradas uma continuidade das exposições do final do XIX, pois continuaram a expor o desenvolvimento industrial e econômico dos países participantes, refletindo as transformações sociais, políticas e econômicas do mundo, visando atender os interesses dos sujeitos idealizadores: empresários, industriais e todos aqueles ligados aos ramos do comércio.

O estado do Amazonas chegou a participar de exposições nacionais e internacionais, além de congressos e conferências ligadas ao comércio e a ciência, dentre tais eventos, podemos destacar: Exposição Internacional de Bruxelas (1910); Terceira Exposição Internacional da Borracha nos Estados Unidos da América (1912); Sétima Exposição Internacional da Borracha e Outros Produtos Tropicais e Indústrias Aliadas, em Paris (1927); Exposição Ibero-Americana de Sevilha; Congresso Internacional de Silvicultura, em Roma (1926), etc.

Ressaltamos que, sendo elas nacionais ou internacionais, o objetivo aqui não é classificar quais exposições o estado do Amazonas participou ou mostrar o quantificável dessas exposições, ou ainda, como estavam estruturadas ou como eram organizadas, como faz Scherer (2002) em alguns tópicos de sua dissertação –*Expondo os planos: as Exposições Universais do século XX e seus Planos Urbanísticos*.

O importante aqui é estabelecer uma análise relacional de exposições que o estado do Amazonas participou e sua importância para o contexto histórico que o estado vivenciava,

além de averiguar, quando possível, as repercussões desses eventos, principalmente, no que diz respeito, a imagem do Amazonas ou a pretensão de sua construção.

Por mais que o cenário econômico fosse alarmante em virtude da crise da economia gumífera, a participação nesses eventos seria um recurso para minimizar o quadro de crise aos olhos de quem visitava os eventos e, ao mesmo tempo, viabilizar novos rumos articuladores, como: a otimização da propaganda sobre os interesses e as possibilidades do estado, dentro e fora do país; a colaboração na visibilidade do Amazonas, no que se refere à divulgação de ideias e imagens, tornando-a chamativa aos investidores e projetos que representassem progresso e investimentos.

Em 1927, aconteceu em Paris a Sétima Exposição Internacional da Borracha, sendo o Amazonas convidado pelo governo federal em 1926 a representar o Brasil neste evento através da sua comissão organizadora. O estado teve o cuidado de montar os mostruários expositivos com eficiência e sem muitos gastos. Como cita Efigênio Sales, então governador do Amazonas:

Acha-se marcada para os primeiros dias do ano de 1927 a abertura da Sétima Exposição Internacional da Borracha, a realizar-se em Paris. Convidado o Amazonas pelo Governo Federal a se fazer representar nesse certamen, tenho o cuidado de estudar a maneira mais fácil de organizar essa representação, de modo a lhe ser dada, sem grandes dispêndios, a eficiência necessária [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1926)

Desse modo, era importante a participação do Amazonas nessas exposições, pois era a oportunidade que o estado tinha de mostrar seus diversos produtos aos países interessados em investimentos, pois, “[...] a chave para essa época de novas indústrias está na propaganda do que possuímos, afim de que os capitais nos procurem [...] e, assim, poderemos firmar insensivelmente contratos para explorações futuras.” (REVISTA DA ACA, nº120, 1925)

Cabe ressaltar que, a participação do Amazonas nestas exposições não se iniciava nem se dava por finalizada na década de 20 a 30 do século XX. Nos anos iniciais do respectivo século, o estado teve importantes participações nestes eventos que tinham repercussões internacionais.

Em pronunciamento à casa legislativa, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do estado do Amazonas em 1911, teceu algumas considerações que avaliou importante para o entendimento desses grandiosos eventos, sendo estes, um mecanismo necessário para a constituição da economia política e social de todas as civilizações.

[...] elas despertam sob a ação potente da civilização, desenvolvem-se e atingem mais esplendor e perfeição, à medida que aumenta o brilho no foco luminoso cada vez mais intenso, que eleva mais alto sem cessar a ciência, a instrução, o comercio [...] para corresponder a necessidade inerente á natureza humana, de conhecer e fazer conhecer a evolução que aumenta com o progresso da civilização, era preciso um instrumento novo, um meio prático de publicidade e vulgarização. Este instrumento, o homem encontrou, criando as Exposições e apropriou-o à natureza a importância das exigências a satisfazer [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1911)

Portanto, a noção conceitual que se tinha das exposições é que elas seriam um instrumento prático de publicidade e vulgarização, abarcando determinados elementos como: propaganda, prosperidade, competição, conquista de mercados e atração de capitais.

Para participar desses grandes eventos, comissões foram montadas, sendo compostas de membros de sociedades da indústria, comércio, políticos e intelectuais, os quais exerceriam as seguintes funções: apresentar, organizar, avaliar, selecionar o material vindo de todos os municípios que formavam a federação e que seria exposto, etc. Nesse sentido, os representantes nomeados para estas comissões tinham que apresentar de modo mais eloquente os produtos apreciados em cada seção do mostruário do respectivo estado.

Como exposto, a relação do Amazonas com as Exposições Universais ou Nacionais e, até outros eventos da mesma natureza, não se iniciou no século XX, tampouco na segunda década dele, o preâmbulo se dá ainda no século XIX. A título de demonstração, mas, para não nos prolongarmos e nem retrocedermos em demasia, iniciamos pelo ano de 1900, quando o Amazonas participou das comemorações dos 400 anos do descobrimento do Brasil no Rio de Janeiro.

Essa data sempre era lembrada com grandes festejos pelo país, sendo que em 1900 o governo do Amazonas nomeou uma comissão para representar o estado no evento, levando uma coleção de numismática organizada por Bernardo Ramos para ser exposta.

A participação da comissão amazonense recebeu vários elogios na imprensa pela apresentação, repercutindo até no exterior.

[...] honrou subitamente ao Amazonas, se as festas aqui celebradas tiveram uma importância local, a exposição da coleção numismática na Capital Federal foi inteiramente nacional, indo repercutir nos países cultos, provando que no Brasil, no Amazonas, um dos seus estados mais prósperos, não se cultiva só o solo, há a superior cultura científica [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1900)

Diante da mensagem feita pelo governador do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior, podemos analisar através de suas palavras que a partir da exposição da coleção de

numismática e sua repercussão na imprensa, esperava-se que o Amazonas ficasse conhecido como um estado que “[...] não se cultiva só o solo, há a superior cultura científica [...]”.

Nesse sentido, temos que considerar que com o advento da república, os ideais de progresso, civilidade, modernidade, passam a embasar a maioria dos estados brasileiros. O Amazonas, auferindo os lucros advindos da economia da borracha, passou por transformações que elencaram tais ideais republicanos. A capital, Manaus, começou a vivenciá-los nesse momento o período denominado por Belle Époque.

Dessa maneira, com todas as transformações, esperava-se consolidar um Amazonas próspero, civilizado e moderno, mudando aquela imagem de território exótico, distante do país, não apenas no geográfico, mas no social e no cultural, colocando-o integrado a nação e, portanto, merecedor de reconhecimento.

Logo, estes eventos, fossem eles nacionais ou internacionais, pois, o que dava a eles devida relevância era sua divulgação na imprensa, serviam de valiosos meios para ditarem imagens de riqueza, prosperidade e modernidade. Portanto, funcionavam como vitrines de uma imagem ideal que se pretendia construir.

Esta pretensão de construção de uma imagem moderna e civilizada vai permanecer ao longo do século XX, percebível nas demais exposições e eventos. Contudo, isso parece intensificar-se mais ainda, no momento em que o estado do Amazonas vai sentir as aperturas e o declínio da sua economia, gerando tensões sociais e políticas em toda a sociedade e a aflição de articular-se a outros meios para superar, o mais rápido possível, tal momento.

Os homens de negócios do estado e o próprio governo vão buscar nessas exposições e demais eventos, a construção de uma imagem sujeita aos valores e símbolos do progresso, apresentando nelas os seus produtos regionais e suas manufaturas. Mas, mais do que isso, tais acontecimentos vão consentir a abertura do Amazonas para projetos de interesses e expansão comercial, de crescimento das relações econômicas, permitindo consolidar investimentos no estado.

Este consentimento pode ser identificado nas palavras do Governador do estado Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, pronunciadas em 1911, referente à participação do Amazonas na Exposição Internacional de Bruxelas ocorrida em 1910.

[...] Ambiciono, Srs. Representantes do Estado, desde muito para o Amazonas, em particular, e para o Brasil, em geral, ver as suas relações comerciais amplamente desenvolvidas [...] Apenas a expansão intercambial me preocupa. E não vejo meio mais seguro de garanti-la do que tomando parte nessas exibições mundiais e praticando, em larga escala, a propaganda pela imprensa [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1911)

A propaganda intensa dessas exposições podia ser notada na dimensão como eram relatadas nos jornais, revistas e folhetins que circulavam na época. A Exposição Internacional de Bruxelas (1910), por exemplo, proporcionou ao Amazonas credibilidade em revistas conceituadas, como: *L'Italie Illustrée* e *Journal des Expositions*.

Os textos destas revistas foram publicados na íntegra pela Imprensa Oficial do Governo do Amazonas e procurava elevar a região, dando ênfase as suas riquezas naturais, minerais, urbanísticas e o empenho do governo em agir com patriotismo e civilidade para seu desenvolvimento, perceptível nos mostruários que destacavam todos os seus produtos.

Em específico, a *L'Italie Illustrée*, discerne a respeito de qual base científica devemos acreditar que nesta parte da América abrigasse tantas riquezas, apelando para o caráter do divino, misterioso e mitológico, mas não refutando a veracidade científica de um estado tão rico e de valor inestimável.

Na *L'Italie Illustrée* temos a seguinte publicação traduzida pela Imprensa Oficial do Amazonas:

Ninguém nos disse ainda, porque fenômeno geológico, porque coincidência de ação astronômica, porque movimento interno dos vulcões, precedido, acompanhado ou seguido de um forte deslocamento do sistema hidrográfico do mundo – enfim, porque cataclismo conseguiu reunir nesta parte das Américas, e especialmente na região amazônica, uma tão grande reserva de forças incomensuráveis, tantas provas as mais irrefutáveis, as mais maravilhosas, as mais atraentes, de sua providencial potencia, razão pelo qual Ela aparece à nossa imaginação envolvida em um Divino Mistério [...] rica de cobre e prata, de ouro e de outros minerais que escapam a investigação da ciência geognóstica; lá, os lagos maravilhosos e os rios negros, amarelos, verdes e cristalinos em leitos de diamantes; [...] lá a fauna e flora abundantes, selvagem aquela, esta deslumbrante e milagrosa, arbítrio de riqueza, de vida e de morte. É lá nos Andes, no Peru, perto do lago Lauricocho, que nasce o maior e mais volumoso rio do mundo, irrigando e fecundando grande extensão de terra, antes de formar a majestosa bacia, o maravilhoso estuário da fértil região amazônica [...] (MENSAGEM DO PRESIDENTE, 1911)

As notas publicadas pelo *Journal des Expositions* também foram traduzidas e divulgadas pela Imprensa Oficial, pois, grande valor de propaganda tornara-se. Ele declara que a participação do Amazonas na Exposição de Bruxelas (1910) era prova mais admirável de comprovação que esta região é, realmente, dotada de riquezas a serem exploradas pelos grandes capitais, para que estes a moldasse e fizesse produzir, segundo as normas do mercado global.

Pois, segundo *Journal des Expositions* (apud MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1911), nenhuma região do planeta possuía tão grandes riquezas e

superioridade do que a região amazônica, sendo esta destacada pelas suas madeiras, borracha, matérias têxteis, substâncias alimentícias, óleos, resinas, plantas medicinais, trabalhos manuais, vastos campos para pecuária, riquezas minerais, etc. Vejam abaixo:

[...]Na participação brasileira, o Estado do Amazonas, não figura em seção especial; os produtos deste grande e rico Estado setentrional figuram por toda a parte, entre os dos demais Estados, com certo realce, tais suas qualidades e importâncias. Nunca este fértil e belo Estado foi tão bem conhecido como é atualmente na Bélgica, devido a feliz propaganda posta em ação pelos seus comissionados. Visitando o Pavilhão Brasileiro, recebemos reclamos, os mais delicados: álbuns de cartões postais com vistas dos pitorescos sítios do Amazonas [...] folhetos descritivos, um catálogo dos produtos amazonenses, admiravelmente concedido e publicado em francês e português, cartões postais coloridos com vistas dos monumentos, praças e ruas de Manaus [...] fotografias da Exposição preparatória dos produtos enviados a Bruxelas; uma brochura sobre climatologia [...] para ser vulgarizado e fazer-se justiça ao clima do Amazonas, que conhecemos tão imperfeitamente [...] Vimos ainda os principais produtos desta fértil região[...] O Amazonas possui incomparáveis riquezas minerais inexploradas, como vastos campos para a criação de gado, na zona do Rio Branco, notáveis pela natureza do solo, como pela salubridade de seu clima. E agora que o estado do Amazonas ocupa um lugar tão importante no mercado mundial, não é mais um mistério para os capitalistas europeus, que em nenhum outro país é possível encontrar para os capitais, uma remuneração tão rápida e tão considerável como com a exploração destas incalculáveis riquezas. Em todas as Exposições Universais, onde tem figurado os produtos do Amazonas, têm eles obtido as mais altas recompensas, pela sua beleza, riqueza e qualidade [...].

O mesmo valor estimado de propaganda pode ser atribuído ao catálogo *Cultura e Exploração da Borracha no Valle Do Amazonas(1913)*, elaborado por Raymundo C. Monteiro de Castro e distribuído gratuitamente pela Associação Comercial do Amazonas.

Ao fazermos uma análise da estrutura do catálogo, depreendemos que se tratava de uma propaganda exclusiva sobre a borracha, não apenas a produzida no Amazonas, mas nos demais estados brasileiro e estrangeiros, como: Pará, Acre e Malásia. É explícito que nele há a exaltação da imagem do Amazonas, declarando que não existe melhor borracha senão a produzida no Estado:

A plantação da seringueira no Amazonas

A plantação da seringueira deve dar no Amazonas melhores resultados do que em qualquer parte do mundo. A seringueira é filha da Amazônia, é este o “habitat” que lhe foi destinado pela Natureza. Aqui é a sua pátria privilegiada, onde a hevea tem e terá o seu futuro indispensável, através dos tempos. Em qualidade o produto da seringueira verdadeira do Amazonas é inigualável, sendo ela cuidadosamente defumada [...]. (CATÁLOGO CULTURA DA BORRACHA NO VALLE DO AMAZONAS, 1913)

No catálogo também consta como ocorre o processo de defumação da borracha, os instrumentos e os sistemas de corte (FIGURA 19), sempre acompanhados de fotografias, haja vista que o uso de imagens também era comum, para enriquecer e dá credibilidade ao material da propaganda.



FIGURA 19: Fotografia retratando o corte em V em uma seringueira amazônica. Publicada: Catálogo - Cultura e Exploração da Borracha no Valle Do Amazonas (1913)

Nele consta também o relatório da participação do Amazonas na Terceira Exposição Internacional da Borracha nos Estados Unidos da América que aconteceu de 23 de setembro a 03 de outubro de 1912. Este relatório foi elaborado pelo Sr. A. Stedman, da New York Commercial Cia e representante da Associação Comercial do Amazonas na Exposição, sendo traduzido por Raymundo C. Monteiro de Castro, organizador de todo o Catálogo.

Em relação ao relatório, o Sr. A. Stedman fez anotações de cada estado brasileiro que se apresentou na Exposição com seus devidos mostruários e representantes, posições e premiações. A Associação Comercial do Amazonas foi premiada com o 1º lugar, sendo seguida pela Associação Comercial do Pará.

No entanto, Stedman criticou a falta de planejamento de ambos os estados, uma vez que apresentaram uma borracha com qualidade inferior perante o grande empresariado que estava a visitar cada estande. Segundo Stedman, teriam que apresentar um produto de acordo com a

política econômica mundial que visava o progresso, ou seja, com avanços e desenvolvimento consideráveis dos produtos, predominantemente, consumidos pelos norte-americanos.<sup>20</sup>

[...] Refiro-me a isto porque realmente o tipo de borracha apresentado tanto pelo Amazonas como pelo Pará é de sobejo conhecido dos mercados mundiais. O nosso esforço deveria ter consistido numa demonstração de que, consumidores do tipo por excelência do nosso artigo, estamos aparelhados para amoldarmo-nos ao progresso e que este para nós deveria ter sido uma forte tendência a melhorar a qualidade do nosso principal produto. (CATÁLOGO CULTURA E EXPLORAÇÃO DA BORRACHA NO VALLE DO AMAZONAS, MANAÓS, 1913, p. 25)

Diante da apresentação, a fim de avançarmos à década de 20 em diante, conseguimos identificar que a concepção que surge é que se precisava consolidar uma imagem sobre o Amazonas que interessasse os países voltados para o mercado capitalista, cujo foco central, segundo as mensagens dos governadores, era o progresso, este: social, econômico, cultural, político e científico.

Todos os esforços do Estado, da Associação Comercial do Amazonas e os demais comerciantes, a partir dos anos 20, era a utilização de todos os instrumentos de comunicação, pois tinham uma dimensão maior de alcance, para instituir uma imagem de progresso para o Amazonas, criando cenários, divulgando imagens (filme, álbuns, notícias) que representasse isso.

É claro que não seria fácil quando o contexto econômico e social não contribuía para o desenvolvimento do Amazonas. A crise da economia da borracha assolou um estado que até os anos iniciais do século XX vivenciava o crescimento em sua economia.

A borracha que foi o motivo do grande crescimento para o estado, nos anos 20 a 30 era o motivo da grande retração econômica. No entanto, seria a borracha e os demais produtos do Amazonas, os elementos divulgadores de um estado rico e abundante para futuras explorações e investimentos.

Em 1926, o Estado do Amazonas vai estar presente na Sétima Exposição Internacional da Borracha e Outros Produtos Tropicais e Indústrias Aliadas (FIGURA 20), a ser realizada em Paris. A notícia publicada pela Revista da Associação Comercial do Amazonas relata a garantia de negócios e a comprovação de patriotismo para com o Estado, convocando a todos os comerciantes e empresários a colaborar para a montagem dos mostruários dos produtos da região, para que este seja o mais completo possível.

---

<sup>20</sup>Segundo os dados apontados pela Associação Comercial do Amazonas, os países europeus, principalmente, a Inglaterra, eram os maiores consumidores e produtores da borracha plantada sistematicamente na Malásia, Ceilão e outras colônias. Enquanto que o EUA ganhava destaque por ser o maior consumidor da borracha brasileira.

Só se poderá comprovar a supremacia em qualidades, nossa borracha e de qualquer outro produto amazonense, expondo-o e tornando-o conhecido nos principais centros produtores e cosmopolitas, que, quando não sejam diretamente interessados pelo produto, sejam, ao menos, [...] visitados, por industriais, cientistas e homens de negócios. (REVISTA DA ACA, nº 129, 1926)

Como estas exposições tinham como objetivo principal apresentar por meio do visível (fotografias, mapas, vídeos) e demonstrações ao vivos principais produtos dos países, e não apenas o fechamento de negócios. Acreditamos que uma das primeiras metas dos organizadores das exposições seria construir uma imagem economicamente atraente do Amazonas para os demais centros comerciais.

Eugene Aubert, em 15 de abril de 1927, assim resume a participação do Amazonas na Sétima Exposição Internacional da Borracha em Paris: “[...] duas impressões principais parecem-me resultar das primeiras informações: a multiplicidade e o aperfeiçoamento [...]” (REVISTA DA ACA, nº 136, 1927). Em seu artigo publicado na Revista da Associação Comercial do Amazonas, descreve:

Expondo aos olhos dos visitantes uma magnífica lição de coisas [...] da “Rainha da Exposição, S.M a Borracha” [...] mostrava a variedade infinita das riquezas conquistadas, para a satisfação das necessidades da vida moderna, pelos esforços congregados de raças humanas diversas [...] a um ponto de vista mais particularmente amazonense, duas impressões principais parecem-me resultar das primeiras informações: a multiplicidade e o aperfeiçoamento das aplicações da borracha manufaturada e o entusiasmo legítimo que a exposição deixa entrever pelos resultados já alcançados, ou esperados num próximo futuro, pela cultura da hevea [...]. (nº 136, 1927)

A aplicação de produtos manufaturados da borracha, como descrito por Eugene Aubert<sup>21</sup>, seria um avanço econômico significativo para estado do Amazonas, outrora criticado pelo Sr. A. Stedman, da New York Comercial Cia, na participação do Amazonas na Terceira Exposição Internacional da Borracha dos Estados Unidos da América de 1912.

---

<sup>21</sup>Eugene Aubert foi diretor, em 1929, do Campo Experimental de Agricultura situado em Manaus. Provavelmente, ele também tenha sido um industrial francês estabelecido nesta capital, pois, em uma nota no Correio da Manhã, de 11 de outubro de 1942, refere-se a ele como um interventor do processo de defumação da borracha.



FIGURA 20: Imagem retratando o Grand Palais, dos Campos Elíseos, em Paris – Local da Sétima Exposição Internacional da Borracha (1926). Publicada: Revista da ACA (nº 129, 1926). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

Ao contrário do Sr. Stedman, que criticou a borracha amazonense apresentada na exposição de 1912, pontuando que ela, sendo a maior representante de venda do estado do Amazonas, deveria ter qualidade superior e um maior aperfeiçoamento dos seus manufaturados com vista ao mercado mundial; o Sr. Eugene Aubert na citação acima, enche de elogios a apresentação do mostruário do Amazonas na Sétima Exposição Internacional da Borracha em Paris (1926), mostrando que a borracha e seus manufaturados eram fundamentais para suprir as necessidades da vida moderna.

Desse modo, mesmo com sua retração econômica, a borracha quando empregada em manufaturados, ganhando atributos de progresso, indústria, etc., tornava-se um dos principais produtos sustentáculos da economia do estado. Aliás, a própria propaganda existente no Amazonas sempre citava a borracha como um dos produtos com maior importância econômica do estado do Amazonas.

Existia a propaganda de outros produtos, além da borracha, como: a castanha, guaraná, piaçava e as madeiras do Amazonas (FIGURA 21 e 22), mas nada tirava o brilho que se estampava nas exposições, nas imagens, nas notícias quando o assunto era a borracha.

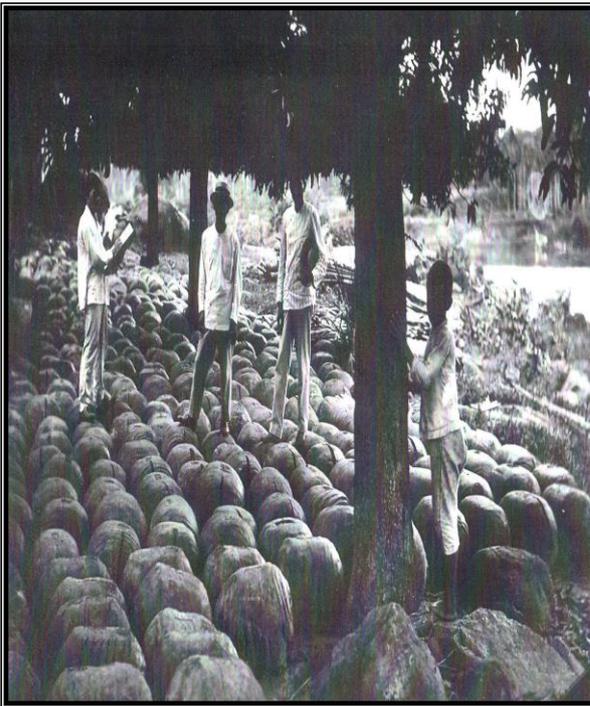


FIGURA 21: Fotografia retratando a borracha depois do seu processo de defumação/ Propaganda da Empresa JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico.

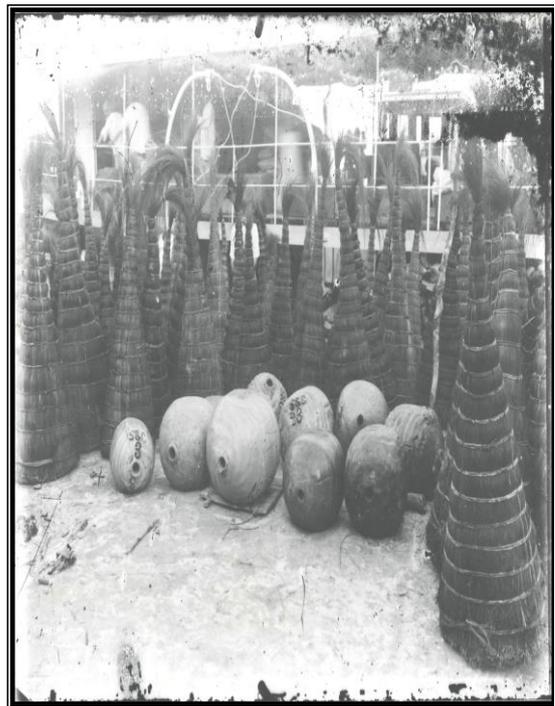


FIGURA 22: Fotografia retratando a borracha e a piaçava para embarque/ Propaganda da Empresa JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico

Em Roma, foi marcado para maio de 1926, o Congresso Internacional de Silvicultura, o qual iria abordar os estudos, usos e a indústria dos produtos da floresta, em especial, as madeiras (FIGURA 23). A Associação Comercial do Amazonas recebeu do presidente do congresso, o Sr. Arrigo Serpiere, especialista em economia agrícola e subsecretário do Ministério da Agricultura, um ofício convidando o estado a participar do evento, uma vez que no Amazonas já se iniciava, de modo incipiente, a extração de madeira (OFÍCIO – CONGRESSO INTERNACIONAL DE SILVICULTURA, março de 1926).

No ofício estavam evidentes as propostas do comitê organizativo que se propunha: estudar o melhoramento do comércio internacional de madeira e produtos florestais; os problemas técnicos, econômicos, legislativos e administrativos para assegurar a boa conservação das florestas; e, dentro do possível, unificar os métodos de estatísticas florestais, bem como tratar de diversas questões referentes às florestas existentes nos países de interesse.

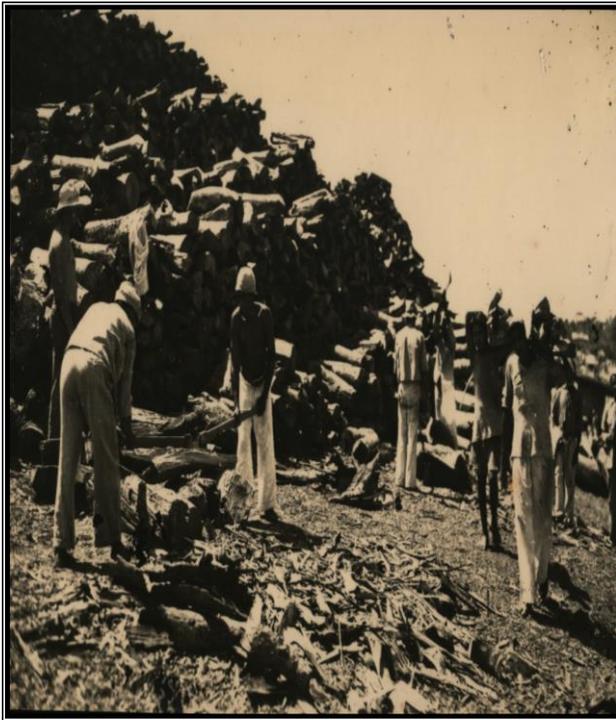


FIGURA 23: Fotografia retratando extração da madeira para embarque/ Coleção: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

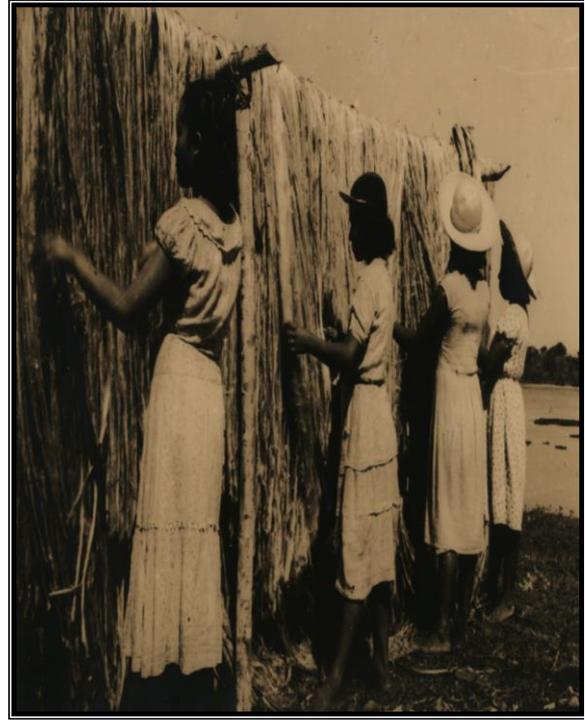


FIGURA 24: Fotografia retratando a juta em processo de secagem/ Coleção: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

Desse modo, para o Amazonas, era importante participar deste evento, pois, as madeiras já se apresentavam como uma das fontes de riquezas do estado. O Congresso Internacional de Silvicultura seria uma relevante ocasião para a conquista de mercados importadores e o desenvolvimento futuro desse ramo comercial. Como cita:

O Amazonas onde o aproveitamento da madeira começa agora, prometendo um brilhante futuro para o comércio, tem o dever de conquistar os mercados importadores. O processo mais racional e econômico dessa conquista será o congresso de Roma, aonde fluirão os grandes capitalistas do mundo, os representantes das poderosas empresas de explorações das florestas. (REVISTA DA ACA, nº 120, 1925)

Perante isso, a participação do Amazonas nas exposições era sustentada por uma rede de articulações que não se limitava às exposições propriamente ditas ou o visual como um todo (os mecanismos de propaganda). Sujeitos, que iam desde os representantes da comissão até o comerciante que enviava sua amostra, mantinham ou faziam o esforço de manter, uma relação interpessoal com bases sócio-econômicas.

As comissões organizadoras eram responsáveis de colherem e selecionarem as melhores amostras da borracha e dos demais produtos a serem enviados para as exposições. Comunicações eram enviadas solicitando a todos os municípios, nas pessoas dos senhores comerciantes, seringalistas e empresários, a remeterem suas respectivas amostras para compor o mostruário final para o evento.

Os produtos enviados em amostras seriam, no caso, os portadores tangíveis dessa relação que, por sua vez, eram organizadas em um único mostruário, representando os anseios de todos (REVISTA DA ACA, nº 136, 1926). Para a Exposição Internacional da Borracha em Boston – EUA (1925), a diretoria da Associação Comercial do Amazonas expunha a importância de um mostruário bem organizado, apesar de toda a dificuldade que a praça comercial de Manaus estava passando.

Ao mesmo tempo, fazia um apelo aos comerciantes e empresários do interior, bem como a todos os sujeitos ligados ao comércio, que enviassem suas melhores amostras para serem analisadas na Associação Comercial do Amazonas e emitidas a Boston pela agência de navegação Amazon River (REVISTA DA ACA, nº 119, 1925).

Um ano antes da exposição de Boston, aconteceu em Bruxelas a Sexta Exposição Internacional da Borracha, realizada em abril de 1924, onde infelizmente, não foi possível apresentar o mostruário do estado do Amazonas, pois na ocasião, o vapor Justin atrasou a entrega dos diversos produtos. Nesta exposição, quem representou o estado como organizador geral foi Dr. Hannibal Porto, o qual ficou ressentido pelo ocorrido com o mostruário do Amazonas que contava com 50 volumes com 3.154 quilos de produtos (REVISTA DA ACA, nº 119, 1925)

A não apresentação do mostruário ou a indisponibilidade de amostras poderia comprometer toda rede relacional que tentava consolidar uma propaganda sobre Amazonas e, conseqüentemente, a abertura para nossos investimentos e expansão econômica. A indisponibilidade de amostras também se fez presente na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929), na qual o estado do Amazonas participou, embora com muito esforço pela Associação Comercial do Amazonas.

As amostras indisponíveis e a fragilidade na participação da Exposição Ibero-Americana em Sevilha (1929) podem ser justificadas pela conjuntura histórica visível em todos os segmentos da sociedade. Muitas empresas faliram, muitos empresários voltaram a sua terra natal, as condições sanitárias também não colaboravam e o dinheiro era escasso.

Porém, a diretoria da Associação Comercial do Amazonas não deixava de frisar que, apesar de seus resultados virem a longo prazo, as exposições eram importantes para a

propaganda, pois esta acontecia quase de imediato, dependendo dos recursos que se utilizavam.

Estas particularidades existentes e a conjuntura história que se apresentava na região, dispersavam colaboradores que remetiam amostras para as exposições. Como ressaltado abaixo:

[...] por que os preços atuais da borracha e os anteriores a 1925 e de outros produtos de exportação mal permitem a compra dos elementos necessários, fazendas, ferragens e medicamentos porque só esses três elementos de artigos indispensáveis á vida do interior absorvem tudo que o produtor possa tirar do seu árduo trabalho. Essas dificuldades e a falta de elementos, como o braço e o capital, tem entravado o progresso do Amazonas, que, sem esses empecilhos formidáveis, seria uma região que espantaria o mundo por sua riqueza e progresso [...]. (REVISTA DA ACA, nº 136, 1926)

Mesmo com todos os entraves, a Exposição Ibero-Americana organizada pelo governo espanhol e realizada em Sevilha no mês de outubro de 1929 descreveu, segundo a Revista da Associação Comercial do Amazonas, o brilhantismo dos mostruários brasileiros, nos quais se incluíam o do Amazonas, representado pelo comendador Jayme P. da Gama e Abreu, o qual mencionou estes eventos como dignos de propaganda, tendo alcançado o grande prêmio em nome da Associação Comercial do Amazonas (a organizadora do mostruário) e a medalha de ouro pela seção de couros e peles.

[...] O Amazonas, embora sobre as maiores dificuldades, mandou o seu pequeno mostruário, tendo a Associação Comercial empregado os maiores sucessos nesse sentido [...] cumprimentamos os nossos expositores pelo êxito, que redundava em propaganda e conhecimento do Amazonas. (REVISTA DA ACA, nº 165, 1929)

Além disso, os organizadores brasileiros desta exposição frisaram alguns meses antes do referente evento, com muito destaque, em nota publicada pela Revista da Associação Comercial do Amazonas (nº 165, 1929), que o Brasil fugisse daquela imagem conhecida no estrangeiro, como um país de exotismos, de índios e florestas. E, que na Exposição Ibero-Americana (1929) os visitantes, os economistas e comerciantes passassem a visualizar através dos mostruários, das fotografias e das estatísticas, o território brasileiro como um lugar com grande capacidade industrial e com grandes reservas de matérias-primas.

Dessa forma, o comendador Jayme P. da Gama e Abreu, a partir de todo seu conhecimento sobre a região e dos recursos presentes, apresentou a respectiva ideia de

capacidade industrial e grandes reservas de matérias-primas, para que pudesse ser aderida pelos que ali estavam atrás de novidades no mercado.

Além destas exposições apresentadas ao longo dessa análise, outros convites foram feitos para outros eventos de grande e pequena repercussão. Ações foram avaliadas e construídas ora particular ora publicamente para dinamizar a publicidade do estado, especificamente no exterior. Dentre as ações, podemos pontuar: feiras, amostras, exposições locais, congressos, álbuns fotográficos em homenagem à cidade, à navegação e os produtos regionais. Tudo isso a serviço de seus idealizadores que tentavam a todo custo e esforço criar uma nova visão sobre Amazonas.

Mesmo passando por depressão de seu principal produto da praça comercial, muitos comerciantes e empresários vão encontrar nesses eventos uma possibilidade de ressurgimento econômico do estado do Amazonas. Outros, vão em busca de novas estratégias, comocomentador José Cláudio de Mesquita que, tendo implantando um campo experimental de seringueiras na cidade de Manaus, julgava que plantar a seringueira, como o oriente fazia, seria o meio mais viável para crescimento econômico da região.

#### **2.4.O campo experimental Seringal Miry: “Plantar Seringueira é semear Ouro”**

“Urge que nos façamos plantadores, para que não morramos asfixiados pela borracha de plantação [...]” (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1928)

Quando a borracha extraída das seringueiras plantadas nas colônias asiáticas começou a despontar na frente da borracha amazônica, representantes comerciais começaram a articular-se para que o cenário de atrofiamento econômico mudasse de direção.

Em especial a década de 20 a 30, muitos empresários culpavam o governo pela falta de auxílio, outros condenaram a falta de planejamento e a demora por ação da própria sociedade empresarial, e mais um grupo, destacou-se por divulgar esta retração como um processo natural, no qual cedo ou mais tarde iria acontecer, pois a borracha estava estagnada há muito tempo quando seus processos de extração e produção continuavam muito rudimentares, ao contrário da produção asiática, voltada para uma plantação sistematizada e desenvolvida.

Apesar de toda a propaganda que se tentava realizar sobre a seringueira nativa da Amazônia que, por ser nativa, julgavam ser mais rica em determinadas propriedades, a partir do momento de crise econômica do produto, plantar de modo estudado, planejado e organizado, sinalizava produção eficiente, investimento e crescimento econômico.

Nesse contexto, surge o Clube da Seringueira que a partir da década de 20 tem a intenção de promover, em meio às críticas de que seria algo irrealizável, a ideia de que plantar seringueira, a exemplo da plantação asiática, era uma das saídas mais viáveis da crise econômica e o triunfo do Amazonas no cenário nacional e internacional. Como relata abaixo:

[...] a solução do problema para o ressurgimento do Amazonas, está no cultivo racional da seringueira [...] a vitória de uma ideia que a muitos se afigura irrealizável [...] A ação do Clube da Seringueira, metódica, calculada, imprimiu o mais acentuado impulso que até ao presente tem sido a ideia vencedora [...] Do “Seringal Miry”, campo experimental que a iniciativa particular mantém, nos vem a convicção de que plantar seringueira é semear ouro. Plantemos, pois, a seringueira! (REVISTA DA ACA, nº 166, 1929)

Nesse sentido, as plantações de seringueiras nas proximidades da capital Manaus seriam um grande passo para o desenvolvimento econômico e avanço científico sobre a árvore nativa da região. Notamos, desse modo, a existência do campo experimental Seringal Miry, criado no início de 1914, pelo comendador José Cláudio de Mesquita<sup>22</sup>, emérito defensor da borracha e incentivador de estudos científicos sobre a seringueira.

Além da criação do Seringal Miry (FIGURA 26), José Cláudio de Mesquita já havia dado sinal de grande defensor da borracha quando criou a faca *Amazônia-Mesquita* (FIGURA 25), em substituição a machadinha, instrumento que maltratava a seringueira deixando-a sem capacidade de produzir o látex (REVISTA DA ACA, nº 166, 1929). A utilização da faca *Amazônia-Mesquita* em alguns seringais amazônicos deu resultados surpreendentes, melhorando o processo da sangria, extração e da produção da borracha.

---

<sup>22</sup> O Comendador José Cláudio de Mesquita nasceu em Setúbal/Portugal, a 07 de outubro de 1858. Fez história no Amazonas como grande comerciante e defensor da borracha amazônica, sendo o criador da faca *Amazônia*, instrumento utilizado para cortar a seringueira sem prejuízos a árvore, substituindo a machadinha. Adoeceu, e em 1923, mudando-se para João Pessoa para ficar sob os cuidados de sua filha, vindo a falecer no mesmo ano. (BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias - vultos do passado. 1973)



FIGURA 25: Imagem retratando cortes com o instrumento: faca – Amazônia em uma seringueira do campo experimental Seringal Miry. Publicada: Revista da ACA (nº 123, 1925)

A ação de plantar sistematicamente a seringueira da Amazônia não surgiu do desejo e das ações individuais de José Cláudio de Mesquita, mas sim, das próprias vicissitudes pela qual passava a economia do estado firmada na borracha nativa.

Já em 1910 identificamos o desejo do Governador do Estado do Amazonas em iniciar o cultivo da borracha a exemplo da plantação sistemática nas colônias inglesas. Diante da avassaladora produção e qualidade da borracha produzida nessas colônias, o governador Antônio Clemente Bittencourt menciona o potencial do Amazonas em seguir seus concorrentes.

Os resultados que enumeramos, obtidos nas colônias inglesas com o cultivo da borracha, nada significam em relação aos que poderíamos conseguir se, a seu exemplo, procurássemos também desenvolver sistematicamente esta plantação. Teríamos todas as vantagens sobre elas, pois não nos faltam terrenos apropriados para esse cultivo e que certamente podem ser adquiridos [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1910)

Quando o Seringal Miry inicia seus experimentos plantando as seringueiras, havia também a preocupação de estudos científicos sobre o látex que se extraía da árvore e que, posteriormente, era transformado em borracha, goma elástica, crepe, etc. Nesse sentido, o campo experimental do Seringal Miry abria um leque de possibilidades para o campo

científico, cuja finalidade era melhorar o processo de extração, produção e exportação da borracha amazônica para concorrer com a borracha asiática.



FIGURA 26: Imagem retratando o Campo Experimental Seringal Miry. Publicada: Revista da ACA (nº 123, 1925)

A propósito dos estudos científicos, o campo experimental Seringal Miry passa a receber alguns estudiosos, o mais distinto pela imprensa foi o estudioso Joaquim M. Soares de Gouvêa, em 1925. Sua estadia em Manaus proporcionou várias experiências no campo experimental, colhendo o látex, estudando o corte, para uma análise meticulosa de comparação da qualidade da *hevea brasilienses* com a de procedência do oriente.

#### Estudos Proveitosos

Manaus hospeda atualmente o ilustre Sr. Dr. Joaquim M. Soares de Gouvêa, um competente, especialmente no que se refere á borracha em suas qualidades químicas e manufatureiras [...] Registramos com prazer o fato auspicioso, pois sempre pugnamos pela vinda a Manaus de competentes sobre o que se relaciona com a nossa produção. O Dr. Soares de Gouvêa há visitado quase diariamente o *Seringal Miry*, colhendo o leite para suas experiências. (REVISTA DA ACA, nº 166, 1925)

Quando José Cláudio de Mesquita (FIGURA 27) morre em 1923, o campo experimental Seringal Miry fica sob a responsabilidade da Associação Comercial do Amazonas, cujo dever era conservá-lo e nele incentivar os estudos científicos em prol do desenvolvimento e

aperfeiçoamento da borracha no estado do Amazonas. Na época, outras plantações sistematizadas surgiram, como: o Campo Experimental de Agricultura.

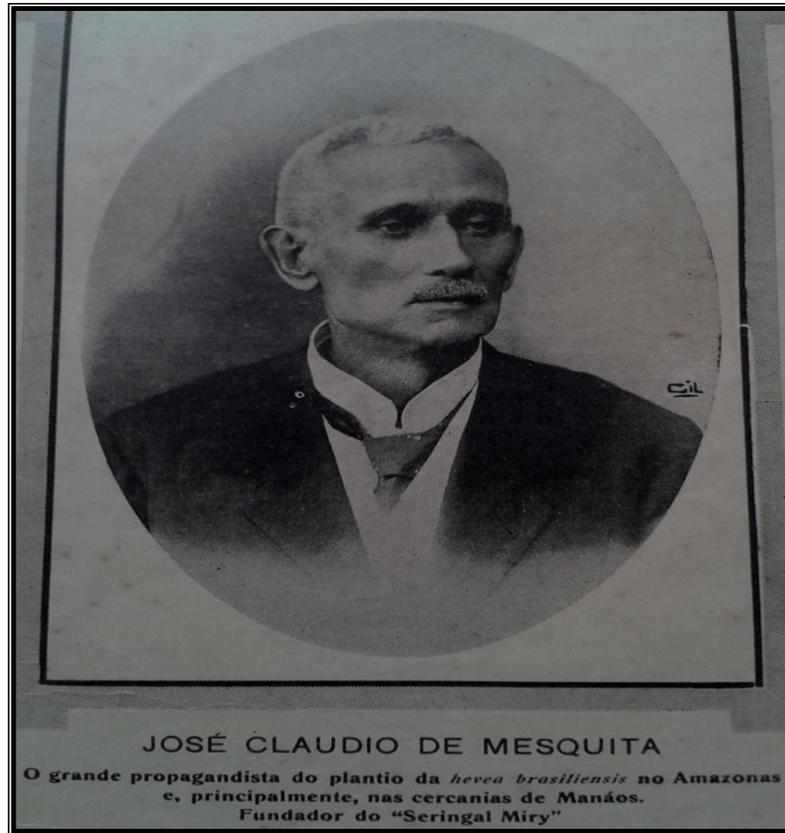


FIGURA 27: Fotografia retratando José Cláudio de Mesquita. O grande propagandista do plantio da seringueira nas cercanias de Manaus e fundador do Seringal Miry. Publicada: Revista da ACA (nº 124, 1925). Acervo: Associação Comercial do Amazonas

Este Campo Experimental de Agricultura surgiu no final da década de 20, sob o decreto nº 29 de 18 de maio de 1926. Estava situado no Paraná da Eva, à margem esquerda do Rio Amazonas, cinco horas de Manaus por via fluvial, compreendendo 09 hectares de várzea e 250 hectares de terra firme (DECRETO LEGISLATIVO, nº 29, 1926).

Incluía-se em mais um dos serviços de maior utilidade para o Amazonas, pois incentivava o desenvolvimento de uma agricultura pautada pela técnica e estudo do solo, das sementes e de sua coleta. Nele constava a agricultura de seringueira, cacau, guaraná, café e demais produtos de valor econômico no mercado.

Segundo o diretor do referido campo experimental, Dr. Eugene Aubert, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa, este campo apresentou um trabalho edificado em métodos científicos com relação à organização e execução da agricultura no estado, aderindo

uma importante função na sociedade: a propaganda e a cultura de produtos em potencial no mercado.

Como demonstra o relatório do atual diretor do Campo Experimental, o plano de distribuição das culturas [...] somente o ano passado foi levado a efeito, verificando-se rigoroso método científico, a par de vultoso trabalho na sua organização e execução [...] si já agora corresponde aos seus fins, dentro em pouco tempo, preferido centro de propaganda pratica e estímulo a cultura das nossas plantas de valor econômico.(MENSAGEM LIDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1929)

Isso demonstra que nos anos 20 até meados de 30, em paralelo a propaganda do estado, e relacionado a esta, existia outras articulações e ações que interligava o campo econômico ao científico, como sustentáculo de afirmação das potencialidades existentes no estado do Amazonas, de modo que os resultados dessas relações pudessem reerguer a economia da região.

Assim sendo, o campo experimental Seringal Miry, em meio às incertezas, foi provando ser um importante espaço de experimentos e visitas ligado ao futuro da borracha no Amazonas, sendo um instrumento visível de propaganda do estado, onde recebia homens de negócios, políticos, cientistas e a sociedade de modo geral.

O Presidente Washington Luis Pereira, em 21 de julho de 1926, em passeio a Manaus, visitou o honroso campo experimental, sendo ele um dos sujeitos que acreditava ser o empreendimento uma demonstração de inteligência, utilidade e esperanças ao Amazonas. Em um rito convencional, o presidente chegou a plantar uma seringueira no local e assistiu o processo de defumação do leite e corte de uma árvore com a faca *Amazônia-Mesquita*.

Como inferido em assembleia, permitimos afirmar que: “[...] Seringal Miry, antigo e bem organizado campo de plantações experimentais [...] constitui esse seringal um outro centro hábil de propaganda. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1929)

Desse modo, pioneiro na plantação sistematizada de seringueiras, o Seringal Miry foi o responsável pela a expansão dos campos experimentais no Estado do Amazonas, organizando, conseqüentemente, um campo de estudos sobre os demais produtos do estado e o desenvolvimento de uma agricultura baseada em orientações técnicas e científicas.

“Plantar seringueira” tornou-se um dos principais planos de governo de Efigênio Ferreira de Salles, pois abriu alguns campos de plantio, tendo um extremo cuidado de não tornar a agricultura do Amazonas uma cultura monocultora, incentivando, em paralelo, outros tipos de cultura (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1928).



FIGURA 28: Fotografia retratando a coleta do guaraná no município de Maués-Am. Coleção: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

Conforme o governador do estado, a intenção de todo esse programa de campos experimentais não consistia somente em demonstrar que o Amazonas também tinha o conhecimento que plantar sistematicamente a seringueira geraria lucros, mas acima disso, comprovar ao estrangeiro a fertilidade dos solos da região, objetivando investimentos para fins de desenvolvimento da agricultura e incentivos aos demais produtos existentes. Como afirma, em mensagem oficial na Assembleia do Estado:

É um a obra que se tiver continuidade, dentro em breve servirá de emulação aos naturais e de propaganda de uberdade do nosso solo aos estrangeiros interessados no assunto, que nos visitarem. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1928)

Portanto, o então governador considerava que tal ação, espelhando-se no pioneiro Seringal Miry, seria um estímulo a propaganda da região, sendo amplamente divulgado pela imprensa. As iniciativas de plantio da seringueira começaram pelos arredores de Manaus, afinal, a capital era a primeira dimensão visual, o cartão postal do Amazonas, quem aqui visitava.

A meta do governo era deixar a cidade e outros territórios amazônicos permeados de seringueira e demais produtos, demonstrando a fertilidade dos seus solos e atraindo pesquisadores, investidores e outros sujeitos comprometidos com a região.

No dia que nos for dado contar uma seringueira em cada quintal, um cacauero em cada jardim, um guaranazeiro em cada pomar; no dia em que, um por um, todos os nossos conterrâneos estiverem capacitados de que nestas terras é preciso plantar; quando, afinal, nos convenceremos que não mais devemos viver apenas do que a natureza dos oferece, mas necessitamos querer, desejar e pedir; e que semear em solo fecundo é estender as mãos a quem não nos pode negar, - nesse dia, então, raiará, em definitivo, a era triunfal do Amazonas. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1928)

Levando esta questão para o plano das realizações, o governo iniciou o que mencionou de “a era triunfal do Amazonas”, plantando em diversos pontos da cidade de Manaus e em outros lugares do estado: seringueiras, cacaueros e demais produtos que, dentro em breve, acreditava que se tornariam interesses de visitantes que apreciariam com comodidade em seus passeios pelos arredores da capital (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1928).

Conforme os dados da Imprensa Oficial, o governo, na estrada Manaus – Boa Vista no Rio Branco (atual Estado de Roraima) plantou cerca de 8.000 números de seringueiras; no ramal do Tarumã até o ano 1928 cerca de 1.200, com proporções de chegar até ao final do respectivo ano a 20.000 *hevea brasilienses*.

Nos arredores do Sanatório Efigênio de Sales foram plantadas 1.500 seringueiras, além de outras árvores frutíferas. Na rodovia que estava sendo aberta em 1928 para ligar o porto de Camanaós à vila de São Gabriel também teve suas margens tomadas por seringueiras, castanheiras e cacaueros. Dessa forma, o governo apressava-se em transformar:

[...] Amazônia em celeiro do mundo, uma vez tornada efetiva a utilização das riquezas naturais, que jazem em estado latente, porque ainda não pôde ser praticada a sua exploração industrial, de molde a poderem os produtos ser apresentados aos mercados consumidores a preços e em condições de competência. (REVISTA DA ACA, nº 138, 1926)

Portanto, cultivar sistematicamente a *hevea brasilienses* e demais plantas exóticas produtoras de látex; fazer estudos e pesquisas concernentes aos processos mais econômicos de extração do látex da seringueira e demais árvores, conservando sua vitalidade; fazer estudos científicos quanto às moléstias capazes de afetar as plantas e análises do solo; e, obter

amostras de produtos exóticos de valor no mercado. Tudo isso, fazia parte de estratégias e articulações para estimularem ritmo crescente a economia do Amazonas.

### **2.5.O Benemérito *Gentleman*<sup>23</sup>do Amazonas: as ações do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo em prol da imagem do Amazonas**

Em fevereiro de 1926 estampou na Revista da Associação Comercial do Amazonas um dos principais idealizadores da propaganda sobre os produtos do Amazonas, o tão conhecido comerciante e empresário Joaquim Gonçalves de Araújo.

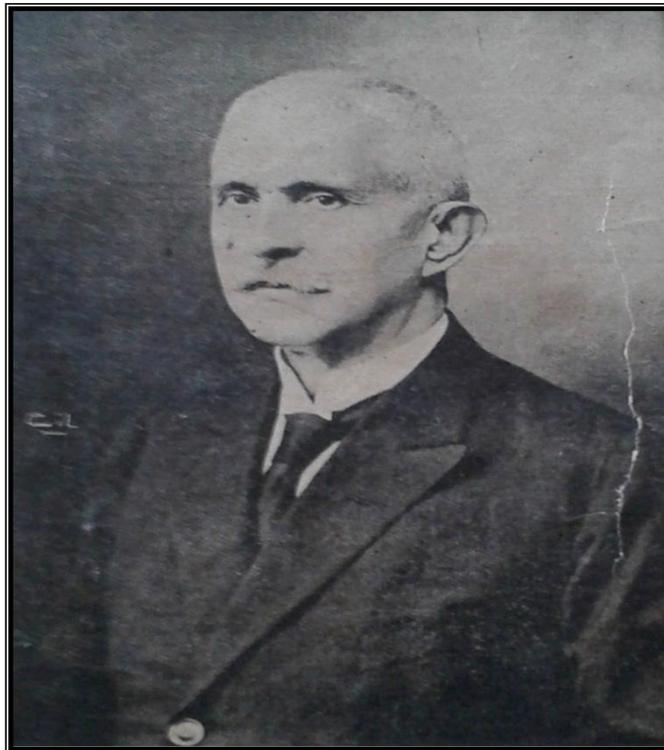


FIGURA 29: Fotografia retratando o comendador Joaquim Gonçalves de Araújo membro proeminente da classe comercial do Amazonas. Publicada: Revista da ACA (nº130, 1926). Acervo: Associação Comercial do Amazonas.

Estimado pela sociedade amazonense pelas suas grandes ações nos diversos segmentos sociais, recebeu várias alcunhas, sendo as mais notificadas pela imprensa: benemérito e

<sup>23</sup> A palavra inglesa *Gentleman*, no dicionário Michaelis (versão online), significa cavalheiro. O termo é originalmente inglês e designava um homem que pertencia à classe mais baixa da nobreza. Porém, a partir do século XIX a palavra passa a ser aplicada ao ideal inglês de educação e personalidade, coragem e boa conduta, passando a significar o sujeito de conduta irrepreensível, de boa família ou com boa posição social. (Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/>)

comendador<sup>24</sup>. Acumulou muito poder econômico e notabilidade pela diversidade e crescimento de suas firmas empresariais que foram se consolidando no decorrer de sua história familiar e pelas causas sociais que liderava.

[...] o comendador J.G Araújo recomenda-se à admiração coletiva por altos sentimentos de coração, que se desdobra magnanimamente em praticar e em espalhar o bem as mancheias, procurando aliviar sofrimentos, onde quer que se manifestem [...]. Mas o que incontestavelmente causa admiração é a sua prodigiosa atividade, refletindo-se em todos os departamentos do comércio e da indústria: a casa JG Araujo estende sua força desde Manaus até as Repúblicas vizinhas, possuindo agências nas cidades estrangeiras vizinhas ao Brasil. (REVISTA DA ACA, nº 130, 1926)

Segundo Souza e Mello (2010) a construção do império comercial de JG Araújo esteve ligada a constituição familiar Gonçalves Araújo e seus laços comerciais que formaram as bases das estruturas da empresa. Seu processo de enriquecimento sucedeu em decorrência do ciclo da borracha, dinamizando seus negócios para outros e diversificados ramos comerciais, sobrevivendo após a crise da economia da borracha, tendo visibilidade e maior preeminência nos anos 20 e 30.

Nesse sentido, diante da conjuntura histórica de crise econômica, Joaquim Gonçalves de Araújo conseguiu manter suas casas comerciais ativas e a dinamização das suas atividades no mercado, ao contrário de muitos empresários que abandonaram a região diante de tal situação de falência dos seus negócios.

Conforme dados comerciais de sua empresa coletados no arquivo JG Araújo, no Museu Amazônico, durante a década de 20 a 30, a firma comercial exportava, aproximadamente, 31 tipos de produtos, dividindo-se em: mercadorias que requeriam guia de exportação e mercadorias de exportação livre.

Em mercadorias com guia de exportação destacavam-se: algodão em rama; arroz; açúcar; banha; borracha (FIGURA 30); cacau; café; carne em conserva, congelada, frigorificada, resfriada e seus subprodutos; cera de carnaúba; couros; erva mate; farelos; farinha de mandioca; laranjas; frutas diversas; frutos para óleos (FIGURA 31); fumo; lã; madeiras; manganês; peles; pedras preciosas; sebos; tortas e charques.

Já as mercadorias de exportação de circulação livre, encontravam-se: adubo de linhaça; álcool; animais vivos; amido; chifres; estearina; extrato de tomate; ferro velho; formicidas;

---

<sup>24</sup> Benemérito e Comendador, principalmente o último, refere-se a um título de reconhecimento por suas ações, dando à pessoa, elevado status social perante a comunidade. (BENCHIMOL, 2009)

geléias; germe de trigo; glicerina; ipecacuanha; licores; mica; ossos; ovos; peles; perfumes; sabão; sabonetes; sal; sardinhas; seda artificial; tecidos e velas.



FIGURA 30: Fotografia retratando a chegada da borracha nos armazéns casa comercial de JG Araújo. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

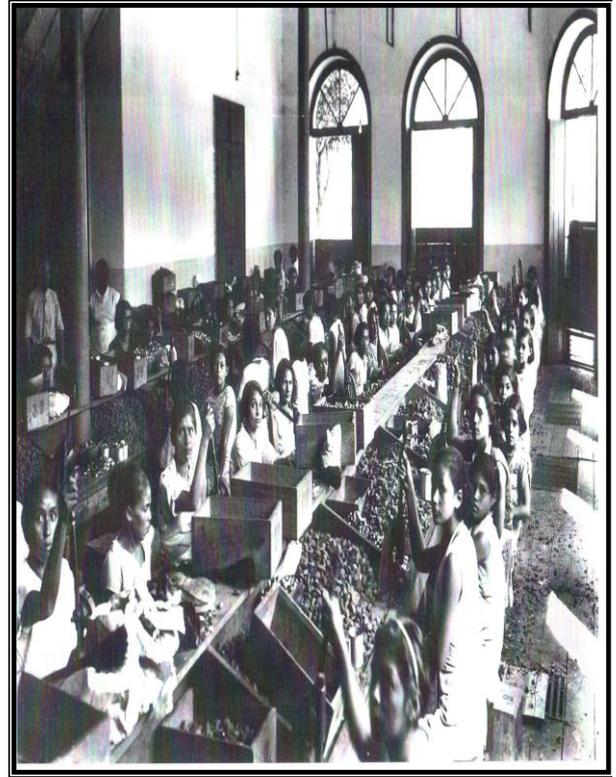


FIGURA 31: Fotografia retratando parte da fábrica de JG Araújo destinada ao beneficiamento da castanha. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico.

É dono de uma biografia admirável e muito importante para quem se debruça sobre o assunto e estuda em sua profundidade, mas nossa intenção não consiste em dedicarmos exclusivamente sobre ela. Nosso objetivo é identificar o papel e a importância que Joaquim Gonçalves de Araújo teve na promoção de uma imagem enaltecida do estado do Amazonas no estrangeiro e no restante do Brasil.

Desse modo, questiona-se: Que ações foram essas? Que importância elas tiveram para construção de uma imagem visual e econômica do Amazonas?

A partir das fontes coletadas, como: as correspondências empresariais da empresa JG Araújo & Co. Ltda; a Revista da Associação Comercial do Amazonas; fotografias e filmes; identificamos que estas veiculavam ações relevantes do empresário no que se referem ao campo econômico e científico, as quais acabavam englobando aos interesses de todo o estado, consistindo na construção e solidificação de uma imagem do Amazonas com grandes

potencialidades econômicas para que atraíssem investimentos e minimizassem as consequências advindas com a crise da borracha.

Como já afirmamos, Joaquim Gonçalves de Araújo ou JG Araújo foi um sujeito de renome não somente na capital do Amazonas, mas em todo lugar que ele mantinha negócios ou relações comerciais, como: vilas e cidades do interior do Amazonas, Rio Branco (atual Roraima) e no exterior.

Dessa forma, seu próprio nome ou a repercussão de sua imagem já poderia dizer muito sobre o Amazonas, pois como afirmava a imprensa, ele era uma das pessoas mais admiráveis e que representava de fato a sociedade empresarial amazonense, em que tudo que construía foidevido a sua luta diária e honesta, tornando-se um dos comendadores mais prósperos da região norte, onde nem a crise econômica foi capaz de derrubá-lo (REVISTA DA ACA, nº 130, 1926).

Portanto, sua sagacidade de empreender as coisas ou os assuntos pertinentes aos seus interesses acabava dando visibilidade à região, haja vista que da “Era dos Jotas”<sup>25</sup> ele é considerado o mais estimado, pois foi quem mais se sobressaiu em seus negócios (BENCHIMOL, 2009). Como um dos principais integrantes da Associação Comercial do Amazonas, JG Araújo promoveu várias campanhas de propaganda em prol do estado, tais como: mostruários, exposições, filmes e folhetos.

Houve quem considerasse o comendador JG Araújo um programa de ação, dada á multiplicidade de seu esforço. É, de fato, um homem que não descansa, produzindo, avançado em anos, por muitos moços, com um raro conhecimento e experiência no Amazonas, onde muita gente esclarecida naufraga. A propaganda de nossas coisas, que faz sem medir dificuldades, constitui também uma das preocupações do venerado comerciante, em mostruários, exposições, filmes e folhetos [...].(REVISTA DA ACA, nº 130, 1926)

Nesse sentido, as ações particulares de Joaquim Gonçalves de Araújo cruzavam com as organizadas pela Associação Comercial do Amazonas no que se referem ao programa de propagandasobre o estado, ganhando um sentido mais amplo no que diz respeito a sua circulação em diversos meios e instituições.

A partir da segunda década do século XX suas ações sociais e empresariais ganharam ainda mais popularidade e vulgarização na imprensa de Manaus e até mesmo no exterior. De acordo com os telegramas oficiais de sua empresa, JG Araújo mantinha relações comerciais

---

<sup>25</sup>Benchimol (2009), expõe a “Era dos Jotas” para referendar a grande parte de empresários, a maioria portuguesa, estabelecida em Manaus durante a economia da borracha, atendendo por nomes que se iniciavam pela letra “J” (José, Joaquim, João e etc.), sendo que utilizavam a inicial do seu nome e seu sobrenome para dar nome às suas empresas.

com muitos países estrangeiros, como: Estados Unidos da América, Argentina, Portugal, Inglaterra e dentre outros.

O que podemos concluir por meio dos documentos empresariais que as relações internacionais e nacionais que JG Araújo mantinha foi um dos pontos de grande influência e divulgação de uma propaganda constante sobre Amazonas. No telegrama abaixo, observamos a correspondência mantida com Buenos Aires, em que JG Araújo enviava amostras, estatísticas, fotografias sobre as atividades e produtos comercializados pela sua empresa.

Buenas Aires, march 7, de 1931  
 Messrs. JG Araújo & CO., LTD  
 Caixa Postal 38, Manaós.  
 Dear Sirs

This is to confirm our letter of feb.28. In the meantime the samples advised have been received and examined . The quality which is of special interest is the crepe sola. However it is not intended for soles but for rubber compounding, therefore such a good calendering is not required. One of our clients being interested in 10 tons, I cabled you on the 4 th inst. as per enclosed confirmation, mentioning the fact that the rubber is intended for manufacture. I find that the name which you are using in your letter of jan. 30 to design qualities are not in accordance with the labels sent along with the samples. Would appreciate therefore , kindly to make out a private code (5 letters) in order to reduce cable expenses. At the same time, kindly inform me how shipments can be calculated in order to inform clients about possible delays to be taken into consideration.[...] The photographs of your works have already been received and I sincerely congratulate you for your installations I am giving them a place in my office. Trusting to hear from you at an early date and hoping that we shall come to important business, I am, dear Sirs.

Faithfully yours, H.L Gunter. (CORRESPONDÊNCIA EMPRESARIAL DA CASA JG ARAÚJO & CO. LTD, MARÇO, 1930)

Além das relações comerciais com outras casas comerciais de outros países, Joaquim Gonçalves de Araújo tinha como parte do seu império a *Manaós Arte*, equipada com aparelhos fotográficos e cinematográficos para fins comerciais e para confeccionar materiais de propaganda sobre o Amazonas, indo desde álbuns, cartões postais, vistas e filmes. Estes eram divulgados e circulavam em vários ambientes sociais, como: cinemas, exposições e museus nacionais e internacionais.

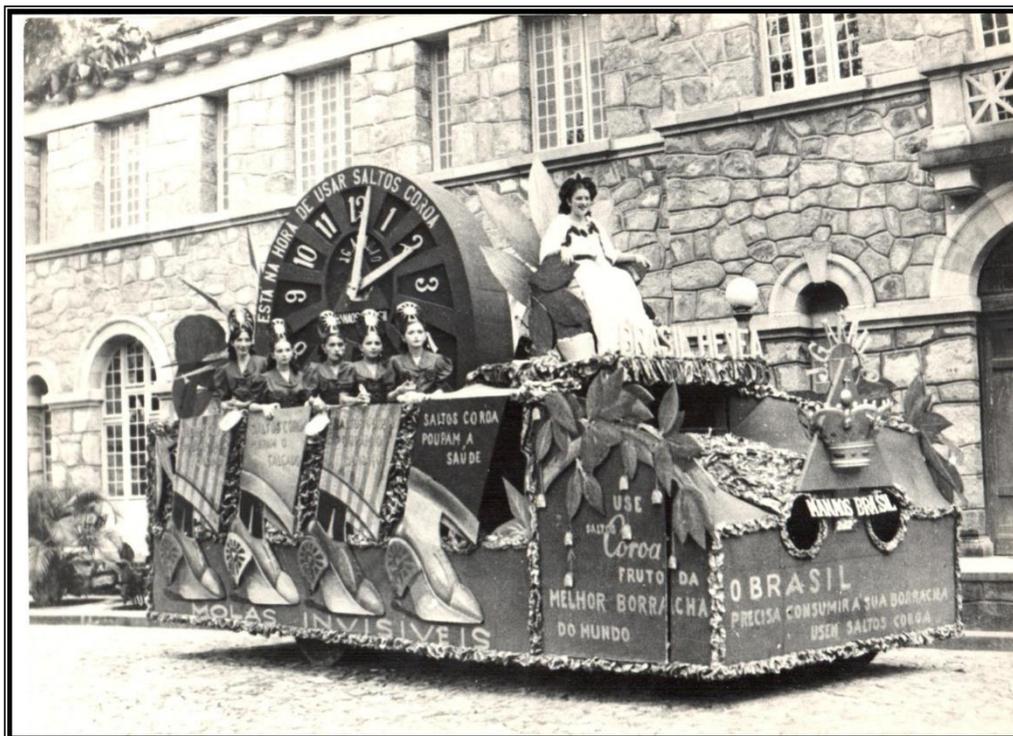


FIGURA 32: Fotografia retratando um carro alegórico do carnaval da Fábrica *Hevea Brasil*. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico.

Nesse sentido, a *Manaós Arte* era responsável pela promoção e venda de materiais fotográficos e cinematográficos, retratos, ampliações, reproduções, reduções, porcelanas. Como consta na divulgação da Revista da Associação Comercial do Amazonas, esta empresa ficava sob a direção técnica do fotógrafo Manoel Rodrigues Lyra e era a única a vender as máquinas cinematográficas de qualidade: *Pathé Baby* e *Krupp Ernemann*.

Em matéria de fotografia, Manaus possui estabelecimentos de primeira ordem [...] Entre todos ocupa lugar remarcado a “*Manaós Arte*”, entregue á capacidade artística do Sr. Manoel Rodriguez Lyra. São inúmeras as obras de arte que, diariamente, os mostruários dessa importante casa exibem ao publico, seja em fotografias simples, seja em colorido [...]. (REVISTA DA ACA, nº 171, 1930)

O Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo de 1920 talvez tenha sido organizado pela *Manaós Arte*, embora não tenhamos encontrado a data de nascimento da firma *Manaós Arte* para fim de comparação com a data da elaboração do álbum.

Mas, tudo indica a participação desta empresa em relação a confecção do álbum, pois, sendo ela parte do império comercial de Joaquim Gonçalves de Araújo, o material fotográfico foi oferecido “à Direção dos Transportes Marítimos do Estado pela casa JG

Araújo” (ÁLBUM DA LINHA DE NAVEGAÇÃO PORTUGUESA, 1920), sendo organizado por Agesilau de Araújo, amante de fotografia e filho do Comendador JG Araújo.

Este álbum contém 78 imagens que retratam o movimento do porto de Manaus na década de 20. Além de prédios, principalmente os comerciais; e, outras vistas da cidade. O mais interessante nas imagens é a representação do porto, este sempre muito lotado de pessoas e de embarcações de médio e grande porte.

Afinal, como consta na capa do álbum, era a inauguração de uma linha de navegação, portanto, o fotógrafo (Agesilau Araújo e outros amadores) precisava retratar nas fotografias uma imagem de um porto que tivesse “movimento” e, conseqüentemente, um estado que representasse um ambiente urbano, onde pessoas de diversas partes do mundo entravam e saíam da cidade de Manaus, sustentando uma imagem voltada para o desenvolvimento ativo e progresso da região.



FIGURA 33: Fotografia retratando o movimento do porto em Manaus à chegada da embarcação Lima. Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo de 1920. Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

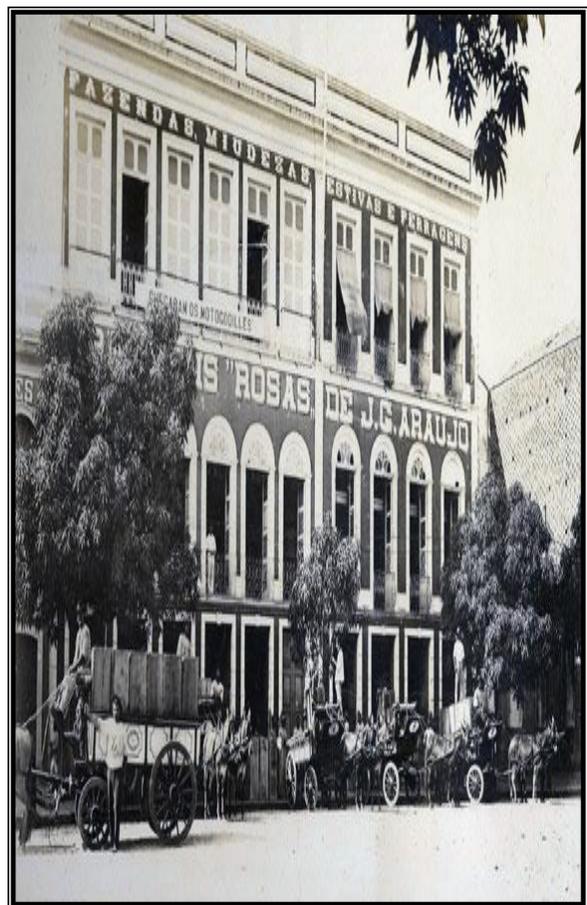


FIGURA 34: Fotografia retratando a fachada da empresa “Armazéns Rosas de JG Araújo”. Álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo de 1920. Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

Além do álbum Comemorativo da Inauguração da Linha de Navegação Portuguesa Manaus-Hamburgo, em 1921 foi produzido o documentário de longa-metragem denominado “*No Paiz das Amazonas*” (FIGURA 35), patrocinado pelo Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, filmado por Agesilau Araújo e pelo fotógrafo e cinegrafista Silvino Santos. O documentário foi produzido para divulgar o estado do Amazonas nas festividades comemorativas do centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro, sendo premiado com medalha de ouro naquele evento (COSTA; LOBO, 2005).

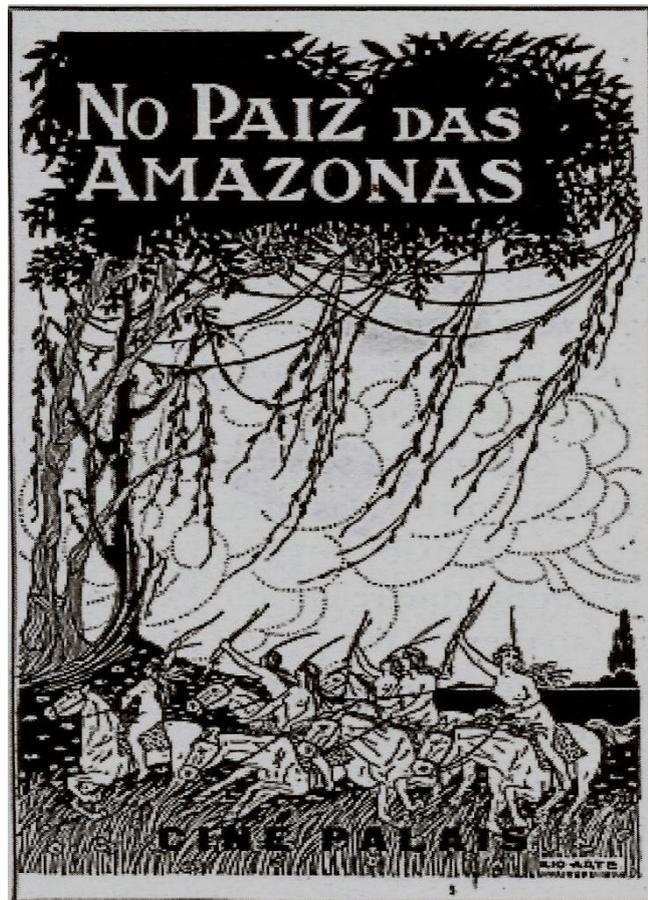


FIGURA 35: Cartaz do Filme JG Araújo. A imagem foi extraída do artigo de Selda Vale da Costa e Narciso Lobo, contido em Estudos Avançados USP.

Outra produção cinematográfica patrocinada por Joaquim Gonçalves de Araújo foi “*No Rastro do Eldorado*”, resultado da relação<sup>26</sup> mantida entre sua casa comercial, especificamente a *Manaós Arte*, e a Expedição Hamilton Rice. Esta produção, segundo a

<sup>26</sup>Esta relação entre o comendador Joaquim Gonçalves de Araújo e a expedição Hamilton Rice (1924-1925), bem como a produção fotográfica e cinematográfica, será bem mais dialogada no terceiro capítulo, visto da pertinência historiográfica para este trabalho.

imprensa nacional, ganhou espaço em cinemas internacionais e repercutiu em grandes cinemas brasileiros da época, sendo merecedor de algumas premiações.

Além disso, a famosa Expedição Hamilton Rice (1924-1925), também ganhou espaço em revistas, como *The National Geographic Magazine* (1926), estampado em algumas páginas uma série de fotografias sobre a região amazônica, retratando desde a cidade de Manaus, de onde saiu a expedição, até a região de Rio Branco, o destino de Hamilton Rice, considerada uma região promissora economicamente para o Amazonas<sup>27</sup>.



FIGURA 36: Fotografia da Expedição Hamilton Rice a região de Rio Branco (1924-1925) retratando um conjunto de tartarugas a serem enviadas e comercializadas em Manaus. Publicada: *The National Geographic Magazine* (1926)

Joaquim Gonçalves de Araújo também construiu uma das maiores fábricas da região norte de beneficiamento da borracha e castanha, a *Brasil-Hevea* (FIGURA 37), símbolo de progresso e modernidade. Segundo Souza e Mello (2010), a *Brasil-Hevea* era um imponente prédio de três andares, sendo retratada em várias fotografias da época. Visava o mercado nacional com o objetivo de beneficiar a borracha e produzir lâminas de crepe e artefatos, caracterizando-se como maior empreendimento no ramo industrial da cidade de Manaus.

---

<sup>27</sup>Abordada, especificamente, no próximo capítulo.



FIGURA 37: Fábrica *Brasil-Hevea* de propriedade de JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico.



FIGURA 38: Alameda interna da Fábrica Brasil-Hevea de propriedade de JG Araújo. Acervo: Museu Amazônico

Era composta de uma fábrica de sola para calçados e curtume, o qual o couro vinha do baixo Amazonas e do rio Branco, possuía ainda uma vila operária, um sistema hidráulico próprio, escritórios, depósitos e várias máquinas, predominantemente, de origem inglesa e alemã (SOUZA E MELLO, 2010).

Ademais, JG Araújo também costumava manter relações com instituições de caráter científico, como: Field Museum of Natural History (Chicago) e Museu da América indígena (Nova Iorque) (CORRESPONDÊNCIAS EMPRESARIAIS DA JG ARAÚJO & CO. LTD, 1928). Podemos considerar esta relação muito importante em virtude do território amazonense requerer, segundo as mensagens dos governadores, mais estudos e descobertas de suas riquezas e, tais instituições, apresentavam-se como espaços científicos, com credibilidade e caráter de exposição e divulgação.

Nestes telegramas constavam além de questões econômicas e informações sobre a região amazônica, o requerimento de fotografias sobre a região, principalmente aquelas que remetiam a imagem referente à indústria, produtos agrícolas, animais, etc. Como referente ao telegrama de 1928 remetido pelo *Field Museum of Natural History* de Chicago a Joaquim Gonçalves de Araújo:

January 21st., 1928  
Mr. G. J. Araújo  
Manaós, State Amazonas, Brazil  
My dear Mr. Araújo:

Field Museum is offering to the Chicago Public Schools a free lecture on "What We Owe to South America." As this lecture is to be illustrated with store-options slides it is important to secure photographs telling the story of the chief exports of South America. Dr. William Montgomery McGovern, of Field Museum staff, has informed me that you have the best photographs from the State Amazonas he has ever seen. Pictures of the growing and preparation of rubber, balata, and Brazil nuts, of lumbering, and of sheep and cattle ranching are especially desired. Any such photographs which you have and will loan or sell to Field Museum will be greatly appreciated. Yours very truly, Director.

Desse modo, delineamos acima as redes de relações que definiram as ações tomadas por JG Araújo, juntamente com a Associação Comercial do Amazonas, onde era associado, em prol de uma propaganda da região e, conseqüentemente, a constituição de uma imagem que representassem as diversidades de riquezas que existiam no território amazônico.

A partir das análises, seus interesses estavam voltados para o retorno do progresso econômico do estado, portanto todos seus esforços se direcionavam em manter uma propaganda favorável à região, a qual beneficiava tanto a sua empresa e seus negócios na região Norte, bem como os interesses de todo um grupo empresarial e o governo, devido as relações existentes entre tais grupos.

### CAPÍTULO 3

## O RESSURGIMENTO DO AMAZONAS: RASTREANDO O TRECHO DO ELDORADO NO SÉCULO XX

### **3.1.A expedição de Hamilton Rice (1924-1925) à região promissora do Amazonas: interesses econômicos, estudos científicos e a imagem do Amazonas**

Este capítulo aborda o curso expedicionário de Hamilton Rice (1924-1925) à região considerada por muitos como um território promissor para o Amazonas: a região do Rio Branco, hoje estado de Roraima (MEMORIAL DA REGIÃO DO RIO BRANCO NO AMAZONAS, 1923). Esta expedição abrangia interesses que iam do científico ao econômico, percebíveis através das relações travadas entre seus idealizadores, identificadas na análise de um conjunto fotográfico, relatório, filme, publicações e divulgações em revistas e jornais da época.

Nesse sentido, cabe aqui arguir sobre as possíveis pretensões econômicas e científicas que rondavam a expedição Hamilton Rice (1924-1925), resultando num considerável impulso de propaganda da região do Rio Branco, através de publicações de imagens fotográficas, notícias e filmes, funcionando dessa forma, em mais uma estratégia de expansão e valorização da economia do Amazonas, em meio a um contexto de grave crise econômica.

Portanto, nossa intenção, não é nem a de realizar uma carregada descrição desta expedição que, no início do século XX, fizera-se presente na Amazônia nem, tampouco, de meramente delinear um panorama sobre ela. Nosso objetivo visa analisá-la como um meio articulador, imbricada de interesses, cujo resultado foi um conjunto fotográfico e cinematográfico divulgador das potencialidades econômicas do Amazonas (REVISTA DA ACA, 1926).

É necessário, dessa forma, traçarmos as relações de interesses existentes nesta expedição, apresentando os motivos que levaram esses expedicionários a cursar pela região do Rio Branco; o porquê esta era considerada um território promissor pelo governo e pelos homens de negócios do estado; e, quais sujeitos estavam envolvidos nesta expedição; qual sua repercussão e através de quais meios.

Nossa análise partiu, primeiramente, de um conjunto fotográfico identificado no Museu Amazônico e no Museu da Imagem e do Som do Amazonas, em que retratava, prioritariamente, imagens referentes à expedição Hamilton Rice (1924-1925). Eram imagens fotográficas de índios (FIGURA 39), paisagens naturais, equipe da expedição, animais, homens trabalhando, etc.



FIGURA 39: Fotografia retratando o contato de índios com o Dr. Hamilton Rice. Foto: Expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

Para chegarmos à hipótese de que esta expedição mantinha uma teia de relações que iam do científico ao econômico, identificamos, primeiramente, que em ambos os museus, o conjunto fotográfico estava num arquivo pertencente à documentação da Empresa JG Araújo e Companhia Limitada, cujo dono era Joaquim Gonçalves de Araújo, um dos maiores comerciantes da cidade de Manaus (como abordado no capítulo anterior).

Vimos que JG Araújo foi um dos principais idealizadores da divulgação do Amazonas no país e no exterior por meio de imagens fotográficas e cinematográficas, além de fazer parte da diretoria da Associação Comercial do Amazonas, mantendo relações com museus, exposições e demais instituições de caráter público e particular.

Dessa forma, percebemos que as fotografias coletadas nos museus citados, são produções da empresa de JG Araújo, cuja autoria foi atribuída ao fotógrafo, cinegrafista e empregado da empresa, Silvino Santos, o qual participou da expedição de Hamilton Rice como cinegrafista (BOLETIM GEOGRÁFICO, IBGE, 1956). Em concomitância, elas foram produzidas em um contexto histórico de aflição e necessidade de expansão da economia amazonense, em paralelo aos interesses de estudos de um expedicionário, Dr. Hamilton Rice, que visitara a região amazônica diversas vezes (SOUZA, 2012).

Afirmamos, portanto, que dentre os interesses do empresário (JG Araújo), em que se destacava a pretensão de expandir, divulgar e consolidar seus negócios na região do Rio Branco; e, do expedicionário (Dr. Hamilton Rice), que objetivava o estudo do solo e as culturas das sociedades indígenas; havia uma estreita relação entre ambos, identificado pelas imagens visuais e pelas publicações em jornais, revistas e mensagens dos governadores do estado quando estes tratavam a situação econômica e os meios de gerir negócios na região do Rio Branco.

É importante ressaltar que este diálogo entre o campo econômico e científico não se limita somente à expedição Hamilton Rice (1924-1925) e outros cursos expedicionários das primeiras décadas do século XX. Outras expedições de valioso destaque que transcorreram pelas regiões da Amazônia em outros tempos também destacaram tais relações, como: a Expedição Thayer (1865-66) liderada pelo cientista suíço Louis Agassiz (1807-1873).

Machado (2007) relata que por detrás da visão idealista e cristã do campo científico <sup>28</sup> de Agassiz, havia as intenções econômicas e políticas dos norte-americanos à Amazônia. No político, Louis Agassiz aproveitando-se de sua amizade com D. Pedro II, buscou equilibrar a influência europeia sobre a diplomacia brasileira.

No econômico, destacava-se a pretensão de criação de assentamentos negros nas regiões de várzea da Amazônia e o interesse norte-americano de abertura do rio Amazonas à navegação internacional, conseguindo em 07 de dezembro de 1866.

Em relação a isso, Bastos (1937) analisa a abertura do rio Amazonas à navegação internacional no livro *“O Valle do Amazonas”*, como uma “recusa antipática” (p.18) do império brasileiro em não querer abrir a navegação amazônica às nações marítimas. Porém, em parte, por pressões dos próprios empresários locais e por questões políticas, a partir de 1866, foi vigorada a livre navegação, cujo objetivo das nações assentava-se em “popular em toda a América” (p.18):

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO DE 1866

No intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e o comércio do rio Amazonas e seus afluentes, dos rios Tocantins e São Francisco, ouvido o meu Conselho de Estado, hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1º: Ficará aberta, desde o dia 7 de setembro de 1867, aos navios mercantes de todas as nações a navegação do rio Amazonas [...]. (BASTOS, 1937, p. 24)

---

<sup>28</sup>Agassiz era um ávido divulgador de uma ciência edificante e cristã, ou seja, considerava a ciência empírica e, ao mesmo tempo, reconciliadora com as visões metafísicas e religiosas, procurando desvendar o plano divino através da observação científica do mundo natural, enquadrando-se numa perspectiva pré-moderna ou platônica da ciência. (MACHADO, 2007)

Conjecturamos, portanto, que quase sempre os cursos expedicionários revestiam-se de interesses econômicos estabelecidos por sujeitos que, geralmente, financiavam as expedições ou tinham a intenção de se favorecer com seus resultados e descobertas.

Dessa forma, como proposto anteriormente, é esta constituição de imbricamentos que envolve interesses científicos e econômicos que pretendemos averiguar neste trabalho, uma vez que acreditamos, a partir de relatos, imagens fotográficas e mensagens dos governadores do estado, na existência da intenção de se construir uma imagem visual e econômica do Amazonas em que representasse as possibilidades de progresso econômico do estado por meio da exploração de suas riquezas, sendo que a região do Rio Branco, a partir dos anos 20, apresentava-se propício para isso.

Nesse sentido, percebemos através de análises e comparações documentais que, além das ações e articulações apresentadas no capítulo anterior, a relação entre a empresa de JG Araújo e a expedição Hamilton Rice (1924-1925) também pode ser considerada como mais uma articulação firmada em um contexto histórico de crise econômica da borracha.

Como dito, esta aliança estabelecida historicamente serviu para atender os interesses do empresário JG Araújo, grande incentivador da propaganda dos produtos da região, além de anseios por estudos científicos do Dr. Hamilton Rice, proporcionando uma divulgação pautada em imagens sobre o território com base em argumentos comprovados cientificamente e divulgados em centros de pesquisas, revistas, cinemas, etc.(como visto abaixo).

### **3.2.Despertar e/ou ressurgimento econômico do Amazonas: ações e possibilidades**

Segundo os relatos dos Anais da Assembleia Constituinte de 1935, desde quando iniciou a crise econômica do estado do Amazonas, este estreava a série dos “Estados Mortos” do Brasil, caracterizados por estados com grandes problemas sócio-econômicos a serem resolvidos.

Nesse sentido, ainda que a Amazônia<sup>29</sup> fosse considerada “[...] um dos pontos do globo de maior riqueza, verdadeiro mundo na extensão e opulência [...]” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1935, p. 210), continuava abandonada pelos poderes

---

<sup>29</sup> Nos Anais da Assembleia Constituinte de 1935, Amazônia compreendia todos os territórios da bacia amazônica, isto é, Acre, Amazonas, Pará, a região norte de Goiás e de Mato Grosso. Num dos estudos recentes da Organização não governamental denominada Greenpeace, a bacia amazônica se distribui por nove estados, são eles: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e do Maranhão.

públicos nacionais numa incompreensível demonstração de incapacidade, portanto, abandonada à própria sorte.

A Amazônia olvidada pelos poderes públicos federais, viu abalar toda sua riqueza e prosperidade até que ruiu, ficando numa situação de verdadeira insolvabilidade e iniciando com o Amazonas para o Brasil a série de Estados Mortos. (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, RIO DE JANEIRO, 1935, p.210)

Apesar do abandono pelo governo federal, a imprensa oficial publicava (1929) que o estado do Amazonas continuava sendo palco de visitas de “personalidades ilustres”. Expressão esta, utilizada pelo governador do estado Efigênio Sales para destacar os sujeitos de outros estados ou países que visitavam a região, sendo eles: cientistas, diplomatas, empresários, etc.

[...] recebeu o Amazonas, de 1926 a esta parte [...] muitas personalidades ilustres do Brasil e do estrangeiro. Cientistas e diplomatas, políticos e homens de letras, industriais e capitalistas, altos funcionários civis e militares, todos de graduada posição [...] a presença de tantas figuras representativas na capital desta longínqua unidade do extremo norte brasileiro, vale bem a atestação confortadora da simpatia e do promissor interesse que começam a despertar lá fora as manifestações da vida do Estado na fase de ressurgimento que vivemos. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1929, p. 292)

Para o governador do estado, Efigênio Sales, a visita dessas pessoas representava, mesmo no momento desconfortante da vida econômica do Amazonas, o ressurgimento do estado no cenário nacional e internacional através de interesses que estes visitantes poderiam despertar pela região.

No mesmo ano em que foi proferida a mensagem citada acima à Assembleia Legislativa do Estado (1929), o governador Efigênio Sales, conjuntamente com o prefeito de Manaus, Araújo Lima, mandou confeccionar um álbum em homenagem a capital do Amazonas, com 34 imagens fotográficas que retratavam os principais prédios e lugares de Manaus. Cabe ressaltar que, o texto central que dá início o álbum fotográfico com as devidas informações, foi traduzido, paralelamente, em francês e inglês, o que se pode sugerir a acessibilidade por pessoas que não dominavam o português, bem como a circulação que esses álbuns poderiam ter.

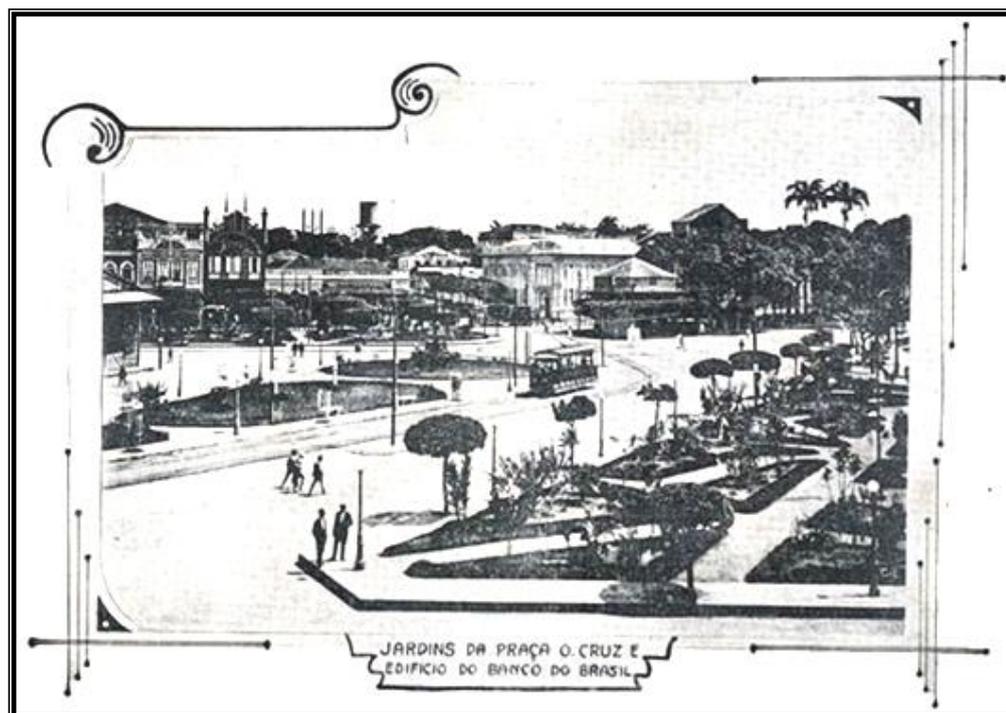


FIGURA 40: Fotografia retratando os jardins de uma praça em Manaus. Álbum Municipal de Manaus (1929). Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

Nesse sentido, podemos dizer que a imagem do Amazonas veiculada, por exemplo, em álbuns fotográficos, seria aquela que apresentasse os aspectos de modernidade e civilidade que a sociedade mantinha mesmo num contexto de retração econômica, proporcionando aos visitantes o ensejo de “melhor conhecer a nossa terra e a nossa gente sob a melhor impressão” (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1929, p. 292)

Desse modo, como dito pelo governador Efigênio Sales (1929), o Amazonas começava a viver seu ressurgimento econômico. Porém, ao retrocedermos um pouco, em 1923, o então governador do estado do Amazonas, César do Rego Monteiro, já tratava as possibilidades de ressurgimento do Amazonas, referindo-o como: “o despertar econômico do estado”.

Estas expressões ditas por governadores do estado em épocas diferentes, mas pertencentes a uma mesma conjectura histórica de retração econômica, referiam-se no sentido de todos os segmentos sociais, como comerciantes, empresários, agricultores, estudiosos, etc., visualizassem outros ramos de atividades comerciais que a própria natureza oferecia na sua vasta extensão territorial.

Os documentos, especificamente, as mensagens dos governadores eram carregadas destes discursos que, ao mesmo tempo em que enalteciam o estado, propagavam a

necessidade de ações que pudessem levá-lo ao progresso econômico e a diversidade de atividades comerciais. Pois, estava visível que:

Eles, **viajantes e naturalistas** (grifo meu), não escondem a admiração diante das grandes forças econômicas que jazem latentes em nosso solo e se advinham no subsolo [...] É preciso que se opere a reação e a nossa atividade se encaminhe para outros departamentos que nos estão a mostrar grandes reservas econômicas. (MENSAGEM DO GOVERNADO DO ESTADO, 1923, p. 14)

Portanto, o “ressurgimento do estado”, como dito por Sr. Efigênio Sales (1929); e, o “despertar econômico do Amazonas”, expressão do Sr. César do Rego Monteiro (1923), indicavam as possibilidades econômicas existentes na região mediante as ações que pudessem viabilizar suas explorações e investimentos.

Para isso, era necessária a manutenção de uma rede de relações envolvendo aqueles que idealizavam esse ressurgimento econômico do Amazonas (governadores e homens de negócios) e aqueles que desejam investir ou explorar a região (países estrangeiros e cientistas).

Uma dessas ações que tinha fins exploratórios e de investimentos foi lida em Assembleia do Estado em 1923, tratava-se do telegrama enviado à Embaixada Brasileira em Washington e à União Pan-Americana <sup>30</sup>, em 03 de março do mesmo ano, o qual relata o desejo do governador do Amazonas, Sr. César do Rego Monteiro, em despertar economicamente o estado aliando-se aos investimentos dos capitais estrangeiros, especificamente, norte-americanos.

Era preciso engendrar um processo eficaz para canalizar para as nossas terras o ouro norte americano, atendendo a que não é exequível a emigração de um capital quando este não encontra garantias suficientes [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1923, p. 40)

O telegrama foi publicado na imprensa norte-americana, representando um pedido simbólico aos homens de negócios que se sentissem interessados em explorar e investir nas

---

<sup>30</sup> Segundo a Organização dos Estados Americanos – OEA (ver *site oficial*) e a autora Tereza Dulci (2008) (ver: *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem - 1889-1928*), a União Pan-Americana é resultado de uma série de conferências e reuniões que teve início em 1889 para gerar um sistema compartilhado de normas e instituições dos estados americanos. A primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890, estava pautada em discutir e recomendar a união dos respectivos governos num plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que pudessem surgir entre eles, em consideração as questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta entre os países americanos, e incentivar relações comerciais recíprocas que seriam benéficas para todos e assegurariam mercados mais amplos para os produtos de cada um dos países.

terras amazônicas, tendo eles todas as garantias necessárias para tais investimentos, em consideração aqueles que priorizassem a exploração da borracha, balata, madeiras, essências, plantas oleoginosas e demais produtos naturais. Em resposta ao telegrama, no dia 7 de março de 1923, o presidente da União Pan-Americana, em Washington, escreveu:

[...] Senhor Governador [...] tenho muita satisfação em levar ao seu conhecimento que já foi entregue à imprensa a notícia contida na sua referida comunicação, no sentido de que o Governo do Amazonas oferece aos homens de negócios e companhias que desejarem se estabelecer na Amazônia, todas as garantias e facilidades necessárias para a exploração [...] (OFICIO DA UNIÃO PAN-AMERICANA apud MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO, 1923)

Com isso, percebemos ao longo das análises das fontes a configuração de articulações que envolviam governo estadual, empresários locais e estrangeiros, mediante ao objetivo de exploração das riquezas e expansão dos negócios do estado do Amazonas. A propaganda era ação em voga (como abordado no capítulo 2), lançando uma imagem enaltecida do estado, carregada de elementos da própria natureza amazônica e dos aspectos mais modernizantes das cidades, visíveis nas fotografias produzidas nas décadas de 20 a 30 e estampadas em álbuns, revistas e jornais ou pertencentes aos acervos de particulares, como os de JG Araújo.

Desse modo, identificamos que no campo de ações e articulações constituído, o segmento científico apresentava-se como uma das principais vias de descobertas e divulgação das riquezas da região, bem como a influência na constituição de uma imagem visual e econômica do estado, conjuntamente relacionada aos interesses econômicos do governo e empresários.

No capítulo dois, o segmento científico encontra-se arrolado nas seguintes ações: as exposições nacionais e internacionais que o estado do Amazonas participou; a criação de um museu comercial específico para o estado; os campos experimentais que surgiram em Manaus e nas suas regiões adjacentes e, o diálogo com instituições de cunho científico, como museus.

Desse modo, defendemos que neste cenário amazônico abordado, várias articulações foram realizadas, indo desde grandes ações às pequenas estratégias, cuja finalidade era reerguer um estado que, segundo os discursos de autoridades e comerciantes da época, constituía-se de um território vasto para ser: estudado, povoado e explorado nas suas potencialidades e riquezas naturais.

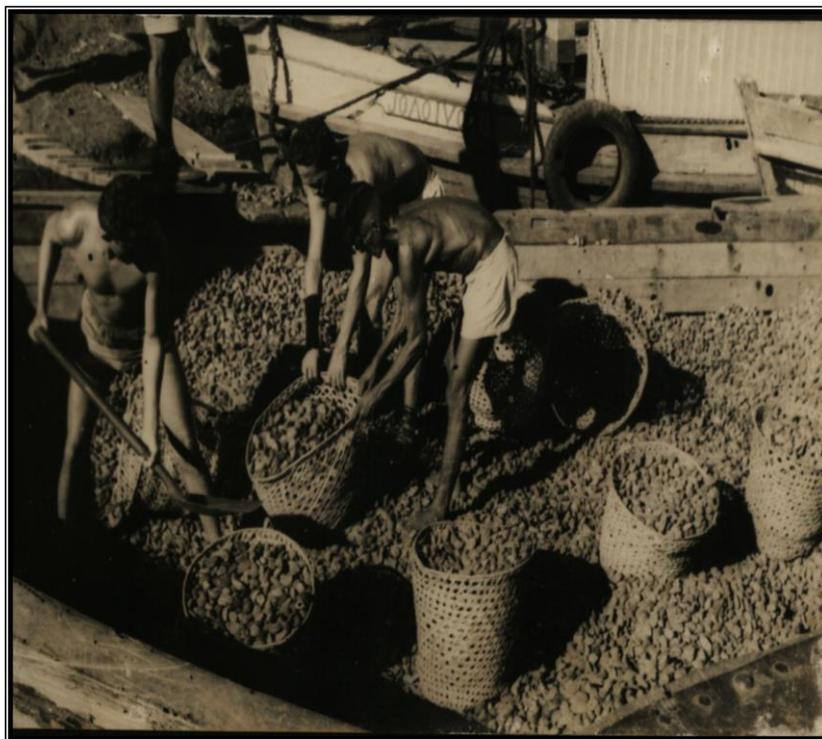


FIGURA 41: Fotografia retratando a chegada da castanha no porto de Manaus. Arquivo JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

Perante este quadro analítico, trouxemos para a apreciação e análise uma das expedições mais notificadas nos anos 20 em jornais, revistas e demais espaços, a Expedição Hamilton Rice (1924-1925) e a sua articulação com a destacada empresa do comendador JG Araújo e os anseios do governo do estado pela região do Rio Branco.

Articulação esta que resultou em uma divulgação visual da região veiculada num conjunto fotográfico e uma produção cinematográfica sobre a região amazônica, especificamente, a do Rio Branco, cujo circuito propagandístico atingiu a imprensa nacional e internacional.

É o que afirma alguns jornais em circulação à época, como: *Comércio do Paraná* (08 de fevereiro de 1925): “Londres: o Sr. Caterham, conhecido amador de rádio telefonia, recebeu um despacho mandado pela expedição geográfico-etnológica, dirigida pelo cientista americano Sr. Hamilton Rice [...]”; *Diário Carioca* (31 de março de 1928): “Essa penetração do vale famoso, efetuada na direção do rio Parima, figura na lista das mais felizes viagens empreendidas naquele recanto da Amazônia, tido na conta de fabulosamente rico”.

Além disso, existiu a divulgação por meio da circulação do filme “*No rastro de Eldorado*”, amplamente difundido pela firma empresarial de JG Araújo, a grande

incentivadora de sua construção e propagação. Sendo esta produção cinematográfica transmitida na Broadway, Estados Unidos, como cita:

Escrevo sob a emoção do filme “No Rastro do El-dorado”, cuja apresentação às altas autoridades e aos jornalistas se realizou na Broadway, sábado ultimo, e que, segundo me consta, fará parte do programa da semana próxima, naquele mesmo cinema. (DIARIO CARIOCA, 31 DE MARÇO DE 1928)

Com base nos estudos de Borges (2007), podemos afirmar que a divulgação de imagens durante o século XX era permeada de atributos para promover a ideia de progresso do Brasil, por isso que os textos, as imagens visuais e mensagens passavam a produzir e vender uma imagem cosmopolita e moderna do país, a fim de atrair capital e trabalho.

Nesse sentido, a expedição ora citada, além de fazer pesquisas científicas à região do Rio Branco, produziu uma série de imagens visuais, como exemplo, a produção cinematográfica, publicações em revistas, como *National Geographic Magazine* (1926), aliadas aos anseios econômicos do governo e dos empresários locais, abrindo possibilidades de ressurgimento econômico do estado do Amazonas, pois eram imagens que retratavam as potencialidades da região nos seus variados recursos naturais (FIGURA 42).



FIGURA 42: Fotografia retratando a coleta de castanha e o couro de onça na parte superior da imagem. Foto: Expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

É claro que, além desta expedição, outros cursos expedicionários de menor abrangência se fizeram presentes no Amazonas, como a expedição Manaus-Itacoatiara em 1926 (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1927). Apesar de sua pouca visibilidade, ela também representa a relação com que o setor econômico do estado vai estabelecer com o campo científico, promovendo interlocuções nesses dois segmentos visando possíveis avanços e expansão econômica.

Identificamos que a característica principal destes pequenos cursos expedicionários era a realização do reconhecimento territorial das regiões que se encontravam isolado da capital, além de promover estudos de caráter de urgência no desenvolvimento em suas áreas econômica e sanitária<sup>31</sup>, interligando-se a Manaus.

Partindo desta análise, os objetivos defendidos pelo governo do estado e homens de negócios era interligar outras regiões do estado à capital Manaus por meio de abertura de estradas; povoar territórios para desenvolver atividades agrícolas; e, promover campanhas sanitaristas para combater as doenças tropicais, como a febre amarela.

Pois, como afirma Cardoso e Heizer (2012), a conclusão que se tomara à época era que até mesmo as epidemias de malária e febre amarela afastavam empresários da região, por isso era pertinente os estudos relacionados a esta problemática.

Nesse sentido, apresentamos uma abordagem histórica de uma fase em que o Amazonas encontrava-se ressentido em seu contexto econômico, adotando estratégias e ações práticas, aliando-se a investidores, instituições, estudiosos e cientistas, na tentativa de mudar o rumo decadente da região e, conseqüentemente, a construção de uma imagem detentora de um discurso próspero e promissor de um estado que já tinha sido considerado um dos mais ricos do país.

Aliás, os anos que a borracha sustentou a economia amazonense, principalmente os setores empresariais, parecia que nada mais preocupava ou era necessário fazer para o desenvolvimento econômico do estado, pois, tinha-se a ilusão de que a produção gumífera iria suprir, eternamente, todas as demandas e necessidades locais.

A crise da economia da borracha chegou em meados de 1911 e sua intensificação nos anos 20 a 30 fez desaparecer a ilusão da eternidade da produção gumífera. Muitos comerciantes, empresários e demais grupos sociais envolvidos com a compra e venda da borracha e seus derivados vêem-se falidos pela situação de retração econômica. Muitos

---

<sup>31</sup>Alguns estudos científicos promovidos em parceria com o governo do Amazonas referiam-se às condições sanitárias do estado, pois se constituía também numa problemática que afetava o crescimento e investimento econômico da região, logo comprometia sua imagem.

abandonam a capital, inclusive os seringueiros; outros carregam a esperança da volta da normalidade e dos tempos áureos e, ainda outros, organizam-se em torno de práticas que pudessem solucionar o momento conturbado da praça comercial.

Nossa atenção volta-se para com aqueles sujeitos históricos que, em torno de estratégias em diversos segmentos sociais e científicos, procuravam reerguer e/ou manter seus negócios ou abrir outros, atribuindo ao Amazonas uma imagem favorável a um novo despertar econômico do estado.

### **3.3. Expedição Hamilton Rice (1924-1925) em Rio Branco: “o trecho do El-dorado do Amazonas” e seu despertar econômico**

O estado do Amazonas que durante anos equilibrou-se somente na borracha produzida a partir do látex da seringueira e devido à concorrência da borracha produzida nas colônias asiáticas inglesas viu sua economia se desestruturar, ainda era visto como um lugar rico para ser explorado no seu vasto território conhecido por Vale Amazônico ou Bacia Amazônica.

A partir da década de 20, o discurso dos governadores e empresários estava pautado em expandir os negócios do estado, mas para isso, era necessária a própria expansão e a exploração territorial. O extremo norte descortinava-se como a meta deste expansionismo e desenvolvimento econômico, principalmente, a região do Rio Branco ou a Guiana Brasileira como era conhecida (RICE, 1978).

Neste descortinar de possibilidades de desenvolvimento a esta região afastada geograficamente da capital Manaus, ações foram sendo realizadas por parte do governo estadual e empresários com a finalidade de explorar suas potencialidades e garantir a legitimidade deste território limítrofe. Junto a isso, era necessária a presença de exploradores e cientistas com vasto conhecimento para poder vencer os obstáculos que a região do Rio Branco apresentava, pois:

A parte superior da bacia Amazônica é um dos últimos pontos desconhecidos do mundo que capitula a curiosidade perseverante do explorador. Durante muitos anos foram sendo feitas tentativas vãs a fim de penetrar as densas selvas que a cobrem e navegar as corredeiras bravias que bloqueiam seus rios [...] (RELATÓRIO DA EXPEDIÇÃO HAMILTON RICE/1924-1925 TRANSCRITO POR ALBERT STEVENS, FONTE: THE NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE – Abril, 1926)

De acordo com o relatório da expedição transcrito por Albert Stevens, identificado na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (nº 134, 1956) e a

publicação da revista *The National Geographic Magazine* (1926), Rio Branco era considerado uma região de grandes obstáculos àqueles que se encorajavam a aventurá-la, permeado de barreiras naturais, como: corredeiras (FIGURA 43), floresta densa, trechos encachoeirados, etc.; desafiando até os próprios nativos que habitavam nele.



FIGURA 43: Fotografia retratando trechos de corredeiras e índios empurrando canoas com os mantimentos da expedição Rice. Foto: Expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas.

A expedição Hamilton Rice (1924-1925) foi organizada para chegar ao trecho mais alto daquela região, a serra Parima. Segundo o relatório na *The National Geographic Magazine* (1926), o curso da expedição a Rio Branco (atual Estado de Roraima) teve início e fim na cidade de Manaus, tendo em vista que todo o resultado desta expedição, seja ele: fotográfico, científico, divulgação; estiveram relacionados, de modo geral, à Amazônia, e em termos econômicos, ao estado do Amazonas, devido os vínculos que a Região do Rio Branco tinha, especificamente, com Manaus,.

Segundo consta no relatório transcrito por Albert Stevens (1956), a expedição Rice começou sua exploração do Vale do Amazonas por um hidroavião em Manaus, seguindo pelo rio Negro acima até Carvoeiro; depois rio Branco acima a Boa Vista e então a Boa Esperança pelo rio Uraricoera. A partir deste rio esbravejante o grupo seguiu à confluência do rio Parima e do Aracasa até as nascentes na serra Parima.

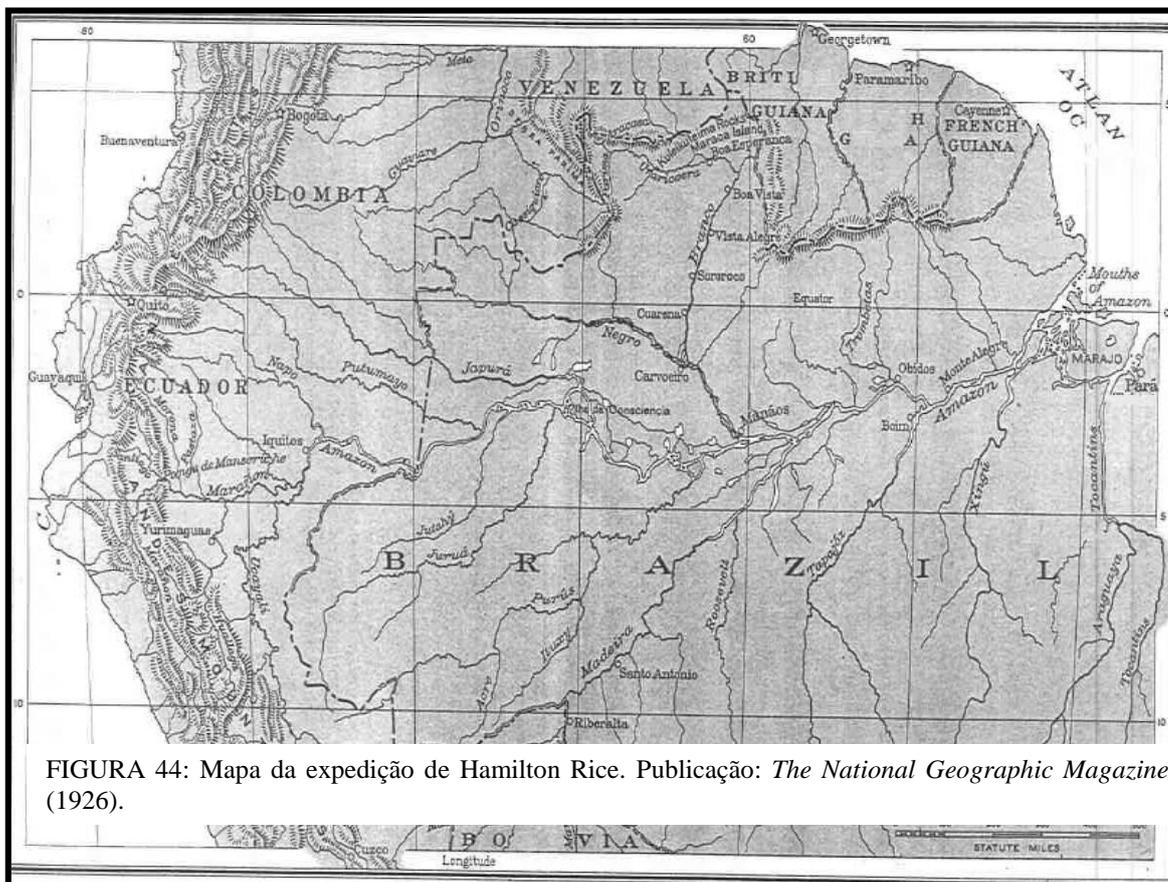


FIGURA 44: Mapa da expedição de Hamilton Rice. Publicação: *The National Geographic Magazine* (1926).

Em relação aos estudos sobre expedição Hamilton Rice, estudiosos já produziram um considerável material sobre ela, porém, não a abordando no viés no qual pretendemos analisar aqui. Souza (2012), por exemplo, faz uma análise resenhada sobre a expedição, a partir da obra publicada em português que reproduz parte do seu relatório.

Sua importante contribuição diz respeito às duas tendências que a expedição estaria alicerçada, uma se refere à tradicional noção de “[...] terra selvagem, inculta, indomável e rica, ao mesmo tempo hostil e fascinante, território virgem pronto para ser palmilhado, conquistado e explorado [...]” (p.22) e a outra ligada “[...] a lógica cientificista/tecnicista e capitalista que marca o final do século XIX e o início do XX [...]” (p.22).

Acreditamos que a tradicional visão com que Souza (2012) cita ser um dos alicerces da expedição contrapõe-se aos próprios objetivos definidos no projeto, aos instrumentos tecnológicos que utilizaram e a considerável experiência de Dr. Rice sobre a região<sup>32</sup>.

Pressupomos que a lógica cientificista/tecnicista e capitalista é a que mais se enquadra a ela, relegando a visão tradicional apenas a sustentação de um discurso ainda influente em alguns espaços institucionais e que abrilhantava o imaginário de sujeitos sobre a região.

A lógica cientificista, tecnicista e capitalista vai ao encontro dos objetivos da expedição, da composição da equipe, dos instrumentos e métodos utilizados e das articulações instituídas. A equipe reunia especialistas responsáveis por cada propósito da empreitada, era constituída da seguinte forma: Dr. Hamilton Rice, o diretor da expedição, com formação em medicina e geografia física, especialista em hidrologia; Dr. Koch-Grunberg, etnólogo, vindo a falecer durante a excursão; Dr. George Sahttuck, médico; Weld Arnoide, cartógrafo; Charles C. Bul, assistente; John C. Couzens, engenheiro; Walter Hinton, piloto de avião; John E. Wilshusen, mecânico de avião; John W. Swanson e Thomas S. MacCaleb, rádio-telegrafistas; Herman Dangler, recrutador; Silvino Santos, cine operador; Raimundo Câmara, assistente; Albert W. Stevens, observador e fotógrafo aéreo; e, grupos de índios carregadores, remadores e guias (RELATÓRIO DA EXPEDIÇÃO RICE, transcrito por Albert Stevens, 1956).

Era uma expedição composta por mais de cem pessoas, seguindo objetivos diversos, mas que se coadunavam. Os objetivos expressos na *The National Geographic Magazine* (1926), em que foi publicada parte considerável do relatório da expedição, assim como algumas imagens registradas pelas lentes de Silvino Santos e outros integrantes fotógrafos, consistiam, respectivamente, em: inspecionar e cartografar o rio Branco e seu afluente ocidental (o rio Uraricuera), seguindo até sua nascente na serra Parima; verificar a existência ou não de uma passagem entre as cabeceiras deste rio e as do Orinoco; examinar a utilidade de um hidrovião em trabalho de inspeção, em relação a esboços de mapas, travessias e fotografias aéreas, manobras e reconhecimentos; fazer determinações astronômicas através de teodolitos equipados com prismas; experimentar e examinar aparelhos de telegrafia sem fio; estudar a geologia da região; reunir dados antropológicos e etnológicos, além de fazer inspeções médicas.

Tudo isso alinhado na mente de um aventureiro, estudioso e cientista, vindo de uma família aristocrática e de prestígio de Boston, formado na Universidade de Havard (1898),

---

<sup>32</sup> Antes desta expedição, Rice já tinha penetrado no alto Amazonas, aproximadamente, seis vezes (MAXWELL apud SOUZA, 2012).

fundador do Institute for Geographical Exploration (1929), em Harvard, exercendo a função de presidente até sua extinção, em 1952 (SOUZA, 2012).



FIGURA 45: Fotografia retratando parte da equipe da expedição Hamilton Rice (1924-1925). Arquivo: Silvino Santos. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Dada a amplitude de objetivos alicerçados pela expedição, identificamos através dos seus resultados e repercussões que ela não interessava somente ao cientista, mas a Empresa de Joaquim Gonçalves de Araújo, dono de grandes fazendas de gado em Rio Branco; e, ao governo do Amazonas, interessado na exploração e descobertas de riquezas naquela região, expandindo o setor econômico para aqueles longínquos territórios situados no extremo norte brasileiro e de difícil acesso.

Principal de todas é a que, desde logo, me refiro com entusiasmo, convicto de que decorrerão de tão grande empreendimento as modificações econômicas do Estado e, como consequência, um futuro promissor para esta terra [...] Refiro-me á questão da abertura da zona criadora, ao Norte do Estado, às vitais necessidades do Amazonas [...] abençoado celeiro que a Natureza propositadamente cercou dos maiores obstáculos em desafio ao engenho vitorioso do homem [...]. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1921)

Nesse sentido, Rio Branco passou a ser considerado “celeiro”, “zona criadora” e terra promissora para o Amazonas, deslocando a atenção de empresários e políticos locais para

aquela região do país. Além do que, em virtude da crise da econômica gumífera, eram necessários outros meios exploráveis para alavancar a economia amazense e, de acordo, com relatos publicados na imprensa oficial e outros meios, a região do Rio Branco era detentora de muitas riquezas, como: solo fértil, minas, vastos pastos (FIGURA 46), etc.



FIGURA 46: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando pastos e a prática de pecuária na região do Rio Branco. Arquivo: Silvino Santos. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Segundo D. Pedro Eggerarth, prelado da Prelazia do Rio Branco, em 1923, através do Memorial apresentado ao presidente da república Arthur da Silva Bernardes, a região do Rio Branco era “riquíssima e quase ignorada zona do nosso país” (p. 03). Detentora de grandes rios, savanas e florestas, sendo um dos mais importantes centros da indústria pastoril.

[...] segundo estatística levantada em 1920, pelo Ministério da Agricultura, conta para mais de 200 mil cabeças de gado bovino, sem falar no cavalari, suíno e lanígero [...] O terceiro criador do Brasil [...] Não é possível que o governo federal continue a descurar daquela opulenta região [...]. (MEMORIAL DA REGIÃO DO RIO BRANCO, 1923, p.04)

Nesse contexto, Souza (2012) identifica o fascínio de Hamilton Rice pela região do Rio Branco, assentado nas descobertas e perspectivas de estudos e na ampliação da exploração da Amazônia. Interesses estes que também partilhavam o governo do estado e comerciantes, que consideravam a região o futuro promissor, celeiro e o El-dorado do Amazonas.

Já em 1917, portanto, antes da expedição do Dr. Rice de 1924-1925 <sup>33</sup>, o governador do Amazonas, Pedro de Alcântara Bacelar, já apontava seu interesse pelo território do Rio Branco, nomeado por ele de “o trecho do El-dorado do Amazonas” (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO AMAZONAS, 1917, p. 100).

Como seu acesso era dificultado pelas cabeceiras de rios e um relevo acentuado, o governo do Amazonas, em 1917, inicia seu projeto de expansão e ligação via terrestre de Manaus a Rio Branco, possibilitando a proximidade geográfica e econômica do Amazonas aquela região pouco habitada, inexplorada e não desenvolvida.

Em toda região de Rio Branco, o único lugarejo consideravelmente povoado era Boa Vista, com um agrupamento de 164 casas que abrigavam “1200 almas” (RICE, 1978, p. 25), estas portuguesas, brasileiras, mestiços e índios, além de alguns negros que entravam no território pela Guiana Inglesa.

Apesar de toda descrição enaltecida do governo em relação ao Rio Branco, Hamilton Rice relata ser um território carente de produtos, com uma agricultura negligenciada, com relações políticas monopolizadas por grandes fazendeiros e as relações sociais com forte influência da igreja, devido à presença marcante de freiras e monges beneditinos.

A carência de frutos e legumes, numa região que deveria ser rica em produtos agrícolas, explica-se pelo fato de que toda a mão de obra é monopolizada pelas “fazendas” [...] A agricultura é totalmente negligenciada, o que é grave, pois a população fica privada de certos alimentos essenciais ao bem-estar fisiológico da comunidade. Os danosos efeitos de uma alimentação deficiente e pouco nutritiva apareciam claramente no estado de saúde da maioria dos indivíduos que procuravam tratamento médico. (RICE, 1978, p.25)

Segundo Aurelio Pinheiro, na edição da Revista *Eu Sei Tudo* (1930), Rio Branco, apesar de suas riquezas, era uma região “quase ignorada, quase esquecida, raramente assinalada entre os múltiplos fatores econômicos da malsinada Amazônia abandonada [...]” (1930, p. 21), o mesmo compartilhava Hamilton Rice na edição desta revista, sob os comentários atentos de Aurelio Pinheiro afirmando ser a região “[...] um paraíso onde povo vive pobrememente” (1930, p. 23).

Para desenvolver a região do Rio Branco, a primeira forma encontrada pelo governador Pedro de Alcântara Bacelar era sua ligação à capital do Amazonas: a construção de uma via terrestre entre Manaus e Rio Branco. Consistia em um projeto desafiador, devido os

---

<sup>33</sup>Além desta expedição, Hamilton Rice esteve na região nos anos de 1916 e 1919 (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 DE ABRIL DE 1920).

empecilhos naturais de acesso, as dificuldades de verbas e homens capacitados para sua construção, porém sua realização seria o próprio engrandecimento do governo vigente.

[...] eu me confessarei agradecido ao bom Deus, si, dentro do meu mandato, tiver concluído, pelo menos, um projeto, - afastadas as ilusórias hipóteses – o qual se possa traduzir e realidade, em favor deste tão almejado engrandecimento: - a ligação da Capital ao Rio Branco.(MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO AMAZONAS, 1917, p. 99)

A construção da estrada interligava espaços geográficos, mas, além disso, representava a garantia econômica do estado do Amazonas em explorar a região, criando uma certa relação de domínio territorial. Nesse sentido, Souza (2011) relata que desde 1892 o Rio Branco já aparecia entre os municípios do Amazonas, possuindo a autonomia administrativa, porém, sua insuficiente economia estava monopolizada por comerciantes residentes em Manaus.

Além disso, o desejo de ligar a capital Manaus ao Rio Branco já existia nos projetos governamentais desde 1893, desde quando Sebastião Diniz, fazendeiro do Rio Branco e residente em Manaus, foi enviado pelo governo do Amazonas para realizar a construção de um via terrestre com a finalidade de abastecer a capital manauara com a carne bovina do Rio Branco (BARBOSA; FERREIRA, 1997).

O empreendimento não passou de uma trilha estreita no meio da vasta floresta, com gastos exorbitantes aos cofres públicos, caindo no esquecimento anos depois. No Diário Oficial (1894) foi publicada uma nota referindo-se aos respectivos trabalhos realizados por Sebastião Diniz no Rio Branco, bem como a autorização de verbas para a sua execução. Vejam:

[...] incluso nos enviou o atestado e estudos dos trabalhos executados por Sebastião José Diniz, contratante de abertura de estrada que deve comunicar esta cidade com a Vila da Boa Vista, no Rio Branco, pedindo-vos que autorizes o respectivo pagamento de acordo com o disposto [...]. (DIÁRIO OFICIAL, 12 DE JANEIRO DE 1894)

Porém, o governador Pedro de Alcântara Bacelar desejava ir mais longe, banindo as ilusões da impossibilidade de tal realidade. O epíteto dado por Bacelar a região do Rio Branco de “trecho do Eldorado do Amazonas”, já demonstrava com tal ufanismo e motivação pela realização da dita estrada para ligar Manaus à região ora citada.

Mais importante ainda, é que tal expressão pode estar relacionada ao fato de que nesta região era comum, nas primeiras décadas do século XX, a ação de garimpeiros, explorando os

diversos minérios que ali existiam, sendo transportados à cidade de Manaus para venda ou troca sem conhecimento nenhum do real valor dos metais preciosos. Esta exploração de minérios pode ser um, senão o principal interesse do governo e particulares pela região do Rio Branco.

[...] Zona de condições propícias a pecuária, desafia também as nossas atenções pelas riquezas naturais de suas minas de ouro, diamante, cobre, prata, mica, e talvez de carvão de pedra e de mármore, leigamente exploradas por garimpeiros que chegam até nós, trazendo o minério sem saber o que trazem. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1919, p. 131)

É claro que o termo Eldorado já não era desconhecido por aventureiros ou admiradores da região amazônica. Segundo Barbosa e Ferreira (1997), era um termo cultivado desde o período colonial, onde dizia que nessa parte do território amazônico encontrava-se o lendário “Lago Parima” ou “Eldorado”, detentor de grandes riquezas, o que provavelmente fez acelerar o circuito de expedições e projetos econômicos pela região.



FIGURA 47: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando o processo de garimpagem na região do Rio Branco. Arquivo: Silvino Santos. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Barbosa (2010), em relação aos recursos minerais da região do Rio Branco, evidencia que foi aliada a descoberta de jazidas diamantíferas e auríferas na década de 1910, que as expedições começaram a despontar seus interesses pelo aspecto geográfico da região, fazendo descrições meticulosas nos seus relatórios a esse respeito. Esta colocação do autor não deixa

de ir ao encontro aos objetivos da expedição Hamilton Rice na região, pois seu líder, o próprio Rice, era detentor de conhecimentos sobre geologia, sendo que um dos seus objetivos era o estudo do solo.

O fato é que todas essas riquezas que demonstrava ter a região do Rio Branco acentuavam cada vez mais o interesse pelo local. Tais riquezas e possibilidades econômicas precisavam ser estudadas cuidadosamente, sob os olhares atentos do governo e daqueles que já investiam na região, como o caso de Joaquim Gonçalves de Araújo, um dos principais comerciantes e empresários da região Amazônica, conhecedor do potencial da atividade da pecuária na região do Rio Branco (SOUZA, 2011).

Sendo assim, conjugando os interesses do governo e empresários aos objetivos de Rice, articulações foram sendo estruturadas para o estudo e descobertas de mais possibilidades de riquezas na região do Rio Branco e sua divulgação propagandística como território promissor do estado.

O comerciante e empresário JG Araújo, por exemplo, além de possuir negócios na região, dispôs-se a ajudar a expedição Hamilton Rice com mantimentos de primeira necessidade e um cine operador, Silvino Santos, para as filmagens da expedição (RICE, 1978). Em seguida, Agesilau Araújo, filho de JG Araújo, organizou, a partir do material fotográfico e cinematográfico da expedição, a produção do filme *No Rastro do Eldorado*, sendo transmitido em vários espaços influentes da sociedade (REVISTA ACA, 1928).

Posteriormente, já na década de 40, a empresa JG Araújo sob a direção de Agesilau de Araújo, majoritário dos negócios do pai, passara a comercializar a compra e venda de metais preciosos, tal comércio se apresentava como cláusula no projeto comercial da firma em 1925, mesma época da expedição de Rice à região do Rio Branco (SOUZA E MELLO, 2010).

Nos relatos de Rice (1978), assim como nas publicações da Revista da Associação Comercial do Amazonas, eram legítimos os negócios, bem como os interesses que levavam comerciantes a aderir terras e cultivar a pecuária em Rio Branco. Joaquim Gonçalves de Araújo, além de pecuarista e comerciante, apresentava-se, juntamente com outros sujeitos, com forte presença e influência política sobre a região, chegando a disputar espaço político e territorial com Bento Brasil, um dos grandes proprietários de Rio Branco.

[...] A alguns quilômetros acima de Gracias a Dios, acha-se a famosa chácara (casa de campo) de Bento Brasil, um dos grandes proprietários de Rio Branco. Seus domínios compreendem a maior parte dos terrenos da margem esquerda do Branco e do Uraricoera [...] enquanto que, do lado oposto, em igual extensão, os terrenos pertencem ao Sr. Araújo, conhecido por Jota Gê (suas iniciais); é um cidadão português e o mais notável habitante de Manaus. Esses dois são chefes de dois

partidos políticos opostos; nas suas mãos e nas do beneditino R.P. Eggerath [...] parecem repousar os destinos imediatos da população de Rio Branco. (RICE, 1978, p. 27)

Dessa maneira, compreendemos que Rio Branco era palco de interesses e jogos políticos que envolviam sujeitos e instituições, as quais mediam forças e influenciavam a sociedade daquela região. Sendo, portanto, considerável supor que era cada vez mais crescente os esforços por dominar política, econômica e cientificamente um território que até aquele momento possuía um destino malogrado e que ganhava espaços, aventureiros, estudiosos e investidores cada vez mais desejosos por fama, conhecimento e riquezas.

No entanto, é considerável frisarmos que os olhares atentos à região do Rio Branco, com suas águas esbranquiçadas, seus obstáculos naturais, está intimamente ligado à conquista do rio Negro pelos portugueses desde o século XVII (BARBOSA, 2010). A partir desta data muitas expedições foram realizadas ao território de Rio Branco, permeadas de vários interesses, desde puramente científicos até os comerciais e políticos.

Barbosa e Ferreira (1997) evidenciam que no século XX, nas primeiras décadas da república, as expedições tinham um caráter extremamente nacionalista e de continuísmo protecionista das fronteiras e riquezas do extremo norte brasileiro, corroborando para que a maioria dos cursos expedicionários se dedicasse aos estudos geográficos e distribuição dos recursos naturais e minerais, dado o fato da descoberta de jazidas diamantíferas e auríferas no extremo norte do Brasil.

A partir das considerações econômicas e políticas a respeito de Rio Branco, todos os interesses caminhavam em uma única direção, a exploração e o desenvolvimento da região, interligados à economia do Amazonas e conseqüentemente, a constituição e propagação de uma imagem próspera do estado. O governo pretendia abrir estradas, desenvolver a pecuária e incentivar seu povoamento; comerciantes, em específico, JG Araújo com sua firma comercial, alinhava seus interesses à expansão de seus negócios e o incentivo da propaganda do estado.

Desse modo, fica evidente que no campo das relações constituídas entre a expedição e os aspectos econômicos e políticos, faz menção ao caráter amplo de expansão comercial do Amazonas para o extremo norte do Brasil e a crença de muitas riquezas que este território poderia oferecer ao mercado nacional e internacional, despontando, através dos resultados expedicionários, uma divulgação por meio da propaganda sobre a região amazônica.

### 3.4. Rastreando o trecho do Eldorado no Século XX

Em 03 de abril de 1924, o periódico maranhense, Diário de São Luiz, publica uma nota afirmando que Walter Hinton, piloto de avião da expedição Rice (1924-1925), no dia 1 de abril de 1924 partia de Nova York para Belém para iniciar os preparativos da expedição à Região de Rio Branco, sob a direção de Hamilton Rice, membro das Sociedades de Geografia da Inglaterra e dos Estados Unidos. Além deste, outros jornais abrem espaços e mencionam em notas importantes a expedição que trazia, para explorar e estudar a região, um dos meios tecnológicos nunca antes utilizados em expedições científicas, o hidroavião (FIGURA 48).

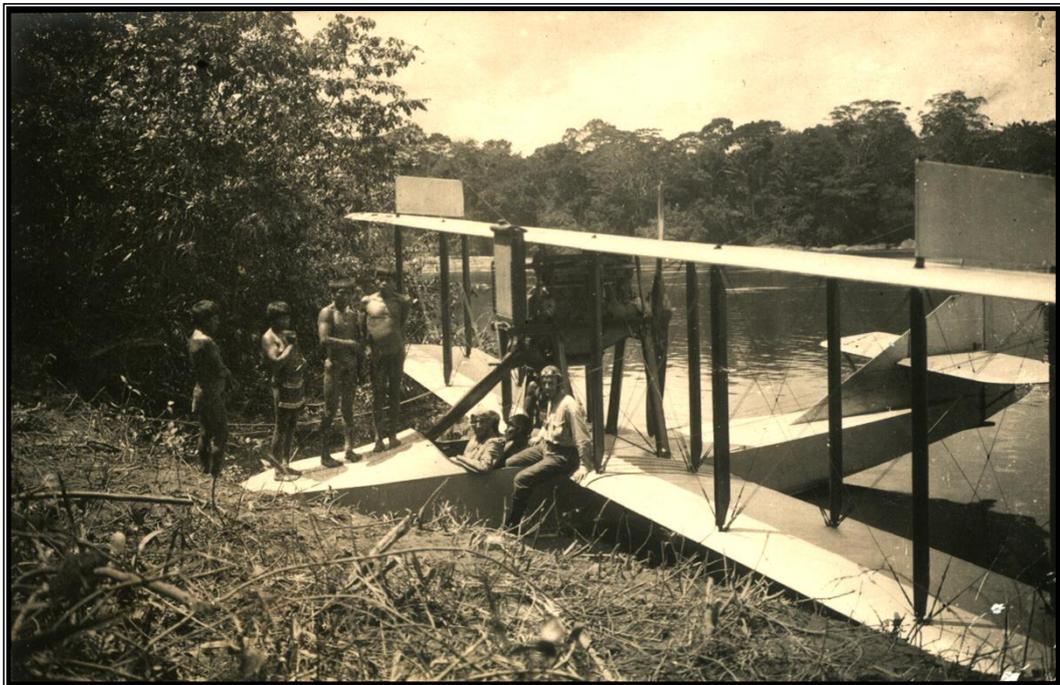


FIGURA 48: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando o hidroavião Eleanor. Arquivo: Silvino Santos. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Seria o hidroavião, uma novidade da expedição, que iria catalogar e mapear, através de fotografias aéreas a região do Rio Branco, especificamente, a Serra Parima. No entanto, cabe questionarmos que fazia Hamilton Rice visitar a Amazônia diversas vezes?

Hamilton Rice já havia organizado outras expedições para estas longínquas regiões, dentre elas as do ano de 1916 e 1919. Seu retorno em 1924 só comprovava a persistência do cientista em estudar um lugar que para alguns guardava vários mistérios e para outros uma região abandonada, mas com grandes possibilidades de desenvolvimento econômico.



FIGURA 49: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando um trecho da expedição em Rio Branco. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Todos estes pretextos podem ser analisados na trajetória deste cientista e de suas expedições a Região do Rio Branco, porém, a última expedição (1924-1925) a que se dedica este trabalho, guarda não apenas a última excursão do cientista à região, mas a sua montagem e a constituição de uma rede de relações lançadas como um impulso de desenvolvimento econômico e conhecimento científico sobre a região Amazônica por meio de suas descobertas e a divulgação nos meios propagandísticos referentes a este local conhecido por Rio Branco ou ainda sustentado pela expressão de “o trecho do Eldorado”.

Isto nos leva a questionar se realmente esta região considerada rica e ao mesmo tempo pobre, como citada pelo próprio Rice (1978), poderia ser assim denominada de “trecho do Eldorado”. O fato mais cabível e comprovável que se pode analisar são os resultados divulgados por meio de imagens fotográficas e cinematográficas da expedição, bem como os relatos que retratavam a região de Rio Branco como lugar onde seu próprio Eldorado consistia nas suas diversas potencialidades econômicas, as quais faltavam ao homem estudar e explorar.



FIGURA 50: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando um jacaré no tempo de desova. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Cabia aos sujeitos que compunham esta trama de interesses, estudar a região, explorar, e divulgar da melhor forma possível. Era o que pretendia JG Araújo e o governo do Amazonas, criando assim, uma imagem visual e econômica que representasse riqueza, crescimento e progresso.

O fato é que realmente a região possuía infinitas riquezas como visto através de imagens, relatos e mensagens dos governadores: minas a ser explorada, uma grande extensão territorial a ser povoado e um ambiente propício a atividade da pecuária, ao que tudo indica serem estes, as principais razões da constituição desta relação econômica-científica.

De um lado, vimos um empresário que guarda em uma das cláusulas de seus projetos comerciais a venda e compra de pedras preciosas e um considerável empreendimento na região (SOUZA E MELLO, 2013), do outro, um afamado cientista ligado a instituições científicas, mas um grande interlocutor de duas principais nações mundiais, Inglaterra e Estados Unidos, que inclusive, possuíam diversos interesses em expandir seus mercados há muito tempo na Amazônia; além do Governo do estado do Amazonas, que desejava ampliar as fontes econômicas e receitas do governo.

É no rastro dos interesses que rodeavam esta teia de relações da expedição Rice (1924-1925) e dos projetos econômicos do governo e dos empresários locais ao território pretendido, que Cândido Costa (1920) parece ter descoberto as reais intenções que levaram Rice, mais uma vez, adentrar o longo percurso dos rios amazônicos, confirmando nossa tese que a

Amazônia como um todo, era terreno oportuno para exploração, estudos científicos e expansão econômica, dada suas riquezas ainda não exploradas sistematicamente e cobiçadas por todos os segmentos envolvidos no seu desbravamento.

Antes mesmo do Dr. Rice organizar a expedição de 1924 a 1925, com destino ao Rio Branco, Cândido Costa (1920) já havia constatado as intenções dos cursos expedicionários de Hamilton Rice em sua viagem de 1919, esta que ficou marcada pelo dito ataque de índios canibais a sua tripulação.

Brandishing their weapons, howling and dancing about, they edged continually closer, sending arrows, which failed to reach us. We could plainly see the distinguishing marks of cannibals, that of pings in slits in the lower lips, tiger claws in some instances. We tried to converse with them by yelling words in different dialects, the Bare, Maqui-Ritare, Tupi and Ouanare, in an effort to make friends. But they kept advancing, throwing arrows, howling and rolling their eyes. (THE WASHINGTON TIMES, 20 DE JUNHO DE 1920).

Cândido Costa publicou no Jornal Diário da Manhã (1920) um diálogo com um amigo inglês, cuja identificação se dá apenas pelas suas iniciais F.G., que chegara a Manaus em 13 de agosto de 1919, mesma data em que aportou Hamilton Rice a esta capital para a expedição do mesmo ano.

O diálogo travado entre os dois amigos remete a um fato real ocorrido alguns anos atrás da data em questão e que teve grande repercussão na imprensa manauara, comprovado pelo jornal “Federação”.

O fato que nos fora narrado é real e quem se quiser certificar – que leia os jornais daquela época, publicados em Manaus, maximé a “Federação”, que dele se ocupara com certa minudência e particularidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 DE ABRIL DE 1920)

Apesar de algumas imprecisões cronológicas e espaciais de F.G., este relata a Cândido Costa sobre o aventureiro e explorador Valfrid Nobel, que teria percorrido no final do século XIX extensos caminhos a procura de produtos naturais abundantes na região norte, encontrando ouro em rios os quais explorou, chamando atenção de Cândido Costa da presença constante de Hamilton Rice na região Amazônica.

Pois, tendo Valfrid Nobel encontrado ouro e, pela perda de grande quantidade devido a uma tormenta que sua tripulação atravessara no seu regresso a Manaus, conseguindo ainda salvar uma considerável quantia, comprovou a presença de metais preciosos neste território.

Todos puderam se salvar não havendo vítimas a lamentar, depois de haverem passado por tantos tormentos. E assim se perdeu na voragem das águas uma regular fortuna que servia para atestar a existência real do tesouro descoberto. (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 DE ABRIL DE 1920)

De volta a Manaus, Valfrid Nobel recebe a notícia do falecimento do seu tio Alfred Nobel em 1896, o grande inventor da dinamite. Com a perda de seu tio, Valfrid Nobel retorna para Habsburg, a fim de receber a herança deixada por Alfred Nobel, estagnando seu projeto de explorar o Eldorado: “A vista desse acontecimento ficou interrompida a Exploração do Eldorado”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1920). Mas, o aventureiro propagou que iria retornar para dirigir sua empresa através dos trâmites legais para tomar posse da exploração do “rio do ouro”.

Segundo Cândido Costa ao jornal Diário da Manhã (1920), nunca mais se teve notícias de Valfrid Nobel, mas o Eldorado, a sua descoberta, ganhou fama e cobiça de outros sujeitos, como o Dr. Rice. Estas informações, conforme Cândido Costa, foram dadas por seu próprio amigo inglês em um lugar reservado no Grand Hotel em Manaus, onde dissera que o processo pelo qual levou Hamilton Rice a retornar a região amazônica foi a propagação da descoberta de Valfrid Nobel.

Segundo as informações, o inglês F.G. afirmou a Cândido Costa que Valfrid Nobel teria vendido a um sindicato americano por um “preço fabuloso” o segredo da existência do Eldorado em solo amazonense. Sendo que, a expedição Rice de 1919 teria sido a responsável por mapear tal descoberta para que em seguida o sindicato americano entrasse em acordo com o Governo do Amazonas, liquidando suas dívidas com o país norte-americano e permitindo que este explorasse as riquezas minerais do alto Solimões. Segundo Cândido Costa, consistia em:

[...] ser paga a sua dívida externa, de ser construída a estrada de ferro de Manaus ao Rio Branco, com um ramal até a Guiana Inglesa, de ser liquidada a dívida interna e de serem feitos muitos melhoramentos na cidade de Manaus desenvolvendo-se a navegação para o interior e dando-se logo a começo a exploração da grande mina [...]. (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 DE ABRIL DE 1920)

Estavam postas, segundo estas informações, as intenções reais das várias viagens de Hamilton Rice a esses lugares. Ele (Dr. Rice), com grande conhecimento em geologia, medicina e cartografia, teria sido selecionado para a grande empreitada em mapear de modo diligente cada rio que dava acesso ao “rio do ouro” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1920).

Na verdade, como consta no final do diálogo entre os dois amigos (Cândido Costa e F.G.), o interesse norte americano em explorar o território amazonense direcionava-se a uma mina carbonífera de 80.777 quilômetros quadrados, localizada no Alto Solimões, com uma qualidade superior a 70% do carvão de Cardiff, porto mais ocupado de carvão do mundo (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 DE ABRIL DE 1920).

Apesar de está localizado no alto Solimões e que geograficamente não se situa a região de Rio Branco, não se desvincula a ideia de que a região amazônica, que compreende ambas as demarcações territoriais, era visionada por cientistas e capitalistas com a finalidade de ser explorada em benefício próprio, cabendo ao governo e aos empresários locais a devida atenção para as pretensões estrangeiras.

Para que, desse modo, não se repetisse o ocorrido nos anos iniciais da república, em que a Inglaterra percebendo o abandono dos brasileiros pelas terras do extremo norte do Brasil, exigia sagazmente uma ratificação dos tratados limítrofes.

Mediado pelo Rei da Itália que, suntuosamente, arrebatou para os ingleses vinte mil quilômetros quadrados de terras, correspondente as minas do Pirara e a grandiosa Serra do Quano-Quano, região rica em muirapinima (REVISTA EU SEI DE TUDO, 14º ANO, Nº 3, AGOSTO DE 1930).

Nesse sentido, a expedição de Hamilton Rice de 1924-1925 seria uma continuidade das demais incursões em busca do tão famoso “trecho do Eldorado”, que não tinha, ao menos, uma localização exata, pelo fato da grande extensão territorial da região Norte e as notícias de suas várias riquezas embrenhadas em locais inóspitos.

Além do mais, conforme visto anteriormente através da análise das mensagens dos governadores publicadas na imprensa oficial de Manaus, o Eldorado seria a própria vastidão territorial que compreende o solo amazonense e suas grandes potencialidades dispersas por ele, cabendo homens de negócios, cientistas e exploradores as descobertas delas.

De todas as expedições organizadas por Dr. Rice em solo amazônico, parece que a expedição de 1924-1925 gerou mais resultados, além da expedição está equipada dos melhores instrumentos, tecnologia e especialistas antes vistos, o Dr. Rice estabeleceu parcerias primordiais para a realização de mais essa expedição.

Parcerias estas que iam desde a formação de grupos indígenas para ajudar na incursão dos rios e picadas das matas; à empresa comercial, como a de JG Araújo; até as instituições científicas nas quais mantinha contato através da rádio-telegrafia (FIGURA 52) para informações importantes do processo expedicionário.

Os exploradores partiram providos de toda a espécie de elementos para assegurar o feliz resultado da empresa. Levavam desde um aparelho de telefonia sem fios, para comunicar em caso preciso com as populações norte-americanas, até estes objetos que representam o melhor salvo-conduto para com os selvagens, que tanto estimam objetos tais como colares de pedras falsas ou contas de cores, canivetes e outros utensílios. (REVISTA EU SEI TUDO, 1926)

Enquanto Dr. Rice penetrava e sobrevoava as regiões por ele delimitadas em projeto, ou seja, Rio Branco, Uraricoera, Parima até o Orinoco, a empresa JG. Araújo ajudava em equipagens, mantimentos e outras provisões (SOUZA, 2012), inclusive nos instrumentos fotográficos e cinematográficos, sob os olhares pretensiosos do governo, uma vez que esta aproximação cada vez mais íntima com a expedição dava a garantia de estarem sempre atentos a todas as informações e decisões tomadas pelo Dr. Rice e sua missão.



FIGURA 51: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando o contato dos índios com o sistema de rádio-telefonia. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Pretendia-se destes imbricamentos a coleta de importantes informações para o investimento preciso do governo do estado e empresários, além de uma divulgação acurada sobre as riquezas naturais reservadas aquela região do Brasil. Estas riquezas foram relatadas por Aurélio Pinheiro em 1930 na revista *Sei De Tudo*, divulgadas após cinco anos da realização da expedição Rice. Nesta revista, Rio Branco é retratado com seus campos

incomparáveis, as suas terras de cultura, os seus trezentos mil bovinos, as suas minas do Carangueijo, do Uaylã, do Iramutã, do Quinô, rota de faiscaidores que retiravam punhados de diamantes e ouro capaz de salvar qualquer país de afortunada economia.

Esperava-se que a expedição retornasse em 1926 a Manaus, contudo, em 1925, Dr. Rice chega ao fim de mais uma expedição. Todos aqueles ligados direta ou indiretamente à viagem aguardavam por boas notícias, principalmente, aquelas que representassem um futuro promissor à economia do estado do Amazonas.

Dentro de poucos meses quando Hamilton Rice terminar sua exploração, esperam-se valiosas informações relativas as possibilidades de maior desenvolvimento da região Amazonas-Parima e dos seus produtos naturais: borracha, gutta-percha e etc. (O PAIZ, 16 DE AGOSTO DE 1925).

Depois que findara a expedição, Efigênio Sales, então governador do estado do Amazonas, no ano de 1929, começou investir mais sistematicamente à região do Rio Branco. Pois, “ahi é que residem todas as possibilidades do Estado” (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1929, p. 8), impulsionando de modo organizado e estudado a prática da pecuária como fonte de riqueza fácil e de êxito seguro; adotando medidas protecionistas as empresas locais, etc.

Constava no seu programa de governo a instalação de redes telegráficas; deu continuidade a construção da estrada Manaus – Rio Branco, construindo cerca de vinte quilômetros somados aos já existentes durante a construção na administração de Pedro de Alcântara Bacelar. Tudo isso, por conta que Rio Branco era uma região:

[...] que se diferenciava do aspecto comum [...] nas magníficas perspectivas de seus campos naturais e na amenidade do seu clima, o Rio Branco, centro de pecuária e indústrias correlatas, será, dentro de pouco tempo, o ponto irresistível de convergência as atividades e capitais atraídos ao Amazonas. (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1929, p. 54)

Grande parte do material fotográfico e cinematográfico produzido pela expedição Hamilton Rice ficou a cargo empresa JG Araújo à sua edição. E, nos espaços científicos, Dr. Rice cumpria seu papel de cientista e palestrante de suas aventuras pela Amazônia.

Todo o resultado da expedição Hamilton Rice foi amplamente divulgado pela empresa J.G. Araújo, a qual produziu um filme sobre a região de Rio Branco, resultado da aliança do empresário com Dr. Rice, que a priori iria trazer dos Estados Unidos um cinegrafista, mas depois de ter assistido *O Paiz das Amazonas*, filme também produzido pela empresa JG

Araújo, resolveu incorporar o cinegrafista Silvino Santos, empregado de JG Araújo, à expedição (SOUZA, 2012).

### 3.5.A difusão do Eldorado: A produção fotográfica e cinematográfica da expedição Hamilton Rice como vetor de propaganda da região norte

Conforme o depoimento do próprio Silvino Santos (apud SOUZA, 2012)<sup>34</sup>, cinegrafista e fotógrafo (FIGURA 52) da expedição Hamilton Rice (1924-1925), Dr. Rice foi direcionado até a casa de JG Araújo para, a partir desse encontro, travar uma relação cujos resultados foram possíveis de serem observados num dos mais famosos filmes produzidos pela empresa JG Araújo e pelas várias tiragens fotográficas estampadas em revistas, jornais e cartões postais<sup>35</sup> circuláveis em diversos lugares.



FIGURA 52: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando o fotógrafo e cinegrafista Silvino Santos. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

<sup>34</sup> Segundo Souza (2012), o depoimento de Silvino Santos encontra-se no site <[www.cinemateca.gov.br](http://www.cinemateca.gov.br)>, no qual não tivemos acesso por uma série de questões burocráticas da instituição.

<sup>35</sup> Nas pesquisas em arquivos não encontramos nenhum cartão postal referente à expedição Hamilton Rice. Segundo o curador do Museu Amazônico, alguns documentos da empresa JG Araújo ou sobre a expedição, ou ainda, sobre Silvino Santos, foram danificados e perdidos com o tempo ou foram monopolizados por outros pesquisadores, tornando-se acervos particulares.

A intenção de Hamilton Rice era deixar tudo registrado a fim de testificar todo o processo expedicionário, bem como, garantir sua divulgação como um dos mais afamados pesquisadores da região amazônica. Pois, identificamos o quanto o pesquisador era famoso nos Estados Unidos e o quanto suas aventuras eram publicadas em jornais, como:Hopkinsville Kentucky (1907),Honolulu Star Bulletin (1915), The Washington Times (1919 - 1920),El Paso (1920) entre outros. E, a ele era garantida a participação nos mais importantes eventos e instituições de pesquisas, por exemplo, American Geographical Society.

Como consta na declaração de Silvino Santos (apud SOUZA, 2012), ao ser apresentado ao cientista o filme *No Paiz das Amazonas* por Agesilau Araújo (filho de Joaquim Gonçalves Araújo e amante de fotografia e de cinema), o mesmo dispôs o fotógrafo Silvino Santos para oferecer seus serviços à expedição, assim como, todo o material fotográfico e cinematográfico.



FIGURA 53: Fotografia da expediçãoHamilton Rice (1924-1925) retratando registros de cenas pelo cinegrafista Silvino Santos. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Desse modo, dispomos acima com mais exatidão, a relação que se configurou entre a empresa JG Araújo, a expedição de Hamilton Rice e a divulgação desta nos meios científicos e na imprensa nacional e internacional, logo, conseguimos visualizar uma relação tríade entre economia – ciência – imagem.

Além das fotografias como representação de uma imagem visual para o Amazonas, o filme *No Rastro do Eldorado* também tinha a intenção de construir uma imagem atraente do estado. Dentro desse contexto, o filme não foi o primeiro nem o único produzido pela empresa JG Araújo como um meio de propaganda do estado do Amazonas, em 1921 ele já havia produzido *No Paiz das Amazonas*.

Vale frisar que JG Araújo tinha estrutura para a edição, montagem e confecção, uma vez que possuía uma loja especializada em materiais fotográficos e cinematográficos, a *Manaós Arte*, a cargo do seu filho Agesilau Araújo e do fotógrafo Manoel Rodriguez Lyra.

Dessa forma, a prática de propaganda por meio de sessões de filme e imagens fotográficas já era comum por parte da empresa de JG Araújo, sendo um dos grandes articuladores da divulgação do estado do Amazonas em território nacional e internacional.

A expedição do Dr. Rice funcionaria apenas como cenário para a composição do tão brilhante filme e, ao mesmo tempo, a divulgação da imagem do Amazonas em geral, e de seus negócios em Rio Branco, em particular. Além dos proveitos que poderiam ter a partir dos resultados da expedição e sua divulgação para o desenvolvimento econômico do estado.

Todavia, segundo Silvino Santos, as imagens fotográficas e as filmagens que dispuseram à empresa JG Araújo eram apenas cópias, todos os negativos foram enviados à América do Norte por Hamilton Rice (apud SOUZA, 2012), pois, também fazia parte da sua expedição, a divulgação acentuada da região pesquisada.

Hamilton Rice chegou a publicar, de modo resumido, parte do seu relatório na *The National Geographic Magazine* (edição abril de 1926), contando e demonstrando através de imagens fotográficas (aproximadamente 90 fotografias) sua exploração ao extremo norte brasileiro, no denominado Rio Branco.

Man's conquest over nature was never more forcefully asserted than when members of the Alexander Hamilton Rice Expedition recently flew to the headwaters of the Parima River, in northwestern Brazil.

The upper Amazon Basin is one of the last of the world's blind spots to succumb to the persevering curiosity of the explorer. For many years attempts had been made in vain to penetrate the dense jungles which cover it, and to navigate the seething rapids that block its rivers, but the undertaking has now been proved entirely feasible from the air. (THE NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, ABRIL DE 1926, p.353)

No dia 26 de março de 1933 o filme *No Rastro do Eldorado* abrilhantava as lentes do cinema Broadway (Estados Unidos) para autoridades e jornalistas, permanecendo em cartaz por uma semana. Segundo consta, tratava-se de uma película que retratava a fabulosa

penetração de Hamilton Rice ao vale famoso em direção ao rio Parima, configurando-se como uma reportagem viva, animada e imperecível, que por si só representava quase uma “essência religiosa” (DIÁRIO CARIOCA, 1933).

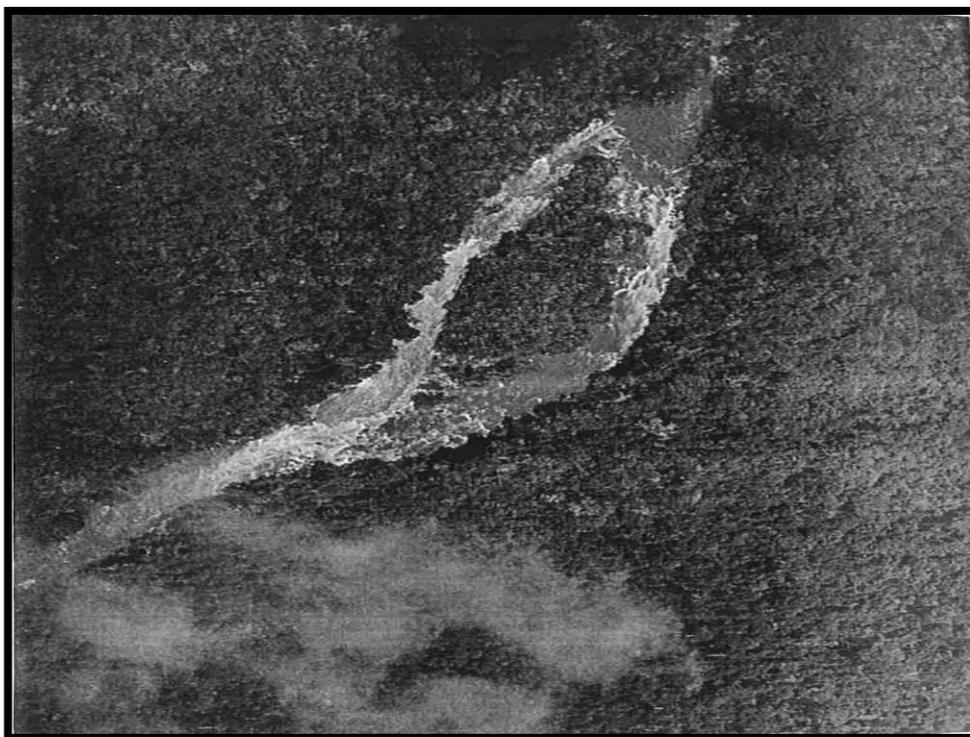


FIGURA 54: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) de registro aéreo da Região do Rio Branco. Fonte: The National Geographic Magazine (1926)

Com relação ao filme e aquilo que constava como propaganda no Diário Carioca em 1933, Benjamin Lima relata no jornal a quantidade de água que os rios e cachoeiras amazônicas apresentavam e deixavam-se vê no filme, a qual chamava a atenção dos presentes, tratando-se de uma inspeção direta e visual de uma parte do país de tão assombrosa riqueza, nomeada “A Divindade Água”.

A água, questionada por Benjamin Lima (DIÁRIO CARIOCA, 1933), era um elemento que poderia tornar-se estratégico para a economia do Amazonas, pois é o líquido de maior quantidade existente na região, onde pelos seus numerosos rios trafegam todo tipo de embarcação. Porém esta questão é tratada pelo governo central com total indiferença, pois, “[...] à luz da moderna política do combustível, a água passou a ser a segunda opção de investimento, esquecendo os próprios governantes do seu valor exato.”

[...] desolação dos patriotas sinceros e lúcidos, em face da indiferença dos nossos governos por esse capítulo excepcionalmente importante da economia brasileira [...] O valor exato, ou quase, da enorme série de cachoeiras que temos, já se acha determinado por especialistas. É qualquer coisa de astronômico e fantástico. Se outras circunstâncias não o obstassem, poderiam todas as indústrias do globo mecanicamente acionadas restringe-se ao emprego por nós fornecida [...] Nossa mãe, a água. (DIARIO CARIOCA, 31 DE MARÇO DE 1933)

Além da Broadway, *No Rastro do Eldorado* também preencheu as telas de outros cinemas de outros países, como: Canadá, Inglaterra, França e Alemanha. O nome sugestivo visava impactar aqueles que o assistiam, conforme menciona Agesilau Araújo, autor do devido nome. A intenção, realmente, era demonstrar quão rico era o Vale Amazônico, tendo como referência o Rio Branco, tornando o filme uma “[...] propaganda extraordinária, produzindo efeitos que não alcançariam aos meios comuns [...]” (REVISTA DA ACA, 1926).



FIGURA 55: Fotografia da expedição Hamilton Rice (1924-1925) retratando um trecho com cachoeiras da Região do Rio Branco. Arquivo: JG Araújo. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Amazonas

Portanto, o filme procurava exprimir, com grande propriedade, as riquezas de Rio Branco, dando ênfase aos rios que cortam a região; às grandes extensões territoriais; ao solo; à flora peculiar; aos campos e serras; e, toda a opulência geográfica que compunha o lugar.

Vendo-os e vendo trechos infinitos de terras virgens, de campos e serranias azuladas, sentimos a realidade da grandeza amazônica, a sua fascinação e as suas reservas riquíssimas, e caímos insensivelmente numa fantasia de cousas estupendas, sonhando o Amazonas do Amanhã. (REVISTA DA ACA, 1926).

Cabe destacar que, a divulgação de uma imagem da região Amazônica no exterior como vetor de propaganda do estado do Amazonas, apresentava não somente seu caráter científico, mas também, de espetacularização e representação de uma região rica a ser explorada, descoberta e estudada por pesquisadores e investidores. É o que Martinez (2012) menciona de “los filmes de exploración” (p. 58), os quais incluíam os filmes documentários e os filmes de ficção, com um assíduo público nos anos 20, transformando-se em meados dos anos 30 um gênero, predominantemente, comercial.

Pelo visto, *No Rastro do Eldorado* contemplava os três gêneros (documentário, ficção e comercial), dada sua origem de produção, nomenclatura e sua finalidade. Visto que se tratava de uma propaganda eficiente do estado do Amazonas para ser “[...] focado nos maiores e mais cultos centros do mundo [...]” (REVISTA DA ACA, 1926).

Enquanto JG Araújo circulava o filme, Hamilton Rice divulgava seus feitos em eventos, palestras, conferências, revistas e demais meios publicitários. Perante a American Geographical Society of New York, em 22 de março de 1926, Dr. Hamilton Rice, com grande fama pelas suas aventuras na América do Sul, palestrava na conferência denominada de “The Rio Branco, Uraricuera and Parima”, a expedição que liderou em 1924 a 1925 nas citadas regiões.

Segundo Ribeiro Junior no suplemento informativo *A Noite* (s/d), tal conferência foi posteriormente vulgarizada no “The Geographical Journal” nas edições de fevereiro, março e abril de 1929. Nesta ocasião, o que se procurava explicar, primeiramente, eram os conhecimentos advindos de um campo da ciência, a geografia, os quais deveriam ganhar mais espaços na publicidade, dado seu caráter, rigorosamente, expungidos de invencionices.

Logo, as informações e descobertas de Hamilton Rice sobre Rio Branco, Uraricuera e Parima não poderiam ser elas ignoradas, nem cair no esquecimento e descréditos pela sociedade científica e demais segmentos sociais, pois teve como arcabouço teórico os estudos geográficos.

Desse modo, os trabalhos do Dr. Rice à região setentrional do Amazonas, “[...] resistem, galhardamente, às exigências extremadas dos mais inexoráveis perquiridores” (SUPLEMENTO A NOITE, s/d, P. 11); e, aqueles que apreciaram as pesquisas do cientista

sobre a região, agradeceram-lhe as estimadas informações divulgadas nas instituições internacionais.

Num dos eventos sobre as investigações do Dr. Rice, Ribeiro Junior cita a participação, como ouvinte, do embaixador brasileiro em Londres, Regis de Oliveira, tendo este agradecido a Hamilton Rice por oportunizar-lhe “ter, de certa forma, apresentado parte do meu próprio país” (SUPLEMENTO A NOITE, s/d, P. 11).

Em contrapartida, Hamilton Rice chega a lamentar no Howard Club, o fato de que o povo brasileiro desconhece seu próprio país com suas respectivas riquezas. Como atesta Moreira, no Diário da Manhã (1931), a crítica do Dr. Rice: “[...] Hamilton Rice que na sessão do Howard Club, lamentou que a nossa terra fosse tão mal conhecida [...]”.

No entanto, nesse viés de continuidade de ações e articulações para desenvolver e difundir uma imagem promissora do Amazonas e, de modo geral, da Amazônia, a empresa JG Araújo prosseguiu produzindo produções cinematográficas e divulgando o Eldorado amazônico com o filme “*No Rastro do Eldorado*” e, anterior a esse, “*No Paiz das Amazonas*”, como já citados.

No Pará, por exemplo, a empresa JG Araújo foi contratada para a produção de um documentário científico das riquezas do respectivo estado, sendo responsável pelas filmagens o cinegrafista Silvino Santos e à edição da produção a casa *Manaós Arte*.

O fim principal da vinda do Sr. Silvino Santos a Belém prende-se ao interesse que a poderosa firma J.G. Araújo tem na obtenção de um filme inteiramente científico das coisas do Pará, principalmente do seu interior, que são, infelizmente, quase completamente desconhecidos na Amazônia, onde existe um espírito forte e homem de magnífica capacidade produtiva que é o comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, um dos mais ricos comerciantes do norte. (O JORNAL, 05 DE SETEMBRO DE 1926)

No Pará também percebemos o desconhecimento da sociedade pelas próprias riquezas da região. Além deste desconhecimento, o fato que agravava mais essa situação, segundo *O Observador* (1930), eram os ditos nacionalistas exacerbados que não se reconheciam como os próprios desconhecidos, e ainda impediam, com seus discursos ultra-protecionistas o avanço científico através das expedições científicas estrangeiras e as possibilidades de crescimento econômico de um estado que necessitava a todo custo de uma nova política econômica, pois nem mesmo o governo central do país era capaz de reformular.

Contudo, ressaltamos que nosso intuito não é cairmos nessa discussão ideológica, pois exigiria uma tese à parte, mas trazer como referência esses conflitos existentes como barreiras para o avanço do Amazonas que precisava nesse momento, solidificar uma imagem de

progresso e aberto a novos investimentos, o que poderá ter colaborado para que esta parte do território brasileiro permanecesse por longos tempos no abandono, embora existissem grandes pretensões de investimentos.

Após a repercussão da expedição Hamilton Rice (1924-1925) identificamos por volta dos anos 30 que vários capitalistas norte-americanos chegaram até o presidente Epitácio Pessoa para a construção de um sindicato destinado a exploração da bacia amazônica, construindo uma estrada de ferro entre Manaus e Boa Vista, promovendo a criação de cidades e núcleos agrícolas e explorando o seu subsolo. Porém:

[...] Essa proposta foi incontinentemente recebida pelos protestos nacionalistas e tais sensacionalismos se disseram pela imprensa do país, em torno dos pretendidos intuits imperialistas dos americanos, que o presidente Epitácio Pessoa passou um longo telegrama para Washington, afirmando que o Brasil “não se responsabilizava pelos compromissos que viessem a ser assumidos pelo governo do Amazonas no exterior!”. (O OBSERVADOR, JULHO DE 1936, p. 39)

Dessa forma, todo amplo programa de propaganda pretendido pelo Amazonas começava a apresentar seus primeiros efeitos, mas encontrava estas mencionadas barreiras pela frente. Pois, enquanto uns visavam à abertura e à expansão econômica do estado do Amazonas, outros viam estas pretensões como vantajosos projetos apenas pelas nações imperialistas, porém, o governo do estado e empresários locais não deixavam de frisar na imprensa a necessidade de conhecer, povoar e explorar o Amazonas.

### **3.6. Breve demonstrativo de outros cursos expedicionários: conhecer, povoar e explorar**

Além da expedição Hamilton Rice, outra que interessou o Governo do Amazonas, sendo oficializado por este, pois, referia-se, especificamente, a borracha amazônica, foi a expedição do Dr. Schurz, como já abordado no capítulo anterior. Esta expedição foi, provavelmente, realizada no mesmo período da campanha do Dr. Rice, devido às notas publicadas na Revista da Associação Comercial do Amazonas de novembro de 1925 e sua publicação na *The National Geographic Magazine* (1926), as quais relacionavam as duas expedições.

O interesse pela expedição do Dr. Schurz, como dito, estava no fato da mesma possuir o intuito de investigar se realmente a Amazônia era o vale da borracha. Estudioso e comerciante adido da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, Dr. Schurz permaneceu em

investigação alguns meses nos rios amazônicos, colhendo terras e fazendo outros experimentos.

Percorreu o Vale do Amazonas, desde a ilha do Marajó até os Andes, comprovando que em algumas partes do território da Amazônia existiam condições muito favoráveis a cultura da seringueira, sendo estas comprovações transferidas ao departamento de Comércio Norte-Americano, cabendo a ele investir ou não no cultivo da seringueira da Amazônia (REVISTA DA ACA, 1925).

O governo e empresários na espera ansiosa por relatórios ricos e densos de informações da expedição e pelos investimentos norte-americanos no Vale Amazônico vêm-se decepcionados com Dr. Schurz, que volta aos Estados Unidos, silenciosamente. Quanto aos relatórios e futuros investimentos à região, estes não passavam de rumores e um “relatório seco” em dados estatísticos.

[...] Os boatos duram pouco. Também se acreditava que a missão de Schurz viria comprar seringais e espalhar dólares a mancheias pela Amazônia inteira. O Dr. Schurz regressa e, silenciosamente, apresenta seu relatório, seco e repleto de cifras e mapas, ao Governo de Washington [...]. (REVISTA DA ACA, 1925)

Todavia, o que não se podia parar de fazer era incentivar outros cursos exploratórios e a divulgação do estado do Amazonas. Em paralelo às grandes expedições, como a de Hamilton Rice, havia aquelas de pequenos portes, mas possuíam os mesmos propósitos vultosos das mais equipadas e divulgadas campanhas expedicionárias.

O caso famoso de investimento no Pará foi a Fordlândia, projeto implantado pelo grande empresário, o magnata Henry Ford. Na verdade, o projeto de Ford em obter terras na região norte para a plantação da borracha se referia ao estado do Amazonas, porém, mais uma vez, os nacionalistas exacerbados deram primazia aos seus discursos, distanciando os investimentos de Ford que conseguiu espaços em território paraense. Como consta abaixo:

Mais tarde apareceu em Manaós um representante do magnata Henry Ford procurando entrar em entendimento com o Governo do Estado no sentido de ser facilitada á grande empresa americana uma plantação de borracha nas terras devolutas do Amazonas. Mais uma vez se fez ouvir a voz do escrúpulo nativista e o cavalheiro em questão foi forçada a ir bater em outra porta – no Pará – onde, mais feliz, obteve um milhão de hectares, em meio dos quais se ergue hoje a Fordlândia [...]. (O OBSERVADOR, JULHO DE 1936, p. 39)

Em Belém, em 10 de outubro de 1927, foi fundada uma companhia com o nome Ford Industrial Company of Brasil, com o capital de, aproximadamente, \$8.000.000.000 de dólares.

O objetivo de todo investimento era a aquisição de terras do governo e particulares para o desenvolvimento agrícola, industrial e social daquela região

[...] o objeto e mirar do negocio é [...] plantar e extrair borracha, fabricar artefatos; criar e explorar todos os meios de transportes por terra, água e ar, negociar em todas as qualidades de produtos como: peles, couros, sementes, madeiras, alimentos, etc; cultivar e explorar outros produtos, empreender varias transações comerciais e financeiras, construir escolas, hospitais, etc.(REVISTA DA ACA, 1928)

José Levy, o qual traduziu *Indian Rubber Journal* e publicou na revista da Associação Comercial do Amazonas (1928) a “Concessão Ford da borracha no Valle do Amazonas”, concluiu, afirmando que a antiga ideia de repudio ao imperialismo americano estava acabando, pois o povo estava compreendendo que para o desenvolvimento econômico do estado, o capital estrangeiro era necessário, dando à Companhia Industrial Ford do Brasil uma representação de amizade entre os Estados Unidos e o Brasil.

Nesse sentido, como parte do programa de propaganda implantada pela Associação Comercial do Amazonas, o próprio governo começou a incluir no seu planejamento o incentivo a pequenos cursos exploratórios e de custos menores aos cofres públicos, os quais incluíssem os ideais de povoamento, agricultura e comércio.

Mas, dentre os cursos exploratórios, nenhum se compara o acordo realizado entre o governo do Amazonas e o Japão, embora tenha bombardeado críticas pelo governo central. Como as do senador Cunha Mello que na sua oração, cita:

[...] há pelo mundo afora um verdadeiro estado de alarme contra a infiltração japonesa em todos os países e desta arte não devemos jamais auxiliar a entrada do nipon na nossa Patria, pois na tática japonesa, ás penetrações econômicas, seguem-se as penetrações militares. (O OBSERVADOR, JULHO DE 1936, p. 42)

A ideia de concessão japonesa no Amazonas nasceu quando ainda governava o Amazonas o Sr. Efigênio Sales, o qual tinha como programa de governo resolver todos os problemas a respeito do povoamento e do solo amazonense, entrando em contato com os principais representantes dos países europeus, cuja finalidade era a localização, por parte destes países, de elementos econômicos que pudessem investir na região.

Segundo *O Observador* (1936), informativo econômico e financeiro do Rio de Janeiro, a meta de Efigênio Sales era trazer levas de imigrantes para povoar e desenvolver um grande estado que sofria com o vazio demográfico. Em 1920, o embaixador Tatsuke em visita a Manaus, recebe com grande encantamento de progresso econômico o projeto entusiástico de

Efigênio Sales, recebendo com “[...] bom grado o oferecimento oficial que lhe fora feito de conceder-se aos agricultores japoneses terras para colonização [...]”. (O OBSERVADOR, JULHO DE 1936, p. 39)

Levando avante o projeto, em 11 de março de 1927, pela lei da Assembleia Legislativa do Estado, nº 1.309, de 22 de outubro de 1926, os Srs. Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu assinam o contrato, pelo qual eram concedidos até um milhão de hectares de terras devolutas para povoar, colonizar e, principalmente, explorar.

Da capital amazonense partiu para o baixo Amazonas aquela comissão, chefiada pelo Sr. Uyetsuka, em viagem de estudos para a escolha dos 700 mil hectares que estavam faltando [...], sendo uma seção ou lote de 300 mil hectares, limitada ao norte pelo paraná do Urariá, ao leste rio Maués, a leste pelo rio Mamuru [...]. (O OBSERVADOR, JULHO DE 1936, p. 39)

Para executar todo o projeto nipônico no Amazonas, as autoridades japonesas implantaram no Amazonas, na região do Paraná do Ramos, o Instituto Amazonas, em 21 de outubro de 1929, com a finalidade de fazer experiências agrícolas, estudos meteorológicos e estudos sobre as doenças da região, para o bom desenvolvimento das colônias japonesas que seriam implantadas nas terras concedidas a eles (O OBSERVADOR, 1936).

Em 1928, outra intenção de povoamento estrangeiro é citada na Revista da Associação Comercial do Amazonas, tratava-se da Missão Polonesa, que se encontrava no Amazonas para encaminhar seus compatriotas para trabalharem em terras amazonenses.

Sendo de agrado dos diretores da Associação Comercial do Amazonas, apresentando-se como representantes cultos e insinuantes, a Associação Comercial estimou que dentre em breve estivessem vindo povoar o Amazonas, imigrantes poloneses. Aliás, a imigração de braços estrangeiros para povoar o território amazonense estava entre os principais problemas enfrentados pelo governo:

Entre os grandes problemas do Amazonas que continuam a ocupar a atenção do governo, esta o do povoamento do solo, por meio de imigrantes ordeiros e trabalhadores, que possam trazer ao desbravamento de nosso hitherland o concurso de seu braço útil, cultivando a terra e desenvolvendo o aproveitamento de nossas incalculáveis riquezas naturais [...]. (REVISTA DA ACA, 1928)

Como o lema era explorar e povoar, para assim, desenvolver novas atividades econômicas ou reformular as já existentes, o governo e particulares começaram a financiar pequenos cursos exploratórios no decorrer dos anos 20, com o intuito de garantir territórios e novos produtos com a prática da agricultura. Além de, promover estudos sanitaristas para o

combate das doenças tropicais que assolavam regiões urbanas e rurais do Amazonas, a fim de propagar estudos e soluções e, a ideia de controle sanitário a respeito desses males.

A expedição Manaós-Itacoatira realizada em 1926, por exemplo, foi financiada pelo governo e composta por uma equipe de 17 homens liderados pelo mateiro Pedro de Deus, de duração pequena, tinha como objetivo o conhecimento das extensões territorial daquela região cortada por matas e rios. Seu relatório foi publicado no Diário Oficial do estado no dia 28 de outubro de 1926, no qual consta que somente pelos cursos das águas a região tinha 303 quilômetros de extensão por 2 metros de largura.

As ultimas notícias recebidas os expedicionários haviam chegado a 4 de abril no alto Atumã e partiam em rumo ao Jatapu, para deste rio demandarem o Anauá. Entre o rio Urubú e o Atumã avaliaram a distância em 86 kilometros em linha reta. A parte da expedição que seguira por terra estava em boas condições sanitárias, a que seguira por água tinha alguns doentes, mas sem gravidade. (MENSAGEM , 14 DDO PRESIDENTE DO AMAZONAS, 1927)

No que se refere às campanhas sanitaristas, podemos incluir como referência os estudos do Instituto Oswaldo Cruz, que há anos já dava atenção a esta parte do território brasileiro. As campanhas conduzidas pelo Dr. Oswaldo Cruz, no início do século XX, tinham significativos êxitos no combate à febre amarela e à varíola no Rio de Janeiro e demais cidades importantes do Brasil (MELLO; ALVES, 2009).

Segundo Neves (2008), Oswaldo Cruz esteve pela primeira vez na Amazônia no ano de 1905, pelo Instituto Manguinhos. Voltou à região diversas vezes, nos anos de 1910, 1912 e 1913, para combater as doenças tropicais da região norte. Foi responsável por desenvolver as bases da profilaxia para Amazônia, pela Superintendência da Defesa da Borracha.

Pois, neste cenário de insalubridade e pobreza, particularmente, mais presente nas comunidades mais afastadas de Manaus, seria oportuno para o governo criar um programa de combate aos males que afetava a saúde, como condição importante de integração da região a economia internacional. Uma vez que, como afirma Schweickardt e Lima (2010), as doenças dificultavam a exploração e o mercado da borracha, provocando, inclusive, um processo de despovoamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão não foi esgotar o tema, mesmo porque não seríamos capazes no momento, e mais, pois percebemos que este estudo oferece outras vias de acesso possíveis à problemática estabelecida aqui, como por exemplo, a abordagem e análise de somente uma das várias articulações ou ações delineadas no decorrer do trabalho, no que tange à construção visual ou à dimensão visual de um determinado lugar, o Estado do Amazonas, sob o ângulo da História.

Portanto, o que se apresentou foi uma abordagem histórica, com base em fontes visuais em paralelo às escritas, a respeito de uma relação estabelecida entre o campo econômico e o científico no Amazonas no decorrer dos anos de 1920 a 1930, a partir do delinear de ações propagandísticas voltadas para uma imagem do estado sustentada por suas grandes potencialidades econômicas que deveriam ser exploradas, estudadas e divulgadas no sentido de colaborar para o ressurgimento econômico do estado num contexto histórico de retração de sua economia.

Desse modo, concluímos que esta relação e seu conjunto de articulações serviam aos interesses do governo; dos empresários e comerciantes; e de cientistas e instituições que estabeleceram vínculos econômicos e científicos, resultando numa divulgação visual e escrita do Amazonas em diversos meios de publicidade e eventos, abarcando ideais de modernidade, progresso e civilidade.

Sendo assim, através das análises documentais, identificamos neste cenário histórico abordado as várias articulações realizadas por esses segmentos, indo desde grandes ações às pequenas estratégias, cuja finalidade era reerguer um estado que, segundo os discursos das autoridades e comerciantes da época, constituía-se de um território vasto para ser: estudado, povoado e explorado nas suas potencialidades e riquezas naturais.

Com isso, chegamos ao entendimento de que os anos que a borracha sustentou a economia amazonense, principalmente os setores empresariais, parecia que nada mais preocupava ou era necessário fazer para o desenvolvimento econômico do estado, pois, acreditava-se que a produção gumífera iria suprir, eternamente, todas as demandas e necessidades locais.

Quando a crise chegou, a partir de 1911, e teve seu ápice nos anos de 1920 a 1930, desapareceu a ilusão da eternidade da produção gumífera, apavorando os setores econômicos e o governo do estado. Muitos comerciantes, empresários e demais grupos sociais envolvidos com a compra e venda da borracha e seus derivados vêm-se falidos pela situação de retração econômica.

Das várias insistências de ajuda malogradas ao Governo Federal, o governo estadual e os empresários locais, representados, principalmente, pela Associação Comercial do Amazonas, vão criar estratégias com diversos segmentos sociais e científicos para viabilizarem a construção de uma imagem e sua divulgação em diversos meios para que pudessem trazer melhorias às condições econômicas do estado, como: expansão de negócios, investimentos e crescimento econômico.

Esta imagem divulgada em jornais, revistas, álbuns, relatórios científicos, fotografias, filmes, eventos, amostras, estavam embasadas segundo os interesses econômicos do estado, resultado de suas alianças com segmentos científicos. Era uma imagem carregada de certos ufanismos e exaltação do território amazônico, dando a ela características visuais e textuais de um estado próspero e promissor, considerado um dos mais ricos do país, mesmo com todas as suas deficiências econômicas, necessitando, apenas, que fosse aderida pelos setores econômicos nacionais e estrangeiros.

Nesse sentido, a partir do que foi desenvolvido neste trabalho, conseguimos apreender de como a História sempre é movida pelas as ações dos homens no tempo e no espaço, em que tais ações podem ser decisivas naquele momento ou terão consequências no futuro.

O que vimos aqui foi justamente um grupo de sujeitos que se destacavam na sociedade por aquilo que representavam no plano econômico, político e científico, tomando e fazendo parte de decisões que se direcionavam para um conjunto de práticas voltadas para o desenvolvimento da economia amazonense, sendo sustentado nos meios visuais e escritos, atendendo aos interesses e anseios dos envolvidos.

Destacamos também a importância da História nos seus vários domínios de estudos e interligações, como o econômico e o científico. Além do amplo leque de fontes que podem ser coletadas, selecionadas e analisadas. É claro que tudo isso exige cuidado e muita atenção para que não acabemos em confusões teóricas e incertezas historiográficas.

Como dito, o tema não está esgotado, aliás, este trabalho, assim como muitos outros, pode nos direcionar às novas questões e abordagens, e quem sabe, o descortinar de uma nova história e novos sujeitos. Acreditamos que escrevemos apenas uma parte do cenário e de personagens que representaram esta trama que se fez presente no Amazonas num contexto de crise econômica, esperamos com isso, a possibilidade de continuação deste estudo, abarcando novos direcionamentos vindos a partir ou paralelo destes apresentados.

Portanto, esperamos que esta pesquisa seja apenas o início de novos estudos relacionados a esta temática que, segundo levantamento bibliográfico, ainda é pouco estudado

pela historiografia amazonense. Além disso, que a consideremos importante, pois resgata parte da História do Amazonas.

## **FONTES ESCRITAS**

- **Periódicos (ACERVO: HEMEROTECA DIGITAL)**

- Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1920)
- Comércio do Paraná (1925)
- Diário Carioca (1928 e 1933)
- Diário de São Luiz (1924)
- The Washington Times (1920).
- Jornal Diário da Manhã (1920)
- O Paiz (1925).
- O Jornal (1926)
- O observador (1930)

- **Revistas**

- **Ilustração Brasileira:**

- 1924
- 1925
- 1929

- **Revista da ACA (ACERVO: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS)**

**Edições:**

- 1917
- 1918
- 1920 (nº 118)
- 1925 (nº 118, nº 119, nº 120, nº 122, nº 123, nº 124, nº 127, nº 166)
- 1926 (nº 129, nº 130, nº 134, nº 136, nº 137, nº 138)
- 1927 (nº 136)
- 1928 (nº 159)
- 1929 (nº 163, nº 165, nº 166)
- 1930 (nº 171)

- **Suplemento semanal A Noite**

- 1926
- 1929

- **The National Geographic Magazine (1926) (ACERVO PESSOAL)**

- **Revista Brasileira Semana (1926) (ACERVO: HEMEROTECA DIGITAL)**
  
- **Revista Eu Sei Tudo**
  - 1924 (nº 8)
  - 1926
  - 1930 (nº 3, nº 12)
  
- **Mensagens dos Governadores do Estado do Amazonas**
  - 1900
  - 1910
  - 1911
  - 1917
  - 1921
  - 1923
  - 1926
  - 1927
  - 1928
  - 1929
  - 1930
  
- **Demais fontes**
  - Catálogo - Cultura e Exploração da Borracha no Valle do Amazonas (1913)
  - Ofício do Congresso Internacional de Silvicultura (1926)
  - Decreto Legislativo, nº 29, 1926.
  - Correspondência Empresarial da Casa JG Araújo & CO. Ltd. (1928)
  - Correspondência Empresarial da Casa JG Araújo & CO. Ltd. (1930)
  - Memorial da Região do Rio Branco no Amazonas (1923).
  - Boletim Geográfico do IBGE – 1956 com a transcrição do Relatório de Viagem da Expedição Hamilton Rice (1924-125)
  - Anais da Assembleia Constituinte (1935)

## REFERÊNCIAS

AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial e as Representações Acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919)**. Manaus: [s.n.], 2008, 161p.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efrem Jorge Gondim. **Historiografia das expedições científicas e exploratórias no Vale do Rio Branco**. In:\_\_\_ Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. INPA – 1997.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **Expedições Naturalistas e Exploratórias na Construção Histórica do Vale do Rio Branco**. História da Ciência 3. Volume 5, número 1 e 2, 2010, p. 157-164.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASTOS, A.C. Tavares. **O Valle do Amazonas: sobre a Livre Navegação, Estatística, Produções, Comércio, Questões Fiscais do Valle do Amazonas**. 2ª ed. Companhia Editora Nacional – São Paulo – Rio de Janeiro – Recife. 1973.

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**; tradução Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. 2ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3.a ed. – Manaus: Editora Valer, 2009. 546 p.

BENTES, Dorinethe. **Outras faces da história: Manaus: 1910 -1940**. Manaus: Reggo Edições, 2012.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias - vultos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1973.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Representações do Brasil Moderno para ler, ver e ouvir no circuito dos Museus Comerciais europeus, 1906 a 1908**. REVISTA HISTÓRIA (São

Paulo), vol. 26, núm. 2, 2007, pp. 92-117. Disponível em: <<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014798006>>>

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMILO, Janaina. **Em busca do País das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Passado Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder. Paraty – 2011.

CARDOSO, Lucilene Pereira C.; HEIZER, Alda. **Os norte-americanos na missão à Amazônia, em 1923**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 156-170, Jan/Jun 2012.

CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e Exploração da Borracha no Valle Do Amazonas**. Publicado pela Associação Comercial do Amazonas. Manaus, 1913.

COSTA, Selda Vale da; LOBO, Narciso Julio Freire. **Cinema no Amazonas**. Estudos Avançados. [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 295-298. ISSN 1806-9592.

\_\_\_\_\_. **No rastro de Silvino Santos**. Manaus. SCA/ Edições Governo do Estado, 1987.

\_\_\_\_\_. **Eldorado das ilusões**. Cinema e sociedade. Manaus: 1897-1935. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa; SANTOS, Nadja Paraense dos. **O Museu Nacional na Exposição Universal de Paris em 1889**. In:\_\_\_\_Colecionismos, práticas de campo e representações [online]. LOPES, MM., e HEIZER, A., (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, Ciência & Sociedade. 2011. 280 p.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2003. Fonte Digital: Digitalização da edição em pdf: [www.geocities.com/projetoperiferia](http://www.geocities.com/projetoperiferia). Acesso: 12.10.2014

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. 2008.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. – Campinas, SP: Papirus, 1993.

FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo, Edusp, 1991.

GUSMÃO, Dulce Milena Almeida. **A fotografia no Amazonas de 1865 a 1903: a importância da fotografia na produção do imaginário dos atores sociais**. INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, Vol. XIX, nº 2, pág. 117-126, jul./dez. 1996.

HEIZER, Alda Lúcia. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Tese de Doutorado. UNICAMP-SP. 2005. Disponível para download na Biblioteca Digital da UNICAMP.

\_\_\_\_\_. **Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.849-864, jul.-set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ciência para todos: A Exposição de Paris de 1889 em Revista**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Julho/ Agosto/ Setembro de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 3. Disponível em: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>. Acesso: 13.01.2015

LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2 ed. Manaus: Valer, 2008.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. **A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo “degeneracionista”**. Revista USP, São Paulo, n. 75, p. 68-75, setembro/novembro 2007.

MARTINEZ, Oscar Guarín. **Exploración, ciência y espectáculo: La cinematografía sobre La Amazonia em La primera mitad Del siglo XX**. Revista Chilena de Antropología Visual. Nº 20 – Santiago, Diciembre 2012.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20**. Dissertação de mestrado, IBICT-ECO/UFRJ, Rio de Janeiro. 1998.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando. **Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.139-179.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, História visual: Balanço provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.

MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima e MASSARANI, Luisa (orgs.). **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. - Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural da Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

PASSETTI, Gabriel. **O estreito de Magalhães redescoberto: ciência, política e comércio nas expedições de exploração nas décadas de 1820 e 1830**. Antíteses, vol. 7, núm. 13, enero-junio, pp. 254-276, 2014 - Universidade Estadual de Londrina - Londrina, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193331342013>>. Acesso: 23.09.2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Do Crystal Palace a Paris: A mística do progresso, culto à máquina e a sedução do novo**. In: \_\_\_\_ As exposições universais. Espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PRAIA, Benta Litaiff. **A Crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910 – 1930)**. Benta Litaiff Praia. Manaus: [s.n.], 2010, 165 p.

RICE, Alexandre Hamilton. **Exploração da Guiana brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **“Certamen Agrícola, Industrial e de Manufaturas”: o aparecimento do Novo Século e a participação de Sergipe nas exposições nacionais**. In: \_\_\_\_ LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. Colecionismos, práticas de campo e representações [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. Disponível: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 11.01.2015

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus Brasileiros e Política Cultural**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 19 Nº. 55, junho/2004.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. **A Escola de Minas de Ouro Preto e as "Seções de Geologia" do Brasil nas Exposições Universais.** REM - Revista da Escola de Minas. Ouro Preto, MG. vol.59, n.3, p. 347-353. 2006.

SANTOS JR., Paulo Marreiro dos. **A imposição da modernidade na Manaus da borracha.** Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 36/37 — ano 20 — p. 119-131 — 2007.

SCHERER, Fabiano de Vargas. **Expondo os planos: as Exposições Universais do século XX e seus Planos Urbanísticos.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Arquitetura – 2002.

SCHOEPPF, Daniel. **George Huebner: um fotógrafo em Manaus – 1862-1935.** Tradução: Paulo Renan Gomes da Silva. 2ª Edição – São Paulo: Metalivros, 2005.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. **Do “inferno florido” à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930).** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 399-415, maio-ago. 2010.

SOUZA, Antonio Klinger da Silva. **Comércio, Acumulação E Poder: A Empresa J.G. Araújo & Cia. Ltda. Em Boa Vista Do Rio Branco.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Uma visão da Guiana Brasileira: a expedição de Hamilton Rice pela Amazônia.** Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, supl., p. S19-S32, Nov. 2012.

SOUZA E MELLO. Maria Eliane Alves de. **O Império Comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia.** Universidade Federal do Amazonas/2010. Disponível:<[https://www.academia.edu/4543993/O\\_Imp%C3%A9rio\\_comercial\\_de\\_J.G.\\_Araujo\\_e\\_seu\\_legado\\_para\\_amazonia](https://www.academia.edu/4543993/O_Imp%C3%A9rio_comercial_de_J.G._Araujo_e_seu_legado_para_amazonia)>. Acesso em: 22.11.2013

VITAL, André Vasques. **Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2,abr.-jun. 2011, p.545-557.